

Gizele Zanotto
Djiovan Vinicius Carvalho
(Organizadores)

10 *Anais do*
ENCONTRO
DE PESQUISADORES
DA HISTÓRIA DE PASSO FUNDO
caminhos de pesquisa



Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 15 de abril de 1954



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura



Passo Fundo
2019

Anais do 1º. Encontro de Pesquisadores da
História de Passo Fundo
- *Caminhos da Pesquisa* -

Gizele Zanotto
Djiovan Vinícius Carvalho
(Organizadores)

ACERVUS
Passo Fundo/RS - 2019

FICHA TÉCNICA

Prefixo Editorial: 81266

Número ISBN: 978-65-81266-02-8

Título: Anais do 1º Encontro de Pesquisadores da História de Passo Fundo: caminhos da pesquisa

Tipo de Suporte: E-book

Formato Ebook: PDF

Organização do volume: Gizele Zanotto

Editoração: Gizele Zanotto

Imagem de capa: Djiovan Carvalho

Anais do 1º. Encontro de Pesquisadores da
História de Passo Fundo
- *Caminhos da Pesquisa* -

Gizele Zanotto
Djiovan Vinícius Carvalho
(Organizadores)

Passo Fundo/RS – setembro de 2019

COMISSÃO CIENTÍFICA

Me. Caroline da Silva (UPF/IHPF)
Mdo. Djiovan Vinícius Carvalho (UPF/IHPF/IHGRGS)
Esp. Fernando Miranda (IHPF)
Dra. Gizele Zanotto (AHR-PPGH/UPF)
Dda. Isabella Czamanski Rota (UPF/IHPF)
Dda. Jêniifer de Brum Palmeiras (UPF)
Dra. Jenny González Muñoz (UPF)
Dra. Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alex Antônio Vanin (IHPF)
Djiovan Carvalho (IHPF)
Ernesto Zanette (PPF)
Gizele Zanotto (AHR-PPGH/UPF)
Fernando Miranda (IHPF)



No ano em que Passo Fundo completou 162 anos de emancipação político-administrativa, o Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e o Arquivo Histórico Regional (AHR/PPGH/UPF) comemoraram seus 65 e 35 anos de criação, respectivamente. Pensando em marcar essas datas e promover um espaço de discussão sobre fontes, problemas, temas e lacunas nas pesquisas sobre Passo Fundo e região, o IHPF e o AHR promoveram o 1º Encontro de Pesquisadores da História de Passo Fundo e Região, realizado nos dias 06 e 07 de junho de 2019, no Espaço Cultural Roseli Doleski Preto, em Passo Fundo, integrando as atividades da 3ª. Semana Nacional de Arquivos.

O 1º Encontro de Pesquisadores teve como objetivo reunir pesquisadores e interessados na história de Passo Fundo e da região norte do estado do Rio Grande do Sul, para que fossem compartilhados temas, informações, experiências, métodos e caminhos de pesquisa. O evento foi uma oportunidade de socialização e diálogo entre pesquisadores acadêmicos e não-acadêmicos, instituições de custódia e de pesquisa da região, além de divulgação de livros e projetos que tem como mote a história de Passo Fundo e/ou região.



SUMÁRIO

Moda e arte pós-histórica: algumas reflexões	08
Camila Carmona Dias	
UPF: 51 anos da materialização de um sonho	20
Gabriela Tosta Goulart	
O desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Passo Fundo (RS) no período de 2009 a 2017	32
Indaia Dias Lopes	
A história de Passo Fundo sob as lentes dos Irmãos Czamanski	47
Isabella Czamanski Rota	
O Cemitério do Combate De Erebangó/RS como espaço de memória	59
Janaína Júlia Langaro	
A força do interior passofundense: as eleições de 1947 e 1951	68
Luiz Alfredo Fernandes Lottermann	
A expansão de redes sociais e familiares em áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul	75
Marinilse Marina	
Memórias do Bairro Vicentinos (Sarandi – RS): dos primeiros moradores aos reflexos na atualidade	105
Pâmela Cristina de Lima	
A repressão no âmbito universitário durante a Ditadura Militar em Passo Fundo: os relatórios SNI sobre Padre Alcides	110
Roberto Biluczyk	

Moda e arte pós-histórica: algumas reflexões

Camila Carmona Dias¹

Resumo: A moda, tema aparentemente trivial, é na realidade um fenômeno complexo que pode ser analisado por inúmeras perspectivas e uma delas pode ser derivada da história da arte. A moda é um fato da linguagem, da semiótica, da representação do gosto e da identidade social; um lugar estético, entre pesquisa criativa e investigação em torno do sentido do olhar. Mas, é também um instrumento de análise histórica. Visto nestes termos, as afinidades com a arte vão além de alguma simpatia superficial. Inquestionavelmente, a moda sempre teve um papel muito importante na arte figurativa, e alguns críticos reconhecem, de longa data, a moda como uma forma de arte. Entretanto o questionamento: “Moda é arte?” pode parecer estranho e sem sentido, pois afinal de contas, na contemporaneidade, “O que é arte?”. Depois das caixas de Brillo Box de Warhol, na década de 1960, tem se tornado cada vez mais difícil definir a arte. O mundo da arte contemporânea tem proposto que um objeto banal pode ser arte, apesar, de obviamente, nem tudo ser arte. Tornou-se muito difícil para os sujeitos não iniciados a reconhecer o que é arte e o que não é. Pode-se dizer que a *pop* abriu a portas para um novo momento, o início da arte contemporânea ou pós-histórica. Enquanto isso, a moda também sofreu mudanças ao longo das últimas décadas. Desde o final da década de 1960, com a revolução antimoda, o Império da Moda se partiu, inaugurando o que alguns pesquisadores chamam de “A moda depois do fim da moda”. Atualmente, todas as roupas são, ao menos potencialmente, parte do sistema da moda, o que, paradoxalmente, é frequentemente reutilizado pela antimoda. Contudo, a moda é uma indústria cada vez mais dirigida pela imagem, e alguns designers também exploram temas conceituais e filosóficos, iguais aos que os artistas abordam, encorajando os espectadores a perceberem a moda fora do contexto comercial comum (STEELE, 2008). Embora muitos críticos de arte, além de muitos jornalistas tenham se mantido atrelados à antiga visão de que a arte e a moda são polos opostos, artistas e designers de moda têm se alimentado dos trabalhos uns dos outros. Diante do exposto esse trabalho tem como objetivo refletir sobre alguns experimentos entre arte e moda após a década de 1960, demonstrando que existe a possibilidade, na contemporaneidade, de convergências entre esses dois campos e uma possível formação de um campo estético autônomo moda-arte.

Palavras-chave: Moda. Arte. História. Contemporaneidade.

1. Introdução

Em meados do século XIX, a moda e os movimentos artísticos se rebelaram contra os formatos tradicionais. Neste momento, houve oportunidade da construção de uma nova proposta estética, decorrente

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo. Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Erechim- RS. Agradeço ao IFRS – Campus Erechim pelo fomento adquirido.

principalmente da vida acelerada, urbana e industrial pautada no individualismo, que paulatinamente se estabeleceu nos grandes centros. No decorrer, principalmente, do século XX, ocorreram inúmeras ações e movimentos que mostraram o interesse recíproco entre os campos da moda e o da arte. Novas atitudes alteraram o status de ambas. A criação de moda foi assimilada pelas artes e vice-versa, construindo um caminho comum: os corpos e suas inúmeras codificações. A busca pela mudança e pelo novo transformaram a moda em um dos maiores polos de criatividade do século XX, uma possibilidade ideal para as experimentações das artes em relação as suas formas, cores e materiais.

Sabe-se que a partir da segunda metade do século XX os lugares da arte e da moda apresentaram fronteiras menos definidas. Essa relação de mediação entre o homem e a sociedade implicou em uma outra dimensão do pensar, produzir e agir no contemporâneo, por meio da ressignificação de objetos, das identidades transitórias, das possibilidades de interação com o público/observador e, uma nova visibilidade dos processos artísticos e de cultura visual.

Nesse sentido, a experiência artística é transformada conforme o lugar e a maneira como está disposta, suscetível a deslocamentos e mudança perceptivas e/ou conceituais. Esse processo de desterritorialização e transitoriedade, requer uma interpretação que contemple pensamentos diversos e contextos variados, lugares distintos, que vão além das formas tradicionais de exposições, museus e galerias e nos convidam a romper com a observação passiva, tornando-nos atores participantes e estesiados, seja na performance, nas poéticas visuais, na cenografia, nos desfiles, no cinema e nas demais linguagens artísticas, no design e na moda.

Inquestionavelmente, a moda sempre teve um papel muito importante na arte figurativa, e alguns críticos reconhecem, de longa data, a moda como uma forma de arte. Entretanto o questionamento: “Moda é arte?” pode parecer estranho e sem sentido, pois afinal de contas, na contemporaneidade, “O que é arte?”

Depois das caixas de Brillo Box de Warhol, na década de 1960, tem se tornado cada vez mais difícil definir a arte. O mundo da arte contemporânea tem proposto que um objeto banal pode ser arte, apesar, de obviamente, nem tudo ser arte. Tornou-se muito difícil para os sujeitos não iniciados a reconhecer o que é arte e o que não é. Danto (2006a) afirma que, toda a forma da história da arte passou por uma mudança em que aconteceu algum tipo de encerramento no desenvolvimento histórico da arte. E a causa dessa mudança foi a emergência da *pop art*, que surge em contraposição à teoria formalista do expressionismo abstrato, e que segundo o autor foi o movimento de arte mais crucial do século XX.

Pode-se dizer que a *pop* abriu as portas para um novo momento, o início da arte contemporânea ou pós-histórica. Foi a experiência de encontrar as caixas Brillo Box de Warhol expostas em uma galeria que levou Danto (2006b) a formular uma teoria fundada na ideia de que qualquer coisa pode, em princípio, ser uma obra de arte.

Enquanto isso, a moda também sofreu mudanças ao longo das últimas décadas. Desde o final da década de 1960, com a revolução antimoda, o Império da Moda se partiu, inaugurando o que alguns pesquisadores chamam de “A moda depois do fim da moda”. Atualmente, todas as roupas são, ao menos potencialmente, parte do sistema da moda, o que, paradoxalmente, é frequentemente reutilizado pela antimoda. Contudo, a moda é uma indústria cada vez mais dirigida pela imagem, e alguns designers também exploram temas conceituais e filosóficos, iguais aos que os artistas abordam, encorajando os espectadores a perceberem a moda fora do contexto comercial comum (STEELE, 2008).

Embora muitos críticos de arte, além de muitos jornalistas tenham se mantido atrelados à antiga visão de que a arte e a moda são polos opostos, artistas e designers de moda têm se alimentado dos trabalhos uns dos outros. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre alguns experimentos entre arte e moda após a década de 1960, demonstrando que existe a possibilidade, na contemporaneidade, de convergências entre esses dois campos e uma possível formação de um campo estético autônomo moda-arte.

Moda e arte na contemporaneidade: diálogos e convergências

No pós- segunda guerra, o prêt-à-porter é uma realidade consolidada. Os artistas não precisavam mais defender uma roupa funcional, pois ela passou a fazer parte da paisagem urbana, inaugurada “pelos pioneiros do estilismo e usado pelos clientes dos supermercados Prisunic²” (MÜLLER, 2000, p.10-11).

Assim como a arte, a moda após a Segunda Guerra Mundial sofreu drásticas mudanças. Lipovetsky (1989) afirma que a sociedade pós-Segunda Guerra pode ser compreendida na qual a moda é consumada. O termo “consumada” pode ser interpretado tanto vinculado ao sentido de consumo, como ligado a uma integração dos indivíduos ao mundo social, ou ainda permite o entendimento, de que a moda está presente nos significados da vida de tal forma que não há como escapar dela, ou seja, ela é realmente um fato consumado.

² Prisunic é uma das mais populares redes de supermercados da França.

Nesse momento, de intensas reviravoltas e mudanças, cabe antes aos estilistas imaginarem o homem novo deslocando-se agora no espaço. Enquanto os artistas se apropriam da vestimenta como uma extensão em três dimensões de suas pesquisas (MÜLLER, 2000). Existia, entre os artistas, designers/ estilistas, a convicção de que presenciavam uma transformação significativa de ordem material e sensível.

Segundo Müller (2000), provavelmente o que fascinou os estilistas contemporâneos a adentrarem o campo da arte foi a relação direta com a experiência corporal. Em 1966, Paco Rabanne, que já tinha desenvolvido diversos adereços em materiais diferentes e estagiado em diversos ateliers de alta-costura, organizou seu primeiro desfile com a participação de algumas manequins negras, apresentando doze vestidos em modelos descalças que dançavam ao som de *Marteau sans Maitrê* de Pierre Boulez (1925-2016), em um formato de manifesto chamado pelo criador de “*Twelve unwearable dresses in contemporary materials*” (Doze vestidos não usáveis em materiais contemporâneos).

Em 1964 alguns estilistas lançaram coleções inspiradas na Op art, como por exemplo, Geoffrey Beene, André Courrèges, Rudi Gernreich. Desde 1965, a Op art e a abstração invadiram as revistas de moda e se confundiram com a “tendência” gráfica mantida pelas maquiagens e penteados de Vidal Sasson³ (1928-2012).

Ainda, em 1965, Yves Saint Laurent (1936-2008) apropria-se das pinturas abstratas de Mondrian e as aplica no vestuário, ele substitui a tela pelo corpo como suporte. Os vestidos de linha reta feitos para a coleção de *Haute Couture* foram largamente copiados, divulgando os quadros de Mondrian de forma industrial.

Saint Laurent recorta tiras negras, quadriláteros vermelhos, amarelos, brancos e azuis das telas de Mondrian reproduzindo a abstração sobre e para os corpos. A aplicação dessas silhuetas de formas geométricas em seus vestidos, apelidada de “*Mondrian Look*”, trouxe uma nova elegância e sofisticação à alta costura. Mas eles também foram designados pela Harper's Bazaar em setembro de 1965 como “o vestido de amanhã” (MACKRELL, 2005).

Saint Laurent tinha uma habilidade incomum para prever as mudanças que estavam ocorrendo na moda. Em 1966, ele mostrou sua coleção de vestidos Pop Art e abriu sua primeira boutique de prêt-à-porter (em Paris), chamada *Rive Gauche*, com intuito de popularizar as questões sobre arte, mas dessa vez o fez em

³ Vidal Sassoon foi um cabeleireiro inglês, considerado um dos nomes-chave da *Swinging London* dos anos 60. Abriu seu primeiro salão na Inglaterra em 1954 e começou a treinar sua equipe para criar cortes de cabelo que não dependessem de nenhum tipo de penteado ou produto pós-secagem, dando a largada para a febre dos cabelos curtos e geométricos, que viraram febre na década de 1960.

escala industrial. Saint Laurent estabeleceu outros diálogos com as artes visuais, em algumas coleções inspirou-se, por exemplo, em Goya, Manet, Picasso, Matisse, Van Gogh, Malevich, Braque, Dalí e Warhol.

A Pop Art, possuía inúmeros interesses na moda, surgiu em contraposição à teoria formalista do expressionismo abstrato e retomou a arte figurativa, entretanto agora não mais sob os ditames da tradição clássica, mas das artes cotidianas e populares, que habitavam o universo urbano pós-industrial do pós-guerra. Para os artistas pop, não existiam barreiras entre a arte e vida dos indivíduos. Foi um movimento sem definições oriundas de manifestos, mas no qual é possível identificar alguns preceitos básicos, fundamentados no uso do imaginário da cultura de massa e do consumo, como por exemplo: publicidade, embalagens, cartazes, entre outros, a fim de realizar críticas ao ambiente consumista e sua mentalidade. “A agressividade do design comercial ‘contaminou’ o espaço artístico, ao mesmo tempo em que firmou a produção artística como algo que é, no pós-guerra, simultaneamente fruto desta lógica cotidiana, amparada pelo consumo e pelo espaço de crítica deste mundo” (SANT’ANNA, 2010, p. 80).

Para Danto (2006a), toda a forma da história da arte passou por uma mudança no início da década de 1960 em que aconteceu algum tipo de encerramento no desenvolvimento histórico da arte. E a causa dessa mudança foi a emergência da *pop art*, o movimento de arte mais crucial do século XX, segundo o autor.

Em suma, o debate sobre “a arte da moda” e a “moda tornando-se arte” na década de 1960 deixou de ser especulativa, mas muito real, possibilitada pela cultura popular. Artistas pop nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha tentaram afrouxar a distinção entre alta e baixa cultura, propositalmente recusando-se a distinguir entre uma reprodução de um antigo mestre de pintura com um desenho para um sapato (Warhol) ou um personagem de uma revista em quadrinhos (Lichtenstein) (GECZY; KARAMINAS, 2012).

Entre os artistas norte-americanos que fizeram uso magistralmente do diálogo moda-arte pode-se citar Andy Warhol (1928-1987). O artista manifestava suas indagações e questionamentos por meio de uma linguagem que unia intensamente arte e moda. São incontáveis suas contribuições à moda. Para os organizadores da exposição *The Warhol Look*, “é a moda o tecido que reúne partes que até então haviam aparecido como elementos díspares” (THE WARHOL LOOK, 1998 apud MÜLLER, 2000, p. 12).

Warhol iniciou sua carreira como ilustrador de revistas de moda, vitrinista e designer, o que fomentou o seu discurso arte-moda. Dentre seus trabalhos, estavam ilustrações para as publicações *Mademoiselle*, *Harper’s Bazaar* e *Vogue*, montou vitrines para lojas de departamentos, produziu peças de publicidade para os sapatos *Miller & Sons*, realizou a transposição de suas séries *Flowers* ou *Disasters* para a vestimenta, criou vestidos de papel com bananas estampadas, entre 1966 e 1967 realizou uma série de vestidos de papel em

silhueta A e os estampou com imagens inspiradas em latas de sopa Campbells, tais vestidos foram nomeados *The Souper Dress* (Vestido Sopa) (MARX, 2014).

No cenário artístico dos anos de 1960, ainda destaca-se as experiências com o corpo por meio da Body Art, performances e arte vestível (roupa- de- artista). Em relação à performance e arte vestível, salienta-se a obra *Wedding Dress*, de Christo em parceria com Jeanne Claude (1935-2009).

A obra *Wedding Dress* de 1967 demonstra a constante temática dos artistas em cobrir objetos e monumentos com tecidos criando uma “vestimenta” que lhes transformam, além de, ao mesmo tempo, realizar uma crítica ao “peso” do casamento. Preso por amarras se encontra um objeto envolto em um tecido branco e conectado por cordas que se prendem ao corpo da mulher; essa por sua vez, está vestida com um traje aplicado com diversas cordas em nós – representando as dificuldades do casamento – enquanto carrega a carga do matrimônio.

A partir de 1966 até 1980, com o surgimento da Land Art, da Body art e da Arte Povera entidades naturais, animais e vegetais passam a ser o foco dos processos criativos. É um momento de apologia aos elementos primários como ar, terra, fogo, água, demarcando assim a constituição de um ambiente natural. O vestido se mimetiza com o ambiente como o fazem Piero Gilardi, Aglighiero Boetti, Louise Bourgeois, Vito Acconci, Richard Tuttle, Franz E. Walter, James Lee Byars, entre outros (CELANT, 1999).

Durante as décadas de 1970 e 1980, admite-se que a moda não é apenas futilidade, mas sim uma atividade industrial, que por meio do prêt-à-porter efetivou sua democratização. Além disso, a liberdade de expressão se expandiu. O comportamento vestimentar da contracultura revela uma densa simbologia. “Beatnicks, hippies, geração 68 e punks vestem roupas totêmicas, símbolos próprios de seus ideais e engajamentos políticos” (MAGALHÃES, 2006, p. 14).

Na década de 1970, a arte conceitual tem seu auge, tal movimento artístico considera a ideia, o conceito de uma obra como sendo superior ao próprio resultado final. As práticas artísticas conceituais identificaram a primazia das ideias sobre a aparência, a autorreflexão sobre a resolução, a inovação e a experimentação, e afirmações que propunham perguntas, mas que raramente forneciam respostas claras. Assumindo inúmeras formas, a arte conceitual buscou uma “investigação das convenções da representação pictórica e escultural e uma crítica dos paradigmas tradicionais da visualidade” (BUCHLOH, 1990, p. 107 apud CLARK, 2012, p. 84).

De acordo com Hazel Clark (2012), em seu texto *Conceptual Fashion*, os vestígios dessas investigações podem ser como um vídeo ou fotografias de um evento ou um texto. A Arte conceitual distinguiu-

se pela sua temporalidade, a afirmação estava na performance em si, não na criação de um objeto perene. Aqui, já é possível perceber os potenciais paralelos com a moda, que não devem ser definidos apenas como a simples produção de roupas, mas devem ser analisados com base na relação proeminente da moda com o tempo: passado, presente e futuro. Também deve ser observado os aspectos performativos da moda, baseados em torno da configuração do corpo e da roupa e sua potencialidade de mostrar e questionar a identidade, dando-lhe a capacidade de fazer parte da construção da cultura e da sociedade. O reconhecimento de uma abordagem conceitual da moda surgiu na década de 1980, quando a mídia de moda internacional começou a reconhecer o trabalho de designers japoneses, em particular, Issey Miyake (1938-), Yohji Yamamoto (1943-) e Rei Kawakubo (1942-) da *Comme des Garçons* (CLARK, 2012).

Quando os designers japoneses adentraram os anos 80 com um novo conceito questionando as convenções da moda, uma das questões que permeavam seus trabalhos era a preocupação em como escapar da “guetização”. Assim, com intuito de “criar uma nova roupa universal que é desafiadora para o nosso tempo, em vez de ‘Moda Japonesa’, Issey Miyake lançou um desafio metafórico ao sistema da moda” (KONDO, 1997, p. 60 apud CLARK, 2012, p.85).

As roupas criadas por ele eram mais largas e mais andróginas em relação a moda ocidental, e contrastavam com a moda da década de 1980, assim como o trabalho de Yamamoto e Kawakubo. Suas roupas permitiram que o usuário fizesse escolhas criativas sobre como usar uma determinada peça no corpo (ENGLISH, 2011).

Segundo Cidreira (2005), a criação de Miyake revelava duas preocupações: de um lado busca produzir as imagens a partir dos corpos que a vestimenta cobre e, por outro lado, introduz a imagem da figura e do corpo humano na vestimenta. Assim, observa-se a necessidade do estilista em enfatizar que a moda se refere, principalmente, ao corpo. Dessa forma, a “moda aparece como uma espécie de exercício de interpretação do corpo, e enquanto tal pode ser apreendida como uma representação do presente e mesmo uma re-representação do corpo presente” (CIDREIRA, 2005, p.91).

Miyake foi apelidado de “O Picasso da Moda”, provavelmente devido a diversidade de seu trabalho, sua propensão para descobrir novas metodologias artísticas e seu desafio aos conceitos tradicionais de design. (ENGLISH, 2011). Um momento importante entre arte e moda ocorreu em fevereiro de 1982 com a capa da revista americana *Artforum* que mostrou uma modelo usando um vestido desenhado por Issey Miyake.

De acordo com Wollen (1999), esse ato assinalou um novo tipo de relacionamento entre arte e moda, ou seja, o reconhecimento da moda conceitual pelo estabelecimento da arte foi uma mudança substancial, descrita como “o surgimento de um novo gênero de 'arte de roupas” (WOLLEN, 1999, p. 15).

Ao mesmo tempo, trabalhos inovadores também foram gerados por Kawakubo e Yamamoto que os levaram a ser descritos como artistas. Segundo English (2011), parece impossível discutir os primeiros trabalhos de Yohji Yamamoto sem referenciar Rei Kawakubo, especialmente durante sua primeira década mostrando suas coleções. Primeiro em Tóquio em 1976 e depois em Paris em 1981, os designers pareciam compartilhar a mesma visão, a mesma herança, as mesmas ambições e a mesma filosofia. Na verdade, era difícil distinguir suas roupas.

As coleções de Kawakubo criticaram os protocolos tradicionais da moda estabelecidos no Ocidente. Alguns críticos classificaram a moda de Kawakubo como horrenda, própria de pedintes de rua, entretanto outros aclamaram-na como arte para vestir e “aplaudiram a aura conceitual e intelectual que essas roupas transmitiam” (JONES, 2005, p.47).

Segundo Blumberg (2018), em vez de responder às tendências, Kawakubo enraizou seus projetos em conceitos, abrangendo arte e moda. Suas roupas muitas vezes eram descritas como antimoda. Os designs das roupas de Rei Kawakubo, às vezes, eram tão abstratos e pouco convencionais que eram virtualmente impraticáveis. Curiosamente, a “herança da abordagem conceitual dos designers japoneses⁴ não está em sua país nativo, ou em Paris, mas em outra cidade, anteriormente, fora do mapa da moda: Antuérpia, na Bélgica” (CLARK, 2012, p.86).

Wollen (1999) ressalta que ao mesmo tempo em que surge um novo gênero incorporando a 'arte de roupas' por alguns designers em colaborações com artistas, no final dos anos 80, artistas, incluindo Marina Abramovic (1946-), Cindy Sherman (1954-) e Orlan (1947-), estavam incorporando roupas da moda em seus trabalhos baseados em performance.

Diante desse contexto, Germano Celant (1999) afirma que nos anos 80 a relação entre moda e arte não é mais uma revelação, mas sim uma necessidade. O autor considera que desde a década de 1950 a moda tornou-se um projeto global de democratização e de estetização do aparecer ou do mostra-se. Aquilo que antes era considerado fútil e frívolo, agora tornou-se um meio de busca da identidade, no qual contam a originalidade e a mudança contínua. Para o crítico de arte, “a diferenciação entre moda e arte tende a

⁴ Assim como seus antecessores do Japão, Hanae Mori, Kenzo Takada e Kansai Yamamoto, que haviam aparecido em Paris nos anos 1960 e 1970, produziram estilos bem diferentes; os desenhos de Mori, a primeira estilista japonesa a fazer um nome internacional na moda, são predominantemente ocidentais em corte e forma (CLARK, 2012, p. 91-92).

desaparecer, quase como se o corte que definia seus contornos tivesse conseguido, através de um sucessivo processo de colagem, sobrepô-las e uni-las” (CELANT, 1999, p.176).

Durante os anos 90, “o que correspondia a um primeiro movimento espontâneo de aproximação das formas de expressão pós-modernas se intensifica em interferências conscientemente organizadas” (MÜLLER, 2000, p.15). Ou seja, foi principalmente nas duas últimas décadas do século XX que as fronteiras dos campos moda e arte se diluíram, não se sabe onde começa a moda ou termina a arte.

Segundo Müller (2000, p.15) “existe uma moda que faz ‘arte’ e uma arte que fala da moda”. Não se consegue definir quem pertence a quem: lojas da *Comme des Garçons* em Tóquio como exposições de inúmeros artistas como, Daniel Buren (1938-), Jésus Rafael Soto (1923-2005), Cindy Sherman, Jean-Pierre Raynaud (1939-), entre outros. Ou ainda, uma galeria de arte com obra da artista Sylvie Fleury (1961-) tomada pelos cosméticos ou por sacolas de shopping. As sutilezas do tricô construído pelo artista Oliver Hering (1964-), ou as malhas de Fabrice Langlade (1964-) (MÜLLER, 2000).

No final do século XX, a moda se apropriou de algumas linguagens da arte como os termos: “conceitos”, “happenings”, “instalações”. Além disso, exposições invadiram museus e galerias de arte, substituindo desfiles. Na década de 1990, as revistas misturam aspectos visuais com conotação de arte, as publicidades exploram as grandes correntes da contemporaneidade. Com a globalização e o surgimento de um mundo sem fronteiras, a moda adentra uma perspectiva global. Tudo se desenvolve virtualmente e as pessoas não sabem o que virá já a seguir. Também a arte se desenvolve num novo espaço – o virtual. Jovens artistas trabalham nas marcas com o conceito de “aldeia global”. As colaborações arte-moda se multiplicam. As roupas em sua estrutura, em suas relações com o corpo, em sua sociabilidade são questionadas pelas vanguardas de moda, especialmente no Japão, na Bélgica e na Holanda (MÜLLER, 2000).

O individualismo no vestir afirmou-se e segundo Braga (2007) a falta identidade passou a ser a própria identidade. Coloca-se também um novo paradigma para o século XXI: cada vez mais os estilistas e designers apresentam coleções que apelam ao imaginário; a história individual e coletiva; ao criativo e ao manual; e também ao tecnológico.

A relação moda-arte atingiu seu apogeu na década de 1990 quando o show do museu, a vitrine de varejo e o desfile de passarelas se tornaram locais importantes para a exibição de moda. Os designers foram atraídos para a prática artística, e a moda conceitual surgiu à medida que a tecnologia e a inovação tornaram-se preocupações filosóficas fundamentais que superaram a praticidade, a funcionalidade e a capacidade de vestir das roupas (GECZY; KARAMINAS, 2012).

No final do século XX, o vestuário passa a ser considerado uma das expressões humanas e é neste momento em que as linguagens se misturam e novos conceitos e novas abordagens artísticas são criadas, pois a matéria têxtil, conjuntamente com as suas infindáveis variantes e performances, passa a ser o elemento fulcral do vestuário.

Considerações Finais

Ressalta-se que no decorrer do século XIX e principalmente, na primeira metade do século XX, ocorreram inúmeras ações, movimentos e diálogos que mostraram o interesse recíproco entre os campos da moda e o da arte. Entretanto, devido a um fenômeno construído historicamente, foi a partir da segunda metade do século XX que os lugares da arte, do design e da moda apresentaram fronteiras menos definidas.

Pode-se dizer que foi a partir dos pós-Segunda Guerra, que a diferenciação entre moda e arte começa a desaparecer, pois os conceitos contemporâneos de moda tendem a uma abordagem interdisciplinar, de modo a abarcar diversas formas e práticas estéticas que enriquecem a experiência humana da mesma forma que a arte contemporânea, assim a moda se tornou um assunto reconhecível dentro do mundo artístico contemporâneo como resultado de concepções ampliadas de moda e arte.

Com as expansões dos campos da arte e da moda as fronteiras entre eles começam a se diluir formando um entrelugar. A presente pesquisa acredita que o início da formação de um entrelugar do campo estético moda-arte começa a partir da segunda metade do século XX e que a total constituição desse campo estético autônomo se dá nas duas últimas décadas do século passado. Para construir a reflexão sobre o entrelugar do campo estético moda-arte, serão utilizadas as concepções de Homi K. Bhabha (1998) expressas em seu livro *O local da cultura*.

Bhabha é um homem marcado por uma dupla inscrição cultural, indiana e britânica, podendo ser caracterizado, ao mesmo tempo, como plural e híbrido. Em suas reflexões sobre o discurso colonial, ele propõe uma lógica para além do binarismo (ou indiano, ou britânico) e para além da oposição sujeito/objeto. Dessa forma, o autor, amalgamando sua vida e obra, constrói suas reflexões a partir da constituição de sujeitos culturais híbridos. Além disso, para Bhabha (1998), falar sobre cultura significa construir uma reflexão que supere a oposição sujeito/cultura.

Marcado por múltiplas interpretações, o conceito de entrelugar, construído pelo autor, torna-se particularmente fecundo para reconfigurar os limites difusos de uma multiplicidade de vertentes culturais que circulam na contemporaneidade e ultrapassam fronteiras, como é o caso dos campos da moda e da arte.

Existiram inúmeros trabalhos que interligaram arte e moda, principalmente durante o século XX, entretanto a partir da segunda metade desse mesmo século as fronteiras entre arte e moda foram diluindo-se. Dessa forma, observa-se uma nova representação que não se encaixa na definição de campos distintos arte e moda, mas sim na formação de um novo campo estético autônomo denominado moda-arte. Na contemporaneidade, esse campo estético está no entrelugar, na fronteira entre os campos moda e arte, um lugar extremamente conflituoso.

Para forçar a lógica binária de dois campos distintos a se inscrever em um outro espaço de significação, Bhabha (1998) apresenta a categoria de negociação. Tal conceito vem ocupar o lugar da negação da dialética hegeliana, ou seja, os elementos antagônicos ou contraditórios se articulam, não existindo mais uma superação, como propõe tal dialética. “Assim, cada negociação é um processo de tradução e transferência de sentido – cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura” (BHABHA, 1998, p.53). Essa negociação de instâncias contraditórias cria espaços de luta híbridos, nos quais polaridades positivas ou negativas, ainda que relativas, não se justificam. A categoria do hibridismo vem à tona, pois “o momento híbrido tem um valor transformacional de mudança que reside na rearticulação, ou tradução, de elementos que não são nem o Um ... nem o Outro ..., mas algo mais, que contesta os termos e territórios de ambos” (BHABHA, 1998, p.55).

Não é possível pensar em sentidos fixos, primordiais, que reflitam objetos políticos unitários e homogêneos. E é justamente o que campo estético moda-arte representa. Ele está no entrelugar dos conflitos, do hibridismo, do heterogêneo, da negociação entre esses dois campos. Esse entrelugar ocupado por tal campo estético é um local intersticial. Assim, o entrelugar do campo estético moda-arte é, sim, um lugar de conflitos, de negociações e reapropriações.

Ressalta-se que o presente trabalho acredita que atualmente a pergunta: “Moda é arte?” não se sustenta mais e que o único possível questionamento, baseado nas teorias de Danto e Goodman, seja o seguinte: “Quando e como moda é arte? Vale, ainda, ressaltar que não estamos afirmando que toda moda é arte, mas que em alguns casos específicos algumas obras estão inseridas no entrelugar do campo estético moda-arte.



Referências

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CELANT, Germano. Cortar é pensar: arte & moda. In: CÉRON, Ileana Pradilla; REIS, Paulo (orgs.). *Kant: crítica e estética na modernidade*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
- CIDREIRA, Renata Pitombo. *Os sentidos da moda: vestuário, comunicação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.
- CLARK, Hazel. Conceptual Fashion. In: GECZY, Adam; KARAMINAS, Vicki. (Org.). *Fashion and art*. New York: Berg, 2012.
- _____. *Após o fim da arte: A Arte Contemporânea e os Limites da História*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006a.
- _____. *O mundo da arte*. Tradução de Rodrigo Duarte. In: *Artefilosofia*. Ouro Preto, n. 1, p.13-25, jul.2006b.
- ENGLISH, Bonnie. *Japanese fashion designers: the work and influence of Issey Miyake, Yohji Yamamoto and Rei Kawakubo*. London: Bloomsbury, 2011.
- GECZY, Adam; KARAMINAS, Vicki. Fashion and Art: Critical Crossovers. In: GECZY, Adam; KARAMINAS, Vicki. (Org.) *Fashion and art*. New York: Berg, 2012.
- JONES, Sue Jenkyn. *Fashion design: manual do estilista*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- MACKRELL, Alice. *Art and Fashion: The Impact of Art on Fashion and Fashion on Art*. London: Batsford, 2005.
- MAGALHÃES, Fábio. *Rubens Gerchman*. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.
- MARX, Maya Estarque. *Diálogos entre arte y moda en la actualidad*. Tesis doctoral. (Doctorado en Escultura) - Departamento de Escultura - Faculdade de Belas Artes de Pontevedra, Universidade de Vigo, Vigo 2014.
- MÜLLER, Florence. *Arte e Moda*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000.
- SANT'ANNA, Patricia. *Coleção Rhodia: arte e design de moda nos anos sessenta no Brasil*. Tese (Doutorado em História da Arte) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2010.
- STEELE, Valerie. Museum Quality: The Rise of the Fashion Exhibition. In: *Fashion Theory*, vol. 12, n. 1, 2008. p. 7-30.
- WOLLEN, Peter. *Addressing the Century: 100 Years of Art and Fashion*. London: Hayward Gallery Publishing, 1999.

UPF: 51 anos da materialização de um sonho

Gabriela Tosta Goulart ¹

Resumo: Este artigo trata do embate político histórico pelo poder administrativo das faculdades locais, ocorrido anos antes da materialização do sonho da constituição da Universidade de Passo Fundo (UPF). A entidade mantenedora da universidade, a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), formou-se apenas em 16 de maio de 1967 pela fusão da Sociedade Pró-Universidade (SPU) – administrada por César Santos – e do Consórcio Universitário Católico (CUC) – administrado pelo padre Alcydes Guareschi -, pondo fim ao histórico embate político a cerca do poder administrativo das faculdades locais. Nosso estudo abrange a análise acerca do processo de formação dos grupos de fomento à ideia da interiorização do ensino superior encabeçada por políticos e integrantes da imprensa passo-fundense, bem como as arenas nas quais estes sujeitos articularam a estrutura de poder a cerca da disputa pela gestão do núcleo educacional. Para este fim, analisamos o Estatuto da Sociedade Pró-Universidade, fundada em 1961, e a articulação destas ideias na imprensa local o jornal *Diário da Manhã* e o jornal *O Nacional*.

Palavras-chave: Poder local; Sociedade Pró-Universidade; Interiorização do ensino superior.

Introdução

A Universidade de Passo Fundo (UPF), que neste ano completa 51 anos, nasceu em 6 de junho de 1968, demarcando a materialização do sonho da interiorização do ensino superior. Sua entidade mantenedora, a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), formou-se ainda em 16 de maio de 1967 pela fusão do patrimônio da Sociedade Pró-Universidade (SPU) – presidida por César Santos – e do Consórcio Universitário Católico (CUC) – administrada pelo padre Alcides Guareschi –, encerrando um embate político histórico pelo poder administrativo das faculdades locais.

O intuito das duas entidades administradoras era formar um patrimônio que futuramente permitisse a constituição da Universidade de Passo Fundo. O pedido havia sido direcionado por César Santos ainda em 1951, sob a cessão de apólices pelos órgãos competentes e aval do governo do Estado, bem como do Ministério da Educação. César Santos usou todos os recursos que a posição de deputado federal lhe trouxera, recebendo o apoio de Ernesto Dornelles, que na época era o Governador do Estado e possuía em sua alçada a possibilidade de reforçar a comunicação com os órgãos competentes.

¹ Jornalista e historiadora, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Pesquisadora convidada do IHPF.

Ainda no início da década de 1950 já se discutiam as possibilidades de localização da futura Universidade, a construção de uma cidade universitária e a necessidade do funcionamento imediato da Faculdade de Direito. Contudo, foi apenas em 1954² que o grupo teve a primeira meta atingida: a regulamentação da Faculdade de Direito. Dois anos depois, em 1956, encontrava-se pendente a organização da Faculdade de Filosofia (sob a alçada administrativa do CUC), a Faculdade de Economia, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Agronomia (administradas pela SPU). Reissoly Santos, irmão de César Santos, era o principal nome citado à frente da maior parte destes projetos, buscando a oficialização junto ao governo federal. Com a organização das novas escolas, estimava-se conseguir um “esteio econômico” favorável para viabilizar a universidade.

Os professores cotados no período para lecionarem nas faculdades, além do diploma, possuíam trabalhos publicados sobre as matérias nas quais lecionavam e possuíam “autoridade de mestres”. De todas as faculdades listadas, a que gerava mais expectativa aos populares era a de agronomia tendo em vista o vasto desenvolvimento da triticultura na região, o que demandava uma assistência pontual e mais próxima para expansão.

Outro nome que atuou ativamente no período foi Daniel Dipp, com uma campanha no campo da iniciativa privada a favor do ensino superior, com o Projeto nº 2456 – 1957 que visava o auxílio de Cr\$ 10 milhões à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Em 1959, com o desentendimento ocorrido nas hostes do PTB, entre o grupo executivo liderado por César Santos e a ala rebelde liderada por Dipp, o posicionamento com relação às reivindicações em prol da Sociedade Pró-Universidade mudaram drasticamente. A partir daí, na Câmara Federal, Dipp denunciou a existência de entidades fantasmas que estariam recebendo auxílios do governo federal, em Passo Fundo. A denúncia foi levada também ao parlamento nacional³ e César Santos foi desafiado a comprovar que as alegações eram de fato maldosas.

Mesmo envolta em eventos mal explicados, a Sociedade Pró-Universidade recebeu como doação, em 1961, o hospital e a rádio Municipal. O projeto foi encabeçado pelo prefeito Benoni Rosado e levado à votação na Câmara de Vereadores. Os opositores partidários do prefeito entraram em resistência imediata alegando na época que apenas a doação do Hospital foi amplamente discutida pela população, o inverso do que ocorreu

² *O Nacional*, 22 de abril de 1954, p.1. Título: Expressiva vitória do povo de Passo Fundo.

³ *O Nacional*, 27 de abril de 1959, p.2. Título: A pedido – Denúncia do deputado Daniel Dipp no parlamento nacional.

quando se levantou a possibilidade de doação da rádio⁴. A reversão dos bens para o município aconteceu somente em 1964, quando a gestão do município já estava nas mãos de Mário Menegaz.

No discurso⁵ do Governador do Estado, Ildo Meneghetti, a faculdade de Agronomia era assegurada para Passo Fundo, apesar dos controversos problemas apresentados por alunos e professores a respeito dos recursos disponíveis para sua efetividade. A situação da faculdade de Agronomia despertou o ato de intervenção do Estado na S.P.U., colocando Murilo Annes⁶ como interventor. Murilo Annes sustou o fechamento da Faculdade de Agronomia⁷ e acusou a ex-direção da S.P.U. de desvio de verbas e negligência nas condições materiais necessárias para funcionamento da escola. Neste período, intervenção era considerada ato legítimo e necessário em conclusão ao inquérito feito e recebia apoio do Terceiro Exército⁸. Para por fim a esta série de desgastes que se instituiu à fusão da SPU e da CUC, somando patrimônios para viabilização da Universidade de Passo Fundo.

1. SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE

Apesar de ter sido fundada em 2 de fevereiro de 1950, o estatuto da Sociedade Pró-Universidade foi publicado apenas em 1959 e, na capa do estatuto, consta a consideração de se tratar de uma publicação de utilidade pública. A Sociedade Pró-Universidade (SPU), tinha por objetivo “criar e manter” escolas de ensino superior e, futuramente, congregá-las em Universidade. Declarava-se apolítica e sem fins religiosos, sendo ativamente representada por seu presidente César José Santos e mantida por verbas municipais, estaduais ou doações dos associados.

Previa-se a formação de conselhos, assembleias sociais, incumbências da diretoria, do conselho e dos sócios. Sobre sua composição do quadro societário, constituía-os em cinco categorias: fundadores, beneméritos, honorários, efetivos e ativos. Somente os sócios ativos possuíam direito de voto, os demais ficavam a disposição para compor conselhos e comitês relativos, para possíveis apoios. Entre os direitos do presidente estavam o de “admitir, recusar, observar, suspender, excluir e classificar os sócios” alocados nas cinco categorias citadas.

⁴ *O Nacional*, 13 de julho de 1961, p.1. Título: Doador o Hospital Municipal à Sociedade Pró-Universidade.

⁵ *O Nacional*, 21 de fevereiro de 1964, p.1. Título: Governador Meneghetti assegura em Erechim: Passo Fundo terá Faculdade de Agronomia.

⁶ Murilo Annes era sobrinho de Armando Araújo Annes.

⁷ *O Nacional*, 03 de agosto de 1964, p.1. Título: Sustado fechamento da Agronomia.

⁸ *O Nacional*, 14 de outubro de 1964, p.1. Título: IPM do Terceiro Exército: Irmãos Santos não devem receber a SPU de volta.

O estatuto foi registrado em cartório de pessoa jurídica em 08 de julho de 1950⁹ e reformado em 11 de novembro de 1957, por isso sua publicação tardia em 1959. Na tabela 6, no início do capítulo, citamos apenas os sócios ativos da SPU, os sócios das outras quatro categorias citadas não constavam no estatuto divulgado. O primeiro curso administrado pela SPU foi o de Direito, cuja liberação pelo MEC ocorreu em 1956. Em 1960 já se levantavam alegações de gestão fraudulenta por parte de César Santos e Reissoly Santos, ou os irmãos Santos como a imprensa nominava.

Contudo, somente em 1964, *O Nacional* acusou diretamente os irmãos Santos por contrabandos e falcatruas, enquanto anunciava efetivamente a intervenção da SPU, que se encontrava a partir daí sob a autonomia do interventor Murilo Annes¹⁰. A ordem de intervenção, em 1964, partiu do Estado, como um fechamento de todo o torpor gerado em 1963 com as notícias da criação de uma “Universidade Fantasma” em Passo Fundo. A divulgação tratava dos estabelecimentos de ensino superior criados pelos irmãos Santos que na ata do Diário Oficial contavam 15 faculdades enquanto na verdade apenas 3 estavam em funcionamento. *O Nacional* portou-se como o veículo de acusação, enquanto o *Diário da Manhã* posicionou-se como de defesa.

Cafruni, um dos sócios ativos da SPU, jornalista atuante no jornal *ON* e responsável pelo relatório do governo de Mário Menegaz da gestão de 1964 a 1967¹¹, cita Mário Menegaz como uma figura atuante em prol do progresso das escolas superiores, apesar de não estar ligado ao quadro societário da SPU. A aproximação de Menegaz com o governador Ildo Meneghetti foi o ponto de culminância para a rápida interferência e derrubada do poder dos irmãos Santos, precursores das novas ideias sobre a interiorização do ensino.

Cafruni declara ter-se posicionado pela vertente de Menegaz, em favor do processo de intervenção, não somente após as denúncias contra os irmãos Santos, mas também por terem declarado que eram os únicos fundadores da SPU, deixando de lado todo o quadro societário declarado no estatuto. Na parcialidade declarada que coube a Cafruni, ficou o legado do desenvolvimento do relatório que chamou de “registros cronológicos”¹² da gestão de Menegaz, com base nos arquivos documentais que acumulou no período e nos fatos citados pela imprensa que estava ao livre acesso de todos, declarando que estes eram os “fatos” e o “outro lado”¹³ desta história, o que não permitia visões ambíguas.

⁹ Sob nº 89, fls. 13 e 14 do livro A1, conforme declarado no estatuto.

¹⁰ Filho de Herculano Araújo Annes – primeiro sócio fundador do jornal *O Nacional* – e neto de Gervásio Lucas Annes, que marcou a primeira etapa de poder em Passo Fundo pelo PRR.

¹¹ Material disponível no acervo de Cafruni, no Instituto Histórico de Passo Fundo.

¹² CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.16. Título: Palavras Iniciais.

¹³ Idem.

As matérias destacadas por Cafruni estavam ligadas efetivamente ao jornal *O Nacional*, não porque pertenceu ao corpo editorial deste veículo por quinze anos, mas, segundo ele, por ter estado inserido nas lutas ocorridas no período de nosso recorte. Esta diretriz fica mais clara na própria declaração de Cafruni que afirmou ter utilizado um critério na seleção dos assuntos constantes no relatório, “ordenação, escolhas, rejeições, complementações e interpretações”¹⁴, sem ter se interessado em olhar para o lado dos adversários de Mário Menegaz, mas negou a parcialidade, nomeou como um subsídio, um depoimento, para servir de “complementação”¹⁵ para quem futuramente, de fato, fosse escrever a história sobre aqueles dias.

Por essas razões, aceitou escrever os “fatos”¹⁶ da administração de Menegaz, pois Menegaz também sofreu ataques e críticas pelas ações cometidas no período e, ainda, por apoiar as ações de o governo militar, utilizando dos recursos que possuía como aliado para intervir na política local e na SPU. De acordo com a prática estabelecida na lei, poderia ter intervindo nas faculdades, mas não na entidade administradora particular composta por sócios, mas justificada pela “anarquia”¹⁷ existente no município naquele momento sob a alçada petebista, fez o necessário para diminuir o poder do partido e de seus integrantes no governo local e nas instituições mais representativas da região.

Para o grupo opositor a César Santos, e ao PTB, Passo Fundo estava exposto à anarquia e confusão, destacava-se que durante os quinze anos em que a cidade esteve nas mãos do referido líder petebista, também líder da SPU, a entidade foi sempre um “estopim”¹⁸ para “lutas encarniçadas”¹⁹. Passo Fundo era citado como o maior reduto petebista do norte do Estado, por isso era o partido mais “poderoso”²⁰ no governo Jango-Brizola. Menegaz não negava sua raiz petebista, mas exaltava a mudança para o MTR, partido que ajudou a fundar como o marco do princípio da “queda da bastilha”²¹ na região.

Ainda no referido relatório, Cafruni destacou que defendia a atuação do prefeito da época, mas não tirava o espaço da oposição, por determinar a ela a efetividade de constituir um papel na história, sem eles não conseguiria situar o prefeito na história e que deixava ao historiador “o julgamento dos fatos históricos”²². O

¹⁴ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.17. Título: Palavras Iniciais.

¹⁵ Idem.

¹⁶ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.19. Título: Palavras Iniciais.

¹⁷ Idem.

¹⁸ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.19-21. Título: Palavras Iniciais.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

Golpe de 31 de março foi visto como o marco desta queda de poder, reforçado com a vinda do governo Estadual para Passo Fundo, o apoio de Menegaz ao governo militar e a instituição de Passo Fundo como a Capital da Liberdade²³ pela convivência com os referidos governos vigentes no nível estadual e federal.

Em momentos distintos, Menegaz tem sua administração comparada à de Armando Annes e posteriormente, sobre a possibilidade de luta armada para a tomada de poder do PTB, teve sua garra comparada a de Nicolau Vergueiro, por Cafruni. Uma das lutas de Menegaz foi para a reversão da doação da rádio municipal e do hospital municipal, como patrimônios da SPU, ambos construídos na gestão de Daniel Dipp (1952-1954) e doados na gestão de Benoni Rosado (1960-1963) sob a alegação de que não propiciavam lucros à municipalidade. Apenas o *Jornal Nacional* postou-se contra na época, mas não foi suficiente para impedir o processo.

Em 18 de abril de 1964, Menegaz conseguiu reverter às doações sob a alegação de que haviam sido construídos com verba do povo, por isso para o povo deveria retornar. As reversões ocorreram sob o mesmo critério de quando foram doadas, através de votação na Câmara de Vereadores. Quando a rádio foi inaugurada em 1954, Daniel Dipp estava à frente da prefeitura, recebeu apoio de Wolmar Salton e outros trabalhistas, além de Túlio Fontoura. Contudo, logo após a criação, Túlio Fontoura entrou com embargos judiciais e quem defendeu a causa municipal foi o consultor jurídico do município à época, Carlos Galves. Quando houve a possibilidade de doação para a SPU, solicitada por César Santos à Benoni Rosado, com o apoio da Câmara de Vereadores, Túlio Fontoura apoiou veementemente, pois já alegava naquela época que a rádio vinha sendo fruto de uso particular por Daniel Dipp.

As reversões não agradaram de forma alguma a oposição, especialmente Túlio Fontoura e César Santos, bem como a queda dos petebistas locais, o “ardor combativo”, segundo Cafruni, se sucedeu através da imprensa, nas páginas do *DM*. Reconhecia-se uma luta em andamento, mas uma luta sem violência entre Menegaz de um lado e César Santos à frente da oposição para retomar o poder que havia perdido em 31 de março de 1964. A reversão da rádio e do hospital para a municipalidade foi considerada a primeira vitória do grupo de Menegaz contra a SPU, o próximo passo seria a intervenção. Todos os lados estavam engajados pela mesma causa, de acordo com Cafruni, desde 1956, com as ideias fomentadas pelos jornalistas Antonio Donin e Múcio de Castro em 1949. Donin e Castro procuraram na época o dr. César José Santos, presidente do PTB local, sendo todos pertencentes à mesma agremiação – o PTB - e apelando aos recursos que o líder possuía enquanto deputado federal.

²³ Título proveniente da Operação Farroupilha, conforme abordado na pesquisa de Zardo (2010).

Toda a articulação em prol da formação de um grupo focado no objetivo de trazer o ensino superior para o interior do Estado foi realizada pelos jornalistas Castro e Donin e, desde o início, se percebeu a necessidade de criação de uma sociedade mantenedora das Faculdades que seriam trazidas para Passo Fundo. Assim, em 1950, o grupo fundou a Sociedade Pró-Universidade e registrou-o no cartório de pessoas jurídicas em 8 de julho do referido ano²⁴. No entanto, se avaliarmos os nomes listados na tabela 6, perceberemos que não constam os nomes dos jornalistas Donin e Castro, pois estavam ausentes na data do registro em cartório.

Em 1956 o grupo conseguiu o registro da Faculdade de Direito e a prefeitura doou o primeiro patrimônio à SPU, bem como as verbas assistenciais necessárias. Todo o mérito foi devidamente citado por Cafruni relatando as gestões municipais envolvidas: Armando Annes, Daniel Dipp, Benoni Rosado, Wolmar Salton e Mário Menegaz. Celso Fiori foi o responsável por adaptar o prédio da faculdade de Direito e, posteriormente, particulares forneceram doações para constituição da biblioteca. Tudo fluía bem até 1964, quando ocorreu a “Revolução Democrática”²⁵, conforme denominou Cafruni, as acusações começaram a surgir contra os irmãos Santos que continuavam à frente da direção da SPU.

Mário Menegaz foi procurado pelos demais integrantes da SPU para conseguir uma intervenção na entidade junto ao governo estadual²⁶. No período, o *ON noticiou* que Menegaz e Martinelli deslocaram-se para a capital do estado e, em seguida, à Brasília para interceder da forma como fosse possível na SPU. Conseguiram em 22 de abril que governador do estado emitisse a intervenção da SPU e das faculdades mantida por ela, deixando Murilo Annes como interventor nomeado até que o Ministério da Educação direcionasse a solução para a normalização institucional. Neste ano a Sociedade possuía sob administração as Faculdades de Direito, Economia, Agronomia e o Instituto de Belas Artes. A Faculdade de Filosofia só não entrou no processo de intervenção por estar sob a responsabilidade administrativa do Consórcio Universitário Católico, dirigida pelo padre Alcides Guareschi. Toda esta ação de Menegaz no primeiro semestre de 1964 rendeu-lhe o título de cidadão passo-fundense, com direito à presença do governador do estado na data da homenagem realizada pela Câmara de Vereadores. Apenas em outubro de 1964 foi levantada a intervenção da SPU, ocorrendo à convocação dos sócios e a eleição de um novo presidente para a entidade. Alcides

²⁴ Estatutos registrados sob nº 89, fls. 13 e 14, do livro A-1.

²⁵ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.23-24. Título: Palavras Iniciais.

²⁶ *O Nacional*, 27 de abril de 1964.

Guareschi, que já administrava a Faculdade de Filosofia, foi eleito para a presidência da Sociedade Pró-Universidade.

Em 2 de fevereiro de 1967, os irmãos Santos retornaram a reivindicar a direção da SPU, com o apoio do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar, alegando respaldo legal no Código Civil, tomaram posse dos bens e da direção da SPU, destituindo também a maioria do quadro docente em exercício. A direção eleita da SPU encontrava-se em viagem, retornando apenas quatro dias depois da tomada de poder pelos irmãos Santos, reorientando o comandante da Brigada Militar local e restituindo novamente os eleitos de 1964. A ordem de retirada para os irmãos Santos partiu do delegado local, havendo recusa por parte dos mesmos. No jornal *ON*, os irmãos Santos foram citados como invasores e julgados por utilizar indevidamente o nome das autoridades do estado como apoio ao ato, além do desacato ao prefeito municipal.

**Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade PF
Em Nota Oficial, o Prefeito Mário Menegaz expõe ocorrências**

O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, SR. MÁRIO MENEGAZ, EXPEDIU A SEGUINTE NOTA OFICIAL, RELATIVAMENTE AOS ACONTECIMENTOS ONTEM REGISTRADOS NA SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO:

<<Ontem , cerca de 17 horas, fui informado de que César José dos Santos, bem como o dr. Mário Hoppe e dr. Wilson Lopes, haviam invadido a sede da SPU>>.

<<Efetivamente, como verificamos depois, César José dos Santos e mais elementos haviam requisitado forças da Brigada Militar, através de ofício, como <<presidente da SPU>>, inclusive do uso indébito do nome do Exmo. Senhor Governador do Estado e do Chefe da Casa Civil, dr. João Dêntice>>.

[...] <<É de estarrecer tudo o que houve. O povo e as mesmas autoridades de Passo Fundo e do Estado ficaram chocadas diante de tanto atrevimento desses elementos, hoje configurados como autores de um ato escandaloso>>²⁷.

No *DM*²⁸, foi publicada uma nota dos irmãos Santos alegando esclarecimento à opinião pública, na qual informavam que a SPU era uma entidade mantenedora particular, administrada por sócios ativos e que a intervenção apenas dilapidou os bens da Sociedade, que foram vendidos sob a alegação de pagar dívidas que não existiam além criarem dívidas que prejudicavam os acadêmicos que passavam a ter que arcar com o preço do ensino “combalido”. Na retomada, os irmãos alegavam possuir três mandados de segurança e uma ação de nulidade da intervenção e decidiram não aguardar por mais meses uma resposta da justiça. Assim, se

²⁷ *O Nacional*, 3 de fevereiro de 1967. S/página. Título: Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade de PF.

²⁸ *Diário da Manhã*, 3 de fevereiro de 1967.

justificou a cooptação das forças policiais locais. O período foi tenso com relação às acusações pessoais de ambos os lados, mas pode-se destacar que, do todo, apenas Reissoly havia sido expulso do quadro societário da SPU, pelos próprios sócios integrantes da entidade, os demais haviam sido apenas destituídos de suas funções na direção da Sociedade. A ação mais intensa contra Reissoly foi devido às acusações de desvios durante o período em que esteve à frente da gestão burocrática da SPU. Outro ponto de acusação pesada no momento foi à ligação dos irmãos Santos ao governo deposto em 1964, Brizola e Jango.

<<César Santos, como se sabe, é ex-presidente do PTB e elemento ligado ao Brizolismo gaúcho, elemento subversivo que, no dia 31 de março de 64, foi ao quartel do 1/20º R.C. do Exército, solicitar forças para tomarem conta da Prefeitura, e na lista dos que deviam ser sacrificados, em primeiro lugar, estava Dom Claudio Colling, D.D. Bispo Diocesano>>.

<<Reissoly José dos Santos é brizolista, ex-deputado do PTB, e para eleger-se demoliu a camionete da SPU, consumiu a gasolina da mesma entidade, aproveitou-se das verbas federais da SPU em favor de sua campanha, e agora vive desesperado e alucinado, por ter sido expulso da SPU, sem poder mais locupletar-se nos bens da mesma, por ter perdido o emprego>>²⁹.

Até que a retomada fosse efetivada, Menegaz declarou luto oficial no município enquanto “perdurasse” a situação de “violência” imposta pelos irmãos Santos. Houve a interdição de ruas próximas à sede da SPU, a prefeitura e os serviços oferecidos ao povo foram suspensos e o Governo Estadual foi acionado pelo prefeito. Para entender o posicionamento do *DM*, é importante compreender que Túlio Fontoura apesar de defender os irmãos Santos e ter seu apreço pelo trabalhismo, graças à proximidade com os mesmos, também era próximo do recém-instituído governador do estado, Perachi Barcelos. Em vista dos posicionamentos conhecidos, o governador optava por “deixar fluir” pela justiça esta definição, sem interferir no processo, não cedia autonomia aos irmãos Santos nem ao prefeito.

A intervenção esperada veio pelo delegado regional de polícia, através de acordo entre as partes para que a decisão sobre a SPU fosse através dos juristas, por meio legal. Pelas informações noticiadas pelo *DM*, o governador do Estado não intercedeu nem por um lado, nem por outro, tanto é que não recebeu Menegaz em seu gabinete, mesmo que tivesse esperado por horas para uma audiência. Menegaz foi orientado a procurar as medidas cabíveis com o secretário de Segurança Pública e pelas vias judiciais, pois a SPU era uma entidade mantenedora privada, não cabendo à interferência pública estadual. Contudo, Menegaz alegou ainda

²⁹ *O Nacional*, 3 de fevereiro de 1967. S/página. Título: Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade de PF.

assim ter sido recebido pessoalmente, junto ao governador e seus assessores, para a orientação do procedimento. Perspectivas diferentes de ação, como a supracitada, sobre um mesmo incidente são pontos comuns em nossa análise de discurso, a realidade não é omissa, mas sim um jogo que, conforme Charaudeau (2009, p.7-9), permite ser interpretado pelo contexto e emitida com base na identidade dos sujeitos, “em outros termos, no que é dito, há sempre o que é dito o que não o é, um não dito que, entretanto, também se diz”. A imprensa e os meios da arena política são os lugares comuns para este jogo de máscaras.

Seguindo a diretriz do grupo liderado por Menegaz, em 6 de fevereiro, os prefeitos da região reuniram-se para discutir o interesse compartilhado pela restituição das Faculdades, somava-se ao todo 75 prefeitos de municípios da região. A convocação coletiva devia-se a preocupação declarada com o atrapalho que ocasionaria nos vestibulares que se encontrava próximo. A ARENA, partido ao qual os irmãos pertenciam, decidiu por destituir os dois membros e desautorizá-los pelas decisões tomadas com relação à SPU. Pela definição obtida judicialmente, o vestibular estaria mantido no dia 23 de fevereiro daquele ano. A decisão judicial definitiva saiu apenas no dia 10 de abril de 1967, dando causa perdida aos irmãos Santos.

A ARENA E O CASO DA SPU

“O Nacional” de 9 de fevereiro publicava o seguinte:

–“Informações colhidas pela reportagem revelam que os membros do diretório local da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em reunião que há pouco realizaram, teriam resolvido destituir dos cargos que ocupavam os srs. Wilson de Assis Pereira Lopes e Mário Daniel Hoppe, presidente e secretário, respectivamente”.

“Após essa iniciativa – diz a nota – os conselheiros e vogais do diretório arenista, endereçaram ao deputado Francisco Solano Borges, presidente da ARENA no Estado, cientificando-o da medida”.

“Além da destituição dos dois membros, o Diretório desautorizou as providências por estes tomadas, juntamente com os srs. César Santos e Reissoly José dos Santos, no que se relaciona com o rumoroso caso da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, cujos bens foram violentamente retomados, sob o “alto comando” dos irmãos Santos”.

Era um rebate prematuramente lançado...

A destituição do presidente e secretário ficou, entretanto, nem efeito. Os elementos desgostosos não exerciam nenhum poder para se arriscarem a tanto.

A nota no jornal apenas interessa por trazer a vinculação da ARENA, aos srs. César e Reissoly Santos, cabeças da intentona contra o SPU³⁰.

³⁰ CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.142. Título: A Arena e o Caso da SPU.



Em 16 de maio do mesmo ano, o Consórcio Universitário Católico e a Sociedade Pró-universidade se fundiram, formando a Fundação Universidade de Passo Fundo, colocando um fim definitivo às inconstâncias societárias que rondavam a SPU intensamente nos seus últimos anos como instituição mantenedora das Faculdades. Os processos movidos pelos irmãos Santos contra Múcio de Castro e Mário Menegaz, com base na Lei de Imprensa, foram arquivados em 18 de agosto de 1967. O poder do núcleo universitário estava garantido no grupo de apoio de Menegaz, Dipp, Castro e Annes.

Considerações Finais

O ensejo de implantar o ensino superior em Passo Fundo surgiu em meados de 1950, junto a um movimento de tendência nacional que visava descentralizar o ensino superior das capitais, que eram os grandes centros educacionais até então. O processo de implantação evoluiu rapidamente entre 1950 e 1960, período em que as primeiras faculdades locais foram instaladas na cidade de Passo Fundo. Para entendermos esta rápida evolução, analisamos as lutas políticas que movimentaram as lideranças locais a cerca do tema e utilizamos a imprensa - jornal *Diário da Manhã* e jornal *O Nacional* - como fonte para reconstituirmos e contextualizarmos o cenário político a partir das notícias que circularam no período sobre as principais preocupações discursadas por esta elite nas mídias. À frente da causa da interiorização do ensino superior localizamos dois nomes principais na deputação estadual: César Santos e Daniel Dipp.

Em consequente, procuramos compreender como funcionou a articulação do meio político com a imprensa durante a discussão sobre a instalação, nos direcionando a pesquisar os discursos de políticos locais sobre a interiorização do ensino superior e da criação de uma futura universidade. Conhecer estes discursos nos levou a reflexão crítica acerca das relações de poder e dominação vigente no cenário político passo-fundense deixando às claras o jogo de ideias e interesses contido, bem como margem para interpretação das ideologias marcadas pelas experiências partidárias ao longo da jornada dos indivíduos envolvidos acerca do debate.

FONTES

Jornal *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 01/01/1947 à 30/12/1964. Localização Jornal Diário da Manhã.

Estatuto da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: Tip. Elite, 1959. Localização Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPPF).



Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 02/01/1947 à 30/12/1964. Diário Independente. Localização Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

Referências

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Programa de Pós Graduação em História PPGH-UPF (Dissertação). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo*. In: BASTITELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, 215p.

GUARESCHI, Elydo Alcides. *O processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001.

NASCIMENTO, Welci. *Um sonho: 1954-2014*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014. 104 p.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. 2º Ed. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2012.

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: A transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. Monografia IFCH/UFRGS, 2010.

O desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Passo Fundo (RS) no período de 2009 a 2017¹

Indaia Dias Lopes²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo identificar como ocorreu o desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, a partir da implementação da Lei nº 11.947/2009. A referida legislação determinou que, no mínimo 30% dos recursos destinados ao PNAE pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) devem ser investidos em produtos da agricultura familiar. Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa dos dados. Foram utilizadas fontes orais, legislações, documentos relativos a gestão do PNAE no nível municipal, além de livros e artigos. A partir da implementação da Lei nº 11.947/2009 ocorreu a organização de fornecedores da agricultura familiar em Passo Fundo. Tanto por parte do órgão responsável pela alimentação escolar na prefeitura municipal, quanto dos agricultores que fornecem produtos para estes locais, decorreu um tempo para que os mesmos pudessem se adaptar e atender as exigências propostas por essa Lei. A Emater é uma instituição que vem atuando neste processo, auxiliando os agricultores e suas organizações cooperativas, os gestores do PNAE na Prefeitura Municipal e também junto às escolas. Considera-se que ainda existem dificuldades e entraves a serem superados para aprimorar este mercado em Passo Fundo, mas é a partir da interação entre os diferentes atores sociais envolvidos com o PNAE que pode-se alcançar melhores resultados.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Agricultura Familiar. Passo Fundo.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa que objetiva, em caráter suplementar, a transferência de recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios, visando suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos. O PNAE, por meio da oferta de alimentos e de ações de educação alimentar e nutricional, auxilia no desenvolvimento, no crescimento, na aprendizagem, no desempenho dos alunos e contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE, 2015).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF); Bolsista PROSUC/Capes. Email: indaia_lopes@yahoo.com.br, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

A partir do ano de 2009, com a Lei nº 11.947, foi regulamentado que as compras dos gêneros alimentícios para o PNAE poderiam ser realizadas por meio de um processo de compras simplificado, que são as Chamadas Públicas (FNDE, 2016a), permitindo que o processo licitatório fosse dispensado. Tal legislação, em seu artigo 14, determinou que, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE devem ser investidos em produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

O município de Passo Fundo possui 70 escolas municipais com aproximadamente 17 mil alunos (FNDE, 2017), além disso, é a maior cidade do norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS) com uma população estimada em 198.799 habitantes (IBGE, 2017), o que justifica a escolha desse município enquanto *lôcus* de pesquisa. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo identificar como se desenvolveu o PNAE nas escolas municipais de Passo Fundo, especialmente a partir da vigência da Lei nº 11.947/2009.

Em termos metodológicos, este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa dos dados (GIL, 2016). Foram utilizadas fontes orais, legislações, documentos relativos a gestão do PNAE no nível municipal, além de livros e artigos.

Como a gestão do PNAE em Passo Fundo é centralizada na Secretaria Municipal de Educação, a processualidade metodológica desta pesquisa privilegiou entrevistas com a nutricionista do PNAE na Prefeitura, com o Secretário Municipal de Educação, diretoras de escolas e merendeiras, totalizando 15 entrevistados.

Este artigo está organizado em seis seções, a contar desta introdução. A seção dois faz uma breve contextualização da trajetória e das transformações do Programa de Alimentação Escolar (PAE) brasileiro. A seção três apresenta as formas de gestão do PNAE. Na quarta seção realiza-se uma análise da operacionalização do PNAE nas escolas municipais de Passo Fundo, especialmente a partir da vigência da Lei nº 11.947/2009. Por fim, na seção cinco, apresentam-se as considerações finais, seguidas das referências.

A alimentação escolar no Brasil

O PAE teve sua origem no Brasil no início da década de 1940 em um cenário onde o Instituto de Nutrição defendia a ideia de que a alimentação escolar deveria ser financiada pelo governo federal. Na década de 1950, foi elaborado um plano denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, sendo

abordada pela primeira vez a alimentação escolar em âmbito nacional sob responsabilidade pública (FNDE, 2016^a).

Desde a criação do programa até o ano de 1993, a execução era realizada de forma centralizada e os gêneros alimentícios eram adquiridos via licitação (Lei nº 8.666/1993). O órgão que realizava a gestão do programa também contratava laboratórios especializados para que pudesse ser feito o controle de qualidade e era responsável por distribuir os alimentos em todo o país (FNDE, 2016^a).

No ano de 1994, por meio da Lei nº 8.913, ocorreu a descentralização do PNAE, sendo celebrados convênios com os municípios e com o envolvimento da Secretaria de Educação dos estados e do Distrito Federal, repassando a estas a competência para atender os alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização. A Medida Provisória nº 1.784 de 14/12/1998 consolidou a descentralização e definiu que o repasse dos recursos para a alimentação escolar seria direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, sem a necessidade de convênios ou instrumentos similares, facilitando o processo (FNDE, 2016^a). O Fundo Nacional da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é o órgão responsável pela administração do PNAE (PEIXINHO et al., 2011).

Em 2007, foram criadas parcerias entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras com o objetivo de constituir Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecanes). Os Cecanes foram implementados no ano de 2009 em cinco Estados: na Bahia, em Brasília, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Estes centros são unidades de referência que ficam dentro das instituições de ensino superior e que desenvolvem ações direcionadas ao PNAE. Tais órgãos foram criados com o objetivo de capacitar os agentes envolvidos no programa, desde os gestores públicos, merendeiras até os agricultores familiares que são fornecedores. (FNDE, 2016b).

A Lei nº 11.947/2009 instituiu seis diretrizes para a execução do PNAE: a) alimentação saudável e adequada; b) educação alimentar e nutricional; c) universalização; d) participação social; e) desenvolvimento Sustentável; f) direito à alimentação escolar. A partir destas diretrizes que o Programa é desenvolvido.

O PNAE, por meio da oferta de alimentos e de ações de educação alimentar e nutricional, auxilia no desenvolvimento, no crescimento, na aprendizagem, no desempenho dos alunos e contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis (FNDE, 2015).

A partir de 2009, com a Lei nº 11.947/2009, foi regulamentado que as compras dos gêneros alimentícios para o PNAE poderiam ser realizadas por meio de um processo simplificado, que são as Chamadas Públicas (FNDE, 2016b), permitindo que o processo licitatório fosse dispensado.

A Lei nº 11.947/2009 propiciou a conexão entre agricultura familiar e a alimentação escolar e a construção de novos mercados pautados nos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O Brasil foi o primeiro país da América Latina que estabeleceu uma legislação regulamentando que uma porcentagem dos produtos para a alimentação escolar deveria ter origem em produtos da agricultura familiar (FAO; OPAS, 2017).

Cabe destacar que as compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar também podem ser realizadas por Pregão (Lei nº 8666/1993), porém, este processo não apoia o desenvolvimento sustentável, que é uma das diretrizes do PNAE. Além disso, o Pregão seleciona os fornecedores pelo critério de menor preço, enquanto a Chamada Pública não utiliza o preço como critério de seleção (FNDE, 2016b).

Formas de gestão do PNAE

Como atores do Programa constam o FNDE, as Entidades Executoras (EEx), que inclui os estados e o Distrito Federal, os municípios e as escolas federais de educação básica, as Unidades Executoras (UEX)³ e os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). O FNDE é quem faz a gestão do Programa em âmbito nacional, ficando sob sua responsabilidade a normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do mesmo. As EExs, mediante o recebimento dos recursos executam o PNAE em suas respectivas redes escolares, utilizando-se das formas operacionais previstas na legislação em vigor. Os CAEs atuam como órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento do Programa (BRASIL, 2009; FNDE, 2013).

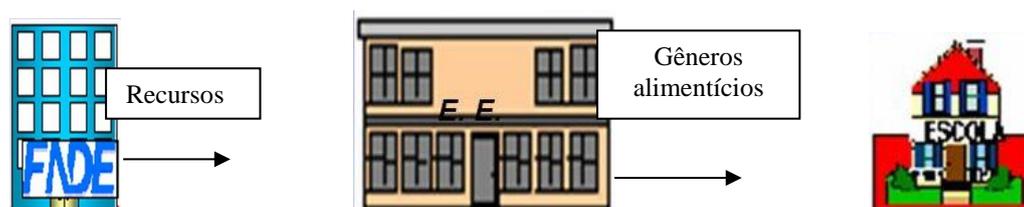
O PNAE possui uma coordenação centralizada nacionalmente no FNDE e sua execução é descentralizada através das EEx. Cada EEx responsabiliza-se pela execução do PNAE em suas respectivas redes de ensino. Mesmo o PNAE possuindo um *modus operandi* já bastante consolidado, sua execução é um tanto complexa, em função de envolver diversos agentes (poder público, órgãos de fiscalização e sociedade civil) nos níveis nacional, estadual e municipal.

Com relação às modalidades de gestão do PNAE, o Governo Federal, por meio do FNDE, transfere os recursos da alimentação escolar às EEx, e estas são responsáveis por definir a forma de gestão. A gestão do PNAE pode ser feita de três formas (TCU, 2017):

³ Entidade privada formalmente constituída e sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (Caixa Escolar, Associação de Pais e Mestres ou similar), responsável pelo recebimento dos recursos financeiros transferidos pela Entidade Executora, bem como pela prestação de contas à mesma (FNDE, 2013).

1. **Centralizada:** nesta modalidade a EEx realiza as compras e faz a distribuição dos alimentos para as escolas, conforme a Figura 1, esse é o modelo mais adotado nas cidades brasileiras, sendo o que está vigente nas escolas municipais de Passo Fundo;

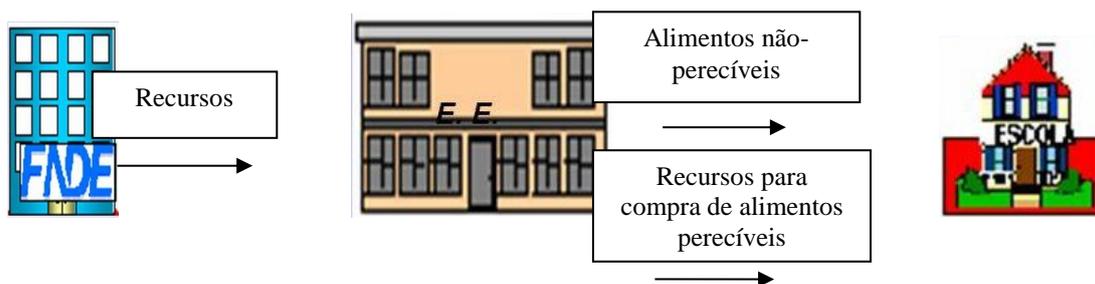
Figura 1 – Gestão do PNAE centralizada.



Fonte: Adaptado de Soares et al. (2013)

2. **Semidescentralizada:** neste caso a EEx faz as compras de alguns gêneros alimentícios, distribui para as escolas, e repassa parte do recurso financeiro para que as escolas façam a aquisição dos outros tipos de alimentos. Neste modelo, em algumas cidades brasileiras as compras dos alimentos não perecíveis são feitas pela EEx e os alimentos perecíveis ou os produtos da agricultura familiar são adquiridos pelas escolas (UEx), conforme a Figura 2.

Figura 2 – Gestão do PNAE semidescentralizada.



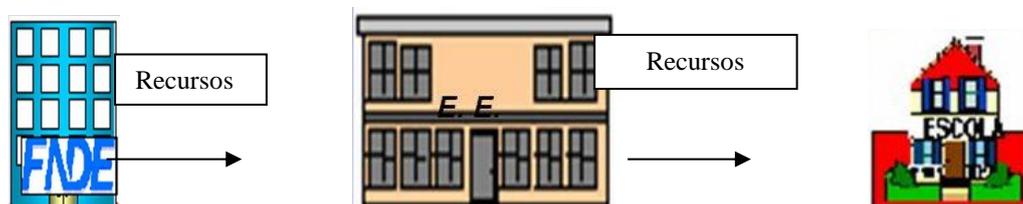
Fonte: Adaptado de Soares et al. (2013).

3. **Descentralizada ou escolarizada:** nesta situação a EEx recebe do FNDE os recursos e os repassa integralmente às escolas para que estas façam as aquisições dos produtos para a alimentação escolar, conforme a Figura 3. Este modelo escolarizado é bastante utilizado nas escolas das redes estaduais e é utilizado nas escolas estaduais de Passo Fundo.



Anais do 1º. Encontro de Pesquisadores da História de Passo Fundo
- Caminhos da Pesquisa -
Gizele Zanotto e Djoivan Vinicius Carvalho (Orgs.)
2019 – Passo Fundo/RS

Figura 3 – Gestão do PNAE descentralizada.



Fonte: Adaptado de Soares et al. (2013)

Além das modalidades de gestão apresentadas, ainda existe a possibilidade de que a Secretaria Estadual de Educação transfira para as Prefeituras a responsabilidade pela alimentação escolar dos alunos da sua rede estadual, esta situação é denominada delegação de rede. Nos casos em que ocorre a delegação de rede, o FNDE repassa os recursos da alimentação escolar da rede estadual do município que fez esta opção diretamente para a Prefeitura Municipal (TCU, 2017).

Conforme Peixinho et al. (2011), os recursos para o PNAE têm origem no Tesouro Nacional e são assegurados no Orçamento Federal. A autora ressalta, no entanto, que este programa possui caráter complementar, tendo os Estados e Municípios a responsabilidade pela alimentação escolar dos alunos de suas respectivas redes públicas de ensino. A complementação dos Estados e Municípios pode variar de uma localidade para outra, ou mesmo não ocorrer em alguns locais.

O valor *per capita* transferido pelo FNDE às Entidades Executoras (EEx) varia conforme a modalidade de ensino e contempla 200 dias letivos por ano, levando em consideração o número de alunos matriculados conforme o Censo Escolar do ano anterior ao recebimento. No Quadro 1 apresenta-se o valor *per capita* por dia letivo transferido pelo FNDE às EEx.

Quadro 1 – Valor *per capita* por dia letivo transferido pelo FNDE às EEx de acordo com a modalidade de ensino.

Modalidade de ensino	Valor (R\$) per capita
Creches	1,07
Pré-escola	0,53
Escolas localizadas em áreas indígenas ou de quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	0,32
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	2,00
Alunos que frequentam o atendimento especializado no contraturno	0,53

Fonte: FNDE (2019).

Os recursos são transferidos pelo FNDE às EEx em dez parcelas mensais (de fevereiro à novembro) e podem ser utilizados somente para a compra de gêneros alimentícios que serão utilizados no preparo da alimentação escolar (FNDE, 2015).

A operacionalização do PNAE nas escolas municipais de Passo Fundo

A gestão do PNAE nas escolas municipais de Passo Fundo é centralizada na Prefeitura Municipal (EEx), por meio da Secretaria Municipal de Educação, representada pela Coordenadoria de Nutrição Escolar (CNE). Esta modalidade de gestão do PNAE é conhecida como centralizada ou municipalizada, onde as compras são centralizadas no município, neste caso na CNE, que faz as compras para todas as escolas da rede municipal. Além das escolas da rede municipal, existem oito escolas filantrópicas no município de Passo Fundo, que oferecem alimentação escolar aos seus alunos com recursos advindos do FNDE. Estes recursos são recebidos pela Secretaria Municipal de Educação que faz a gestão dos mesmos juntamente com os recursos destinados as escolas municipais. A distribuição do número de alunos na rede escolar municipal de Passo Fundo, incluindo as escolas filantrópicas que recebem recursos para o PNAE, estão organizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Rede escolar pública municipal de Passo Fundo, 2017.

	Nº de Escolas	Nº de Alunos
Educação Infantil	35	5.158
Ensino Fundamental	35	10.274
Filantrópicas	8	2.085
Total	78	17.517

Fonte: Dados da pesquisa.

A rede escolar municipal de Passo Fundo é constituída por 70 escolas, sendo 35 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 35 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), conforme observa-se no Quadro 2.

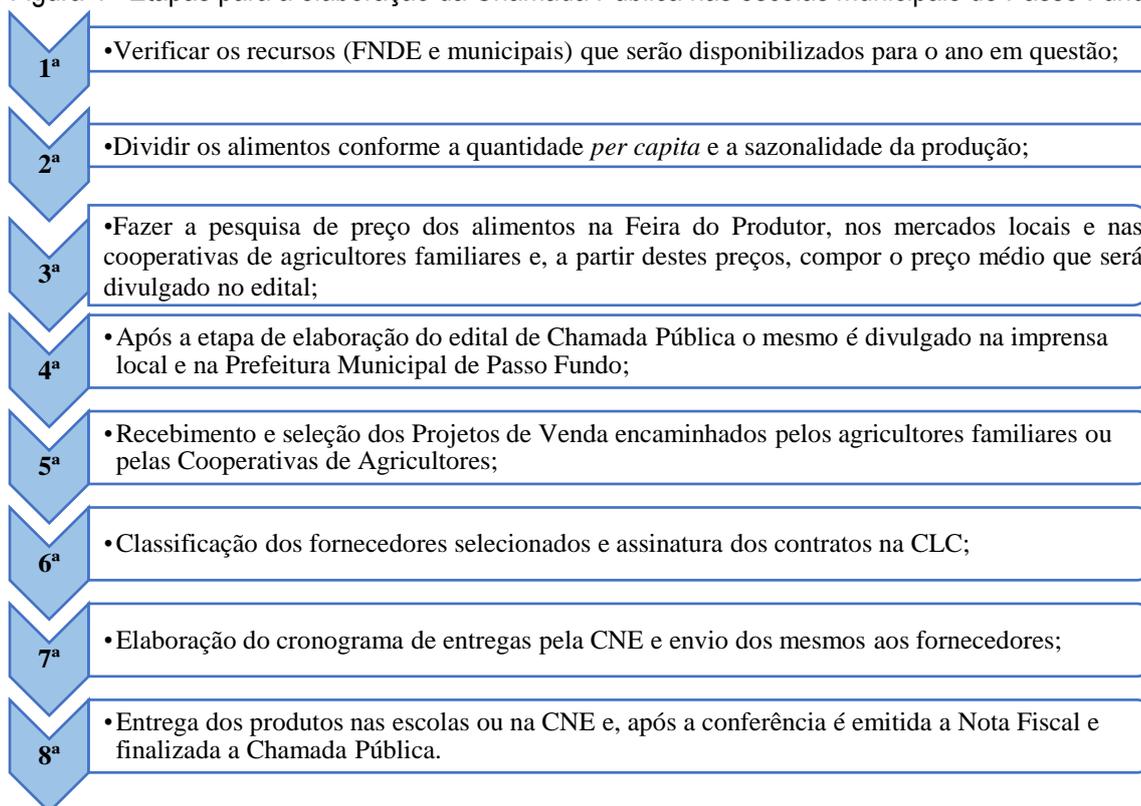
As compras para a alimentação escolar são realizadas pela CNE em duas modalidades: a) Pregão eletrônico (Lei nº 8666/1993) para itens de supermercados locais, e b) Chamada Pública para itens de

agricultores familiares. Destaca-se que os mecanismos de regulação dos mercados institucionais se dão por contratos públicos e regidos por legislação específica, no caso do PNAE a Lei nº 11.947/2009, o que limita a sua agilidade, porém, possibilita um maior controle para o gestor público (SCHNEIDER, 2016).

As compras de produtos para a alimentação escolar da rede municipal de Passo Fundo até o ano de 2009 eram realizadas em sua totalidade por meio de Licitação (Lei nº 8.666/1993), levando em consideração o menor preço. Quando a Lei nº 11.947/2009 passou a vigorar não existia ainda fornecedores da agricultura familiar organizados no município de Passo Fundo para abastecer a alimentação escolar, dessa forma, a CNE precisou identificar se no município havia agricultores familiares individuais ou organizados em cooperativas que pudessem suprir este mercado.

A Chamada Pública é elaborada pela CNE com a Coordenadoria de Licitação e Contratos (CLC) da Prefeitura Municipal e envolve diferentes etapas, conforme pode-se visualizar na Figura 4.

Figura 4– Etapas para a elaboração da Chamada Pública nas escolas municipais de Passo Fundo.



Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira etapa da elaboração da Chamada Pública envolve a verificação dos recursos que serão destinados pelo FNDE e dos recursos destinados pela Prefeitura Municipal para a compra dos gêneros alimentícios. Procede-se, então, ao levantamento do número de alunos e da divisão dos alimentos *per capita*, levando em consideração a sazonalidade da produção. Na terceira etapa realiza-se uma pesquisa de preços a fim de compor o preço de aquisição, que deve constar no edital. A quarta etapa envolve a divulgação do edital de Chamada Pública na imprensa local e na Prefeitura Municipal. Na quinta etapa são recebidos e selecionados os Projetos de Venda dos agricultores familiares e das associações ou cooperativas, seguidas da classificação e posterior assinatura dos contratos. Após é elaborado o cronograma de entrega pela CNE e enviado aos fornecedores e, por fim, é feita a entrega dos produtos e emitida a nota fiscal. Todos os pagamentos são realizados pelo setor de finanças da Secretaria da Fazenda Municipal.

Os itens não perecíveis são entregues pelos vencedores das licitações diretamente no depósito da CNE, os itens perecíveis, tais como hortifrutigranjeiros e panificados são entregues pelos fornecedores (agricultores, associações ou cooperativas familiares) diretamente nas escolas, com periodicidade semanal ou conforme a necessidade da escola. A CNE possui caminhão próprio para fazer a entrega dos produtos nas escolas, tendo este veículo uma parte com refrigeração, própria para o transporte de alimentos, como carnes, lácteos.

A CNE possui sede própria e separada das instalações da Prefeitura Municipal. Neste local ficam lotados os funcionários que desempenham atividades relacionadas à alimentação escolar: duas nutricionistas, sendo uma delas a Coordenadora de Nutrição Escolar e Nutricionista Responsável Técnica (RT) pelo PNAE, uma funcionária responsável por encaminhar os alimentos para as escolas, uma funcionária responsável por controlar os alimentos do estoque, um menor aprendiz, três motoristas (terceirizados) para realizar as entregas nas escolas e uma servente responsável pela limpeza do setor. A atuação do profissional nutricionista é fundamental para a execução do PNAE, sendo que este profissional tem a competência de realizar atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação de todas as ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar (TCU, 2017).

Quanto à origem dos recursos financeiros, o FNDE faz o repasse dos valores em dez parcelas ao ano para a cobertura de 200 dias letivos (FNDE, 2015) e é realizada uma complementação⁴ com recursos

⁴ A complementação financeira realizada pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo varia de um ano para o outro, tendo chegado em 2016 a quase duas vezes o valor repassado pelo FNDE.

financeiros da Prefeitura Municipal. Esta complementação é realizada somente para as escolas municipais, as escolas filantrópicas recebem somente os alimentos adquiridos com recursos advindos do FNDE.

De 2009 até 2011 não foram realizadas Chamadas Públicas para a agricultura familiar e o processo de compra destes fornecedores era feito por Licitação. As Chamadas Públicas começaram a ser realizadas somente em 2012. Até o ano de 2011 inclusive as compras que foram realizadas de agricultores familiares utilizaram a Licitação como instrumento de compra.

Com a inserção da atual nutricionista da CNE, no final do ano de 2012, identificou-se diversos problemas com os fornecedores da agricultura familiar, tais como: entrega de alimentos diferentes aos solicitados, embalagens inadequadas, dentre outros. Para participar da Chamada Pública as cooperativas de agricultores familiares apresentavam alimentos de boa qualidade nas amostras, mas nas escolas eram entregues produtos com outro padrão de qualidade.

Para que fosse possível construir um diálogo com fornecedores da agricultura familiar visando qualificar a alimentação escolar e cumprir o disposto no artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 foi necessário criar relações e parcerias com duas importantes instituições. Primeira, a Unidade de Cooperativismo⁵ (UCP) da Emater de Erechim, apresentada enquanto articuladora entre as cooperativas de agricultores familiares e as escolas estaduais na seção anterior. A UCP da Emater atua com as Cooperativas de agricultores familiares auxiliando na documentação, legislação, alvará sanitário, na organização de produção, dentre outras atividades. Segunda, o Escritório municipal da Emater de Passo Fundo, atuando diretamente com os agricultores familiares, auxiliando com a realização de oficinas, tais como: para formação de preços para os produtos, preparação de bolachas, instruções sobre a elaboração de embalagens, dentre outras necessidades.

Com a participação da UCP da Emater de Erechim, a partir de 2013, foi desenvolvido um trabalho de sensibilização e motivação entre os atores sociais envolvidos com a alimentação escolar na rede municipal a favor de adquirir produtos de agricultores familiares. Estavam envolvidos: o secretário de educação, as nutricionistas do programa, a Emater, o CAE, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comsea) e cooperativas de agricultores familiares, dentre outros.

Realizou-se reuniões de articulação entre os representantes dos referidos órgãos com vistas a buscar mútuos entendimentos acerca da legislação, a fim de construir um diálogo entre esses diferentes atores

⁵ Desde o ano de 2011, a Emater/RS possui sete Unidades de Cooperativismo (UCP) no RS, as quais foram implementadas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho. A UCP da Emater de Erechim atua em 72 municípios nas regiões administrativas de Erechim e Passo Fundo, no RS, buscando melhorias técnico-gerenciais para cooperativas, contemplando agricultores familiares associados (ALBRECHT et al., 2015).

envolvidos direta ou indiretamente com a alimentação escolar, identificando as dificuldades existentes tanto do lado da oferta quanto da demanda e criando estratégias para superar os problemas e aprimorar o processo de comercialização.

Quando iniciado este trabalho de aproximação entre a Emater e a CNE, no ano de 2013, havia quatro organizações da agricultura familiar, fornecendo alimentos para a rede municipal. Ao final de 2015, contava com 11 organizações, resultando na inclusão de novas cooperativas da agricultura familiar, oportunizando o acesso ao mercado por atores sociais até então excluídos e também, possibilitando ofertar uma maior diversidade de produtos.

A obrigatoriedade prevista em Lei de adquirir um percentual mínimo em produtos de agricultores familiares (30% dos repasses do FNDE) traz consigo benefícios, mas também dificuldades para os atores sociais envolvidos. Benefícios porque possibilita que sejam adquiridos gêneros alimentícios de agricultores locais e isto contribui para fomentar a economia local. No entanto, com a referida Lei a CNE defrontou-se com um “despreparo” por parte dos agricultores familiares locais para participar do mercado gerado pela alimentação escolar.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas a partir de 2013 na operacionalização do PNAE em relação às compras da agricultura familiar no âmbito da rede escolar municipal, a CNE destacou: exigências sanitárias (alvarás), padronização na rotulagem dos produtos, falta de conhecimento do agricultor sobre comercialização e capacidade de organização do agricultor (formação de preços) e logística de entrega.

Do ponto de vista sanitário, alguns agricultores familiares precisaram regularizar suas agroindústrias e obter os alvarás sanitários que os possibilitassem participar das Chamadas Públicas. Salienta-se que muitos desses agricultores familiares, mesmo vinculados a cooperativas, possuem limitados conhecimentos acerca da comercialização, e a exigência de alvarás se constitui em uma das dificuldades enfrentadas pela CNE. Muitos agricultores e pequenas cooperativas participavam das Chamadas Públicas, mas sendo os alvarás uma exigência, muitas vezes acabavam desclassificadas.

Para Triches e Baccarin (2016), a legislação sanitária é percebida como uma dificuldade enfrentada também pelos agricultores familiares no Brasil, mais especificamente no que se refere a produtos pecuários. Conforme os autores, no caso de leite e carne, por exemplo, o processamento deve ocorrer em laticínios e frigoríficos, os quais, em geral, possuem plantas de grande porte. Belik (2016) destaca que a exigência de alvará sanitário se constitui em uma garantia para as prefeituras de que os fornecedores são empresas

confiáveis e de que os produtos adquiridos são de qualidade. Porém, estas exigências também podem ser uma barreira para os agricultores familiares devido ao custo financeiro.

A rotulagem também é outra dificuldade destacada pela CNE. Alguns produtos; tais como pães, bolachas, cucas, em especial das agroindústrias, eram entregues em embalagens sem padronização, com datas de validade escritas a caneta. Em prol de melhorias nas condições das embalagens dos produtos, os extensionistas da Emater municipal realizaram oficinas sobre rotulagem de alimentos da agricultura familiar. As oficinas possibilitam qualificar os produtos destes agricultores familiares para que eles possuam um padrão de apresentação.

A logística também é uma das dificuldades apontadas pela CNE, pois os produtos perecíveis tais como frutas, verduras e legumes são entregues pelos fornecedores em cada uma das 70 escolas, já os produtos não perecíveis como arroz, feijão, leite em pó, massa, sucos e as carnes são entregues no depósito da CNE.

A entrega em um número muito grande de escolas é considerada pela CNE como uma barreira para a participação de agricultores familiares. Nesse sentido, para Belik (2016), muitos agricultores comercializam produtos frescos e a entrega em cada escola, conforme é exigido nas Chamadas Públicas torna-se inviável financeiramente para esses fornecedores.

As dificuldades destacadas vêm sendo superadas a partir da atuação da Emater municipal, auxiliando diretamente com os agricultores familiares e da UCP da Emater de Erechim, atuando com as cooperativas, além de todo o empenho da CNE. O relacionamento entre os diferentes órgãos vem possibilitando melhores resultados.

Para o secretário de educação municipal, em Passo Fundo o apoio da Emater foi fundamental para entender a capacidade de produção dos agricultores familiares fornecedores para o PNAE, bem como a área de plantio e o tempo para produzir os alimentos a serem demandados para a alimentação escolar. Estes entendimentos entre os atores sociais envolvidos na comercialização do Programa são essenciais a fim de estabelecer as relações de parcerias entre a CNE e os agricultores.

A função das escolas municipais na operacionalização do PNAE inicia a partir do recebimento dos gêneros alimentícios adquiridos pela CNE. As diretoras das escolas e as merendeiras conferem os alimentos recebidos e, caso os mesmos não estejam de acordo com o padrão de qualidade exigido pela CNE, ocorre a devolução.

Todas as escolas da rede municipal possuem cozinha, onde a alimentação escolar é preparada e refeitório para que os alunos façam as refeições. Os cardápios para as escolas municipais são elaborados

pelos nutricionistas da CNE, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013 (FNDE, 2013). Para as merendeiras entrevistadas, o cardápio é adaptado à realidade local e a alimentação escolar é preparada de acordo com as indicações de refeições nele previstas. Quando não disponibilizam de ingredientes ou alimentos necessários para seguir o cardápio, há a possibilidade de fazer substituição de alimentos, preservando a indicação nutricional de cada refeição.

Em relação às refeições oferecidas, em geral, tanto as diretoras de escolas quanto as merendeiras declaram dificuldades de aceitação de frutas e verduras por alguns alunos, mas percebem que são hábitos alimentares oriundos do ambiente familiar. A escola enquanto instituição procura estimular bons hábitos alimentares, explicando a importância de uma alimentação mais saudável, realizando atividades com alimentos e também inserindo novos alimentos.

As merendeiras das escolas municipais participam anualmente de dois treinamentos, os quais são promovidos pela CNE, juntamente com seus parceiros (CAE, Emater, Comsea e cooperativas de agricultores familiares). O papel desempenhado por essas funcionárias na preparação dos alimentos para os alunos, visando a aceitação dos alimentos pelos mesmos, é previsto nos treinamentos, cujo objetivo é de orientar a manipulação e a preparação dos alimentos, a forma como devem ser oferecidos, o modo de armazenamento, cuidados com prazo de validade, a inserção de novos produtos, além de qualificar o trabalho desempenhado por essas funcionárias.

A partir da pesquisa de campo realizada nas escolas municipais, identificou-se ambientes organizados, controle de alimentos tanto em termos de qualidade, quanto de quantidade. As diretoras, coordenadoras e merendeiras participam dos eventos e treinamentos promovidos pela CNE, contribuindo para a discussão e para o aprimoramento do PNAE. Em geral, as gestoras das escolas municipais mostraram-se satisfeitas com o trabalho que vem sendo desenvolvido no município de Passo Fundo a partir de 2013, com foco na aquisição de alimentos provenientes de agricultores familiares, priorizando a qualidade dos produtos e estimulando hábitos alimentares saudáveis aos alunos. A dedicação, o empenho e a organização percebidos nos representantes da CNE, na secretaria de educação, nos conselhos locais e na Emater têm reflexos no dia-a-dia das escolas e, principalmente, na informação que chega aos alunos junto com o alimento recebido.

Considerações finais



Em Passo Fundo, na rede municipal de ensino a gestão do PNAE é centralizada na Prefeitura Municipal, modalidade conhecida como centralizada ou municipalizada. Este município possui 70 escolas municipais, sendo 35 escolas de educação infantil e 35 escolas de ensino fundamental. Até o ano de 2009 as compras para a alimentação escolar em Passo Fundo eram realizadas somente por licitação e não eram adquiridos produtos de agricultores familiares. A partir da implementação da referida legislação ocorreu um processo de constituição deste mercado institucional em Passo Fundo, com a organização de fornecedores da agricultura familiar buscando integrar este mercado. Tanto por parte do órgão responsável pela alimentação escolar na prefeitura municipal, quanto dos agricultores que fornecem produtos para estes locais, decorreu um tempo para que os mesmos pudessem se adaptar e atender as exigências propostas pela Lei nº 11.947.

A Emater é uma instituição que vem atuando neste processo, auxiliando os agricultores e suas organizações cooperativas, os gestores do PNAE na Prefeitura Municipal e também junto às escolas.

Considera-se que ainda existem dificuldades e entraves a serem superados para aprimorar este mercado em Passo Fundo, mas é a partir da interação entre os diferentes atores sociais envolvidos com o PNAE que pode-se alcançar melhores resultados.

Referências

ALBRECHT, A. L.; et al. *A dinâmica de ATERS na efetivação do PNAE no município de Passo Fundo/RS*.

Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1035/Oficial%20Emater%20RS%20%28mercado%20institucionais%29_0.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 183 – 205.

BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. 2009.

FAO; OPAS. Organización de las Naciones Unidas para La Alimentación y La Agricultura; Organización Panamericana de La Salud. América Latina y el Caribe. *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional*. Sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición. Santiago, 2017.



FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 jun. 2013.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Cartilha Nacional da Alimentação Escolar*. Brasília: 2015.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Histórico. Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 17 nov. 2016a.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. 2ª edição – versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=9815:pnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>>. Acesso em: 01 dez. 2016b.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Alunado por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Sobre o PNAE*. Disponível em:
<<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acesso em: 05 set. 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Passo Fundo. *Cidades*. Passo Fundo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/panorama>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PEIXINHO, A.; et al. Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos. *O mundo da saúde*, v. 35, n. 2, p. 128-136. 2011.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 93-140.

SOARES, F. V.; et al. *Demanda estruturada e a agricultura familiar no Brasil: o caso do PAA e do PNAE*. Brasília: IPC-IG/WFP, 2013.

TCU. Tribunal de Contas da União. *Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília: TCU, 2017.



TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Unochapecó, 2016, p, 89-109.

A história de Passo Fundo sob as lentes dos Irmãos Czamanski

Isabella Czamanski Rota¹

Resumo: Dentre os mais antigos estúdios fotográficos da cidade de Passo Fundo, no interior norte do Rio Grande do Sul, um se destaca pelo tempo de atuação e quantidade de fotografias, sejam elas da paisagem urbanas ou da sociedade, produzidas. Adquirida em 1937, a loja Foto Moderna se tornou referência quando se buscam fotografias do século XX da cidade e região, incluindo algumas das primeiras fotografias aéreas de Passo Fundo. Este artigo objetiva apresentar a passagem profissional dos três irmãos Czamanski, Armando, Daniel e Deoclides, que regenciaram e atuaram como fotógrafos pela Foto Moderna, gerando um expressivo acervo de fotografias históricas, hoje importantes para o estudo de diferentes aspectos da sociedade passo-fundense.

Palavras-chave: Czamanski. Fotografia. História Regional. Passo Fundo.

Durante a década de 1950 começava a surgir um sentimento de preservação histórica entre intelectuais da cidade de Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul. Esta era a década em que a cidade viria a comemorar seu primeiro centenário de vida e uma série de mudanças políticas e econômicas vinham acontecendo, como a atração de investimentos para o campo e novas rotas ferroviárias (NASCIMENTO, 2014, p. 16).

Em 1954 é inaugurado o Centro de Estudos Históricos de Passo Fundo (CEHPF), que, posteriormente, seria chamado de Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Dentre a primeira diretoria do CEHPF estava Deoclides Czamanski, que possuía interesse pela história da cidade, sua preservação e disseminação (NASCIMENTO, 2014, p. 22). Ele seria lembrado posteriormente como um dos principais nomes na fotografia passo-fundense, devido aos longos anos de atuação no ramo (1952-2005) e expressivo acervo legado, sendo que “o material acumulado pela família Czamanski é hoje a maior coletânea fotográfica sobre Passo Fundo” (LECH; CZAMANSKI; CZAMANSKI, 1997, p. 9).

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), em Passo Fundo, Brasil. Mestre em História pela mesma instituição. Pesquisa a escrita do conhecimento histórico através da fotografia. Pesquisadora membro do IHPF.

As novas gerações, porém, praticamente desconhecem a existência de mais dois Czamanski na história fotográfica da cidade. Antes de Deoclides, seus irmãos mais velhos, Armando e Daniel, já vinham fotografando a paisagem urbana de Passo Fundo e seus habitantes desde 1937.

A relação duradoura entre a família Czamanski e a fotografia foi iniciada por Armando Czamanski (1911-1983), o mais velho dos três irmãos. Em 1928 ele adquiriu sua primeira câmera fotográfica, enquanto residia em Santo Ângelo, no oeste do Rio Grande do Sul. Armando começou a fazer seus primeiros trabalhos nesta época, utilizando uma carroça para levar seus equipamentos até os clientes na região, não se limitando a atuar apenas na cidade em que residia. Ele seria o responsável por iniciar o envolvimento profissional da família com a fotografia que perdura até os dias de hoje, em que a quarta geração de fotógrafos continua ativa através do neto de Deoclides, Rafael Czamanski, e bisneto de Armando, Raphael Czamanski Pizzino.

Em 1º de abril de 1937, Armando comprou a loja Foto Moderna de Benjamim D'Agnoluzo², que havia sido fundada por D'Agnoluzo e Adames em 1920 na rua Morom, número 1459 (GARBELOTTO I, 2011). Na Figura 1, podemos observar o anúncio publicado no jornal *O Nacional* no mesmo dia da venda do estúdio, divulgando o acontecimento e solicitando aos clientes que retirassem as suas encomendas até o final daquele mês, correndo o risco de serem extraviadas após aquele período.

Nota-se que o anúncio contém um erro, onde a data do jornal é 1º de abril de 1937, mas o anúncio coloca a data como “1-4-33”. O jornal onde se encontra o anúncio foi encontrado junto ao acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR) de Passo Fundo.

Figura 1. Anúncio sobre a venda da loja Foto Moderna por Benjamim D'Agnoluzo, na edição do jornal *O Nacional*, em 1º de abril de 1937.

² O nome da loja, na época de sua abertura, era grafado de acordo com as regras de ortografia vigentes como *Photo Moderna*.



Fonte: Acervo do AHR.

Benjamim e Armando se conheceram e criaram laços de amizade em algum momento antes da venda da loja, possivelmente pelo gosto em comum que possuíam, a fotografia. Prova dessa amizade é o fato de Benjamim ter sido o padrinho do filho mais velho de Armando, Orlando (1933-), nascido em Passo Fundo, fruto do primeiro casamento de Armando com Ana Charneski (1916-1989). A venda da loja ocorreu quando Benjamim, no momento o único dono da loja, passou a vender seguros e já não tinha mais intenção de trabalhar com fotografia.

A loja Foto Moderna esteve em funcionamento até 2010, registrando mais de 70 anos da história de Passo Fundo e região. Porém, poucos habitantes da região lembram de Armando Czamanski nos dias de hoje. Isto porque ele se mudou para Caxias do Sul em 1945 e, posteriormente, Porto Alegre, em 1948, fundando lá a loja Fotos Czamanski, em funcionamento até 2012, sob a direção dos sobrinhos de Armando, Delcio, Elio e Gilberto Beatrici.

Armando, em decorrência da mudança, vendeu a Foto Moderna para o irmão do meio, Daniel, que foi o último dos irmãos a se interessar por fotografias na época em que Armando administrava a Foto Moderna e é ainda menos lembrado do que Armando. Daniel trabalhou na loja até 1951, quando também se mudou para Porto Alegre, passando a trabalhar com cinema. Posteriormente, seu filho, Ivo Ilário Czamanski (1942-), tornou-se professor e diretor de fotografia para o cinema, seguindo os passos do pai.

A partir de 1951, o caçula, Deoclides, que comprou a loja Foto Moderna de Daniel, passou a fotografar profissionalmente. A loja ficaria sob sua administração até sua morte, em 2005. Depois disto, seu filho, Ronaldo, a manteve em funcionamento até 2010. Na época, a loja já não produzia mais fotografias novas,

apenas reproduções das antigas. Ela funcionava como uma espécie de museu privado, destinado a preservar e divulgar o trabalho dos Czamanski.

O trabalho dos três irmãos produziu grande impacto, principalmente em Passo Fundo, onde suas fotografias tornaram-se importante historicamente, devido tanto à sua quantidade, quanto à sua qualidade. Fãs também da aviação, os Czamanski viriam a produzir as primeiras fotografias aéreas da região, além de estarem presentes nos eventos acontecidos na cidade, registrando diferentes momentos, sejam eles grandiosos ou corriqueiros.

As fotografias de estúdio possibilitaram, desde cedo, que a população levasse para dentro de casa os registros de suas famílias, mesmo que inicialmente os preços fossem elevados demais para que a atividade fosse realizada levemente. Em Passo Fundo e, posteriormente, Porto Alegre, não foi diferente.

As fotografias feitas na Foto Moderna não raramente eram retocadas à mão. Em uma era que precede a criação de softwares de edição como o Photoshop, a atividade não era incomum. Os Czamanski eram conhecidos por suas habilidades técnicas e escolhidos como fotógrafos das cenas mais importantes da vida dos habitantes passo-fundenses, como batizados, casamentos e outros tipos de eventos sociais e familiares (GARBELOTTO II, 2011).

A importância destas fotografias é demonstrada no livro de Osvandré O. Lech, Deoclides e Ronaldo, onde os autores afirmam que “o material acumulado pela família Czamanski é hoje a maior coletânea fotográfica sobre Passo Fundo” (LECH; CZAMANSKI; CZAMANSKI, 1997, p. 9). É claro que a fonte torna questionável a afirmação, porém ela não destoia completamente do que pode ser observado atualmente quando o nome Czamanski é evocado em eventos diversos. Mesmo que números oficiais sejam desconhecidos, tendo em vista principalmente o fato de que centenas de fotografias dos Czamanski estão espalhadas entre seus clientes e familiares, além de museus e arquivos, tem-se a certeza de que o acervo legado é expressivo.

Os três irmãos Czamanski, além de seus descendentes, produziram uma extensa coleção de fotografias durante suas vidas. Juntar todas é um processo demorado e praticamente impossível, uma vez que estão distribuídas em acervos familiares, museus, no formato físico e digital, além dos negativos que até hoje são guardados pelos descendentes que trabalharam também com fotografia, como Ronaldo Czamanski.

Existe, porém, um problema na identificação das fotografias dos Czamanski, uma vez que os estúdios fotográficos em Porto Alegre e Passo Fundo revelavam fotografias que não necessariamente eram feitas pelos fotógrafos dos estúdios. Estas fotografias recebiam o relevo em uso no momento, assim como as produzidas

pelos Czamanski, ainda que nem sempre e podendo haver diferenciação nos relevos utilizados para cada caso. Outro agravante era o fato de que os fotógrafos tinham assistentes, entre eles seus próprios filhos, como é o caso de Orlando e Ronaldo, e sobrinhos, que fotografaram diferentes eventos sociais, além dos próprios retratos feitos no estúdio.

Outro ponto identificado, desta vez inverso, é o fato de que existem fotografias de autoria dos Czamanski que não possuem nenhum tipo de identificação, em especial as que eram feitas para a própria família. Faz-se difícil precisar quem foi o fotógrafo de retratos encontrados sem mais informações. Algumas delas provêm do acervo familiar, onde os descendentes são capazes de indicar a autoria. Já com outras, como algumas encontradas no Museu Histórico Regional (MHR) de Passo Fundo, não é possível confirmar através de relevos, assinaturas ou consultando familiares. A vastidão do acervo torna difícil que os familiares saibam da existência ou história por trás de cada uma das fotografias.

As tecnologias utilizadas pelos irmãos para fotografar variaram conforme o tempo. Em visitas realizadas em 2017, Orlando e Ronaldo mostraram alguns dos equipamentos utilizados pelos pais, tanto para fotografar, quando para imprimir e retocar os registros. Orlando mantém intocadas as caixas contendo materiais para retocar as fotografias, tal qual seu pai deixou ao falecer, tornando-se um material interessante para estudos acerca das técnicas utilizadas.

Não era incomum na época que as empresas de fotografia, como a Kodak oferecessem materiais e palestras acerca de seus novos produtos, onde profissionais se reuniam e aprendiam novas técnicas. Orlando ainda possui um dos livros que representantes da Kodak venderam a seu pai em um destes momentos, intitulado *Chapas, films e papeis – Kodak* (sem data).

Já Ronaldo possui uma grande coleção de câmeras que foram utilizadas por ele e seu pai durante o século XX. Diferentes modelos, das mais diversas marcas passaram pela loja Foto Moderna. As fotografias eram feitas com diferentes tipos de câmeras dependendo dos efeitos desejados. O mesmo acontecia com os papéis, que possuíam diferentes gramaturas e efeitos, que eram escolhidos dependendo do profissionalismo que se desejava para a imagem final.

Papéis com efeito fosco eram utilizados nas fotografias feitas no estúdio, pois davam um acabamento mais refinado ao retrato. Já filmes que eram levados por clientes para serem revelados tinham suas fotografias reveladas em papéis de menor gramatura e com mais brilho. O motivo era puramente estético, no entanto, pois os diferentes papéis que Ronaldo mostrou eram todos da Kodak e custavam exatamente o mesmo preço, independente da gramatura ou do acabamento.

Existem elementos na estética das fotografias que as fazem ser facilmente reconhecíveis como feitas pelos Czamanski. Ângulos, distâncias e poses, bem como cenários de estúdio, são alguns dos elementos que ele diz serem capazes de denunciar a autoria dos registros. Um trabalho comparativo entre os registros dos fotógrafos do período analógico de Passo Fundo ainda precisa ser feito, mas é possível indicar suas diferenças atualmente, mesmo que de forma superficial.

Uma prática comum durante grande parte do século XX era a fotografia de eventos e paisagens sem que tivesse sido encomendada por alguém em particular, com o intuito de serem vendidas posteriormente. Os três irmãos foram adeptos da prática, o que gerou um grande número de fotografias de eventos públicos ocorridos principalmente em Passo Fundo e região, como a ida de Getúlio Vargas até a cidade em sua campanha eleitoral pela reeleição presidencial, em 20 de setembro de 1950, evento fotografado por Daniel para posterior venda aos jornais da cidade ou quaisquer outros interessados.

Armando e Deoclides também fotografaram deste modo. A prática ainda servia como uma forma de divulgar os serviços dos fotógrafos. Deoclides, por exemplo, era fã de corridas de carro e passou a fotografá-las em determinado ponto de sua carreira por conta própria. Posteriormente, ele seria convidado a fotografar os eventos do tipo pelos organizadores, uma vez que havia feito fama como um “bom fotógrafo de corridas”.

Tanto Armando quanto Deoclides foram premiados mais de uma vez durante suas carreiras, submetendo fotografias a concursos de diversos tipos. Ambos os seus filhos que seguiram na carreira guardam alguns de seus troféus e fotografias premiadas. Daniel também foi premiado, porém durante sua carreira cinematográfica.

Suas fotografias circularam por diversos meios, não se limitando aos acervos familiares e aos jornais, ainda que estes sejam os mais expressivos. Atualmente é possível ver uma série de fotografias de autoria dos Czamanski em livros como *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*, organizado por Osvandré Lech (2007) e em outros materiais produzidos acerca da cidade, como o Projeto Passo Fundo (2019), de acesso online. Também foram feitas exposições com o objetivo de mostrar a transformação da paisagem urbana de Passo Fundo no decorrer do século XX que contaram com fotografias Czamanski, uma vez que muitas das fotografias aéreas da cidade foram feitas pelos irmãos, que nutriam um gosto em comum pela aviação.

Armando Czamanski

Nascido em 15 de maio de 1911, em Santo Ângelo, Armando passou a fotografar profissionalmente aos 17 anos, em 1928. Durante nove anos, Armando fotografou Santo Ângelo e seus arredores, registrando famílias e eventos, como casamentos e bailes.

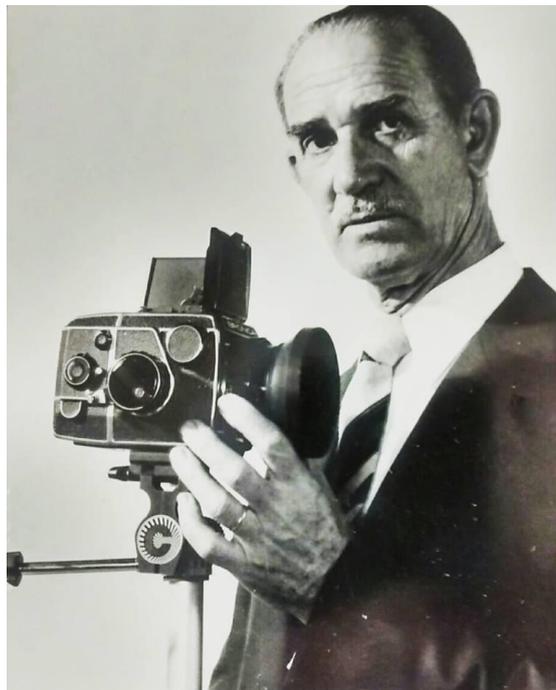
Armando utilizava negativos de vidro nesta época, num processo conhecido como ambrótipo. Segundo Kossoy (KOSSOY, 2003), o ambrótipo, do grego *ambrotos* (imortal) e *typos* (imagem), foi um processo alternativo ao daguerreotipo utilizado por poucos anos durante a década de 1850 na Europa. O ambrótipo consistia em um negativo colocado sobre um fundo escuro, normalmente de veludo ou uma chapa metálica pintada de preto, resultando em um positivo.

Em 1937, Armando passa a gerenciar e fotografar através da loja Foto Moderna, trabalho que exerceu até 1945, quando passou a fotografar em Caxias do Sul e, após 1948, em Porto Alegre, onde fundou a loja Fotos Czamanski, junto de seu filho Orlando e sobrinhos. A loja também viria a ser chamada de A Czamanski & Cia.

É em Porto Alegre que Armando atuou por mais tempo e a parte mais expressiva de seu trabalho provém da época em que ele fotografou pelo estúdio Fotos Czamanski. Assim como seus irmãos, ele fotografava eventos da sociedade, paisagens urbanas, além de fazer os costumeiros registros em estúdio.

Na Figura 2, a seguir, pode ser observado um registro onde Armando Czamanski aparece segurando uma câmera Hasselblad 500C, feito por volta de 1978, em Porto Alegre, por um fotógrafo desconhecido.

Figura 2. Armando Czamanski posando com uma câmera Hasselblad 500C, por volta de 1978. Autoria desconhecida.



Fonte: Acervo de Deise Scharamm.

Armando parou de atuar profissionalmente com a fotografia por volta de 1982, quando estava com 71 anos. Ele faleceu em nove de fevereiro de 1986. No ano seguinte, foi homenageado pela prefeitura de Porto Alegre, tendo seu nome utilizado para nomear uma das ruas da cidade, em cuja placa é possível se ler os dizeres “O fotógrafo de gerações”.

Em Passo Fundo, Armando não é tão lembrado dentre os fotógrafos do período analógico. Por mais que suas fotografias estejam presentes em diversos lugares, como no MHR e AHR, o nome Czamanski é, comumente, associado a Deoclides, ao filho deste, Ronaldo e, mais recentemente, ao seu neto, Rafael. Ainda que homenageado, Armando também não é tão lembrado em Porto Alegre por mais de um fator, como o tamanho da cidade e a presença de diversos outros fotógrafos na cidade na época em que ele atuou com a fotografia.

Daniel Czamanski

Dentre os três irmãos, o que possuiu menos tempo de trabalho com a fotografia foi Daniel, o segundo nascido, em 20 de março de 1920. Seu interesse pelo cinema o levou a vender a loja Foto Moderna para Deoclides em 1951 e ir residir em Porto Alegre, assim como Armando havia feito alguns anos antes. Lá, ele

fundou e foi diretor da Czamanski Films, empresa que se dedicava às produções de vídeos (NASCIMENTO, 2014, p. 60). Assim, sua carreira seguiu o ramo do cinema, caminho pelo qual seu filho, Ivo, e neto, Antônio, também seguiram.

Na Figura 3, abaixo, pode ser observado um registro de Daniel feito em 1948, na Foto Moderna. Nele, é possível ver o relevo que leva seu nome, seguido de “Foto Moderna, P. Fundo”. É válido notar que os relevos utilizados pelos irmãos muitas vezes não indicam a autoria de quem de fato deu o clique que registrou a fotografia, mas de quem a revelou posteriormente, como parece ser o caso deste registro em particular.

Figura 3. Daniel Czamanski, 1948. Fotógrafo desconhecido.



Fonte: Acervo de Ivo Czamanski.

Daniel trabalhou com cinema de 1951 a 12 de outubro de 1992, quando faleceu. Ele é tão pouco ou ainda menos lembrado em Passo Fundo do que Armando. Em Porto Alegre, seu trabalho já não mais tinha ligação com a fotografia, o tornando um completo desconhecido na área.

O MHR possui diversas fotografias com o relevo mais utilizado por Armando em Passo Fundo, onde era possível se ler “A Czamanski”, mas muito poucas imagens onde o relevo do irmão do meio, “Daniel Czamanski”, é possível ser identificado. O fato se deve tanto ao pouco tempo de atuação dele na cidade quanto ao fato de que existiam carimbos com nomes mais genéricos que dificultam a precisão na hora de identificar a autoria da fotografia. É comum a associação do nome Czamanski com o caçula, Deoclides, e não existem muitos questionamentos acerca da identidade dos outros irmãos fora do meio acadêmico.

Deoclides Czamanski

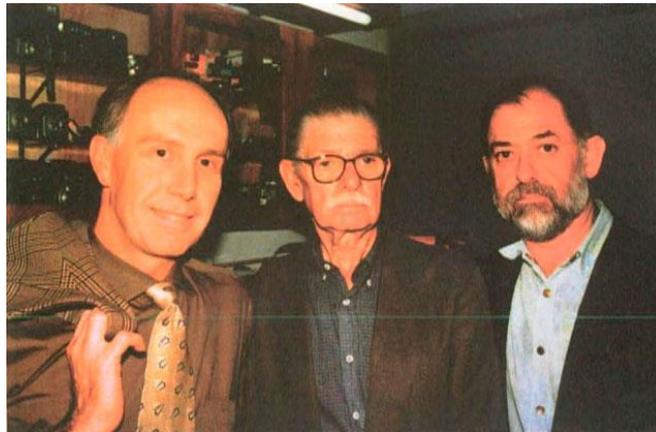
Deoclides Mario Czamanski nasceu em 6 de janeiro de 1922, em Santo Ângelo. Ele veio com pais e irmãos para Passo Fundo em 1929, onde se estabeleceu até o fim de sua vida. Deoclides casou com Iracema Gil e o casal teve um único filho, Ronaldo, que viria a seguir os passos do pai na fotografia (LECH, 2006).

Com a ida de Daniel a Porto Alegre, Deoclides adquiriu a Foto Moderna em 1952. Em 1954, ele mudou as instalações da loja para seu segundo endereço, na rua Morom, número 437, onde permaneceu até seu fechamento, em 2010. A partir de 1962, seu filho também passa a fotografar profissionalmente pela Foto Moderna. Atualmente, o espaço da loja é alugado para o comércio local. Porém, Ronaldo mantém os equipamentos do estúdio e negativos no último andar do prédio.

Durante mais de 60 anos, Deoclides fotografou profissionalmente e foi reconhecido por seu trabalho mais de uma vez. Duas homenagens merecem destaque, a da Associação dos Laboratórios Fotográficos do RS (1997), que o homenageou por ser o fotógrafo mais velho em atividade no estado até então, e a da Câmara de Vereadores (1998), como cidadão honorário de Passo Fundo, pelos relevantes serviços prestados à cultura e cidadania da cidade (LECH, 2006).

A relevância do trabalho de Deoclides inspirou a confecção de um livro em 1999 por parte do médico ortopedista Osvandré Lech, que também era amigo da família. Com coautoria de Ronaldo e Deoclides, o livro, chamado de *Passo Fundo: memória e fotografia*, conta com 202 imagens, fotografadas em um período que se estende de 1947 a 1975 (MIRANDA, 2011). Na Figura 4, é possível observar um registro fotográfico de Ronaldo, Deoclides e Osvandré, presente no livro e registrado no mesmo ano de seu lançamento.

Figura 4. Deoclides Czamanski (centro), ao lado do filho, Ronaldo Czamanski (direita) e do amigo, o médico Osvandré Lech (esquerda), em fotografia por Rafael Czamanski, filho de Ronaldo, no Laboratório da Foto Moderna, em dezembro de 1999.



Fonte: Acervo do Projeto Passo Fundo.

Em 2000, o fotógrafo recebeu o diploma de Cidadão Passo-Fundense, outorgado pela Câmara Municipal de Vereadores. Segundo o artigo do jornal O Nacional, de 4 e 5 de junho de 2005, da autoria de Meirelles Duarte (Figura 5, a seguir), Deoclides foi o mais tradicional fotógrafo de Passo Fundo.

Figura 5. Artigo sobre Deoclides Czamanski no jornal O Nacional, de 4 e 5 de junho de 2005, escrito por Meirelles Duarte.



Fonte: Acervo do AHR.

Deoclides faleceu em 28 de maio de 2005, aos 83 anos. Para Passo Fundo, ele legou um grande acervo fotográfico e permanece na memória de adultos e idosos que o conheceram e ao seu trabalho com

fotografia, sendo referência quando há a vontade ou necessidade de visualizar o passado da cidade e seus habitantes.

Segundo o curriculum dos autores da obra *Passo Fundo: memória e fotografia*, Deoclides produziu mais de 90 mil fotografias apenas entre os anos de 1956 e 1966, estimando-se pelos autores que sua produção total até 1997 gire em torno de 2 milhões de fotografias (LECH; CZAMANSKI; CZAMANSKI, 1997, p. 9).

Considerações finais

Apesar da pesquisa histórica vir sendo desenvolvida também a partir de fontes documentais não-escritas desde o século XX, de maneira mais intensa depois da década de 1960 (MENESES, 2003, p. 19-20), ainda há muito trabalho a ser feito no que diz respeito ao uso das fotografias como documento histórico, principalmente considerando aquelas provenientes de fotógrafos desconhecidos das grandes massas, com uma importância centrada quase que exclusivamente no seu lugar de atuação, como é o caso dos irmãos Czamanski.

Apesar de seu trabalho ser local, ele não é diminuído em importância se considerarmos o crescente desenvolvimento de trabalhos regionais, cujas significâncias estão contidas no preenchimento de lacunas acerca da história dos mais diferentes locais.

O acervo legado pelos Czamanski, principalmente através da Foto Moderna, ainda pode render diferentes estudos, sejam como fontes principais ou auxiliares. A presente autora, em sua dissertação de mestrado, fez uso de algumas fotografias feitas pelos irmãos para estudar a forma como as crianças foram representadas pelos eles nas fotografias durante parte do século XX (1937-1980). Este é apenas um dos trabalhos que podem ser feitos em cima deste tipo de documentação, dependendo das perguntas que se deseja responder, como, por exemplo, acerca da vida noturna da sociedade passo-fundense do século passado, uma vez que os irmãos fotografaram diversos bailes oferecidos pelos clubes ativos na época; ou mesmo sobre as mudanças na paisagem urbana da cidade; ou, então, acerca das visões aéreas da cidade. Todas estas possibilidades ficam em aberto para futuros estudos.

Além das pesquisas utilizando as fotografias, outro tipo de lacuna pode ser preenchida a partir do estudo das trajetórias de fotógrafos locais, que, uma vez mapeados, podem gerar diversos outros estudos históricos, a exemplo dos supracitados, bem como acerca da própria história da fotografia em um nível regional.



Referências

- BELTRAMI, Fabiana. *O enquadramento fotográfico enquanto possibilidade de região histórica*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2017.
- GARBELOTTO, Sammara. *Da janela de Niépce à Moron de Czamanski – Parte I*, 2011. Disponível em: <<http://nexjor.com.br/2011/11/da-janela-de-niepce-a-moron-de-czamanski-parte-i/>>. Acesso em: 07 de set. 2019.
- GARBELOTTO, Sammara. *Da janela de Niépce à Moron de Czamanski – Parte II*, 2011. Disponível em: <<http://nexjor.com.br/2011/11/da-janela-de-niepce-a-moron-de-czamanski-parte-ii/>>. Acesso em: 07 de set. 2019.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- LECH, Osvandré. *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- LECH, Osvandré. Necrológio: Deoclides Czamanski “viu” Passo Fundo crescer. In: *Água da Fonte*, Revista da Academia Passo-Fundense de Letras, ano 3, n. 4, abr. 2006.
- LECH, Osvandré; CZAMANSKI, Deoclides; CZAMANSKI, Ronaldo. *Passo Fundo: Memória e Fotografia*. 2 ed. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1999.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de. *Passo Fundo: o Passo das Ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- NASCIMENTO, Welci. *Um sonho: 1954 – 2014*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.
- PROJETO PASSO FUNDO. Disponível em: <<http://www.projetoportunidade.com.br/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

O Cemitério do Combate De Erebangó/RS como espaço de memória

Janaína Júlia Langaro¹

Resumo: A cerca de 10 km da cidade de Erebangó está localizado o Cemitério do Combate, local que marca o embate do dia 13 de setembro durante a Revolta de 1923. Desde o ano de 1998 tombado pela prefeitura do município, recebe manutenção por parte do poder público e é utilizado para atos cívicos e homenagens tradicionalistas aos combatentes. Sua fixação, tombamento e manutenção podem ser vistos como uma escolha do poder público municipal e da população que o utiliza para manifestações de reverência aos homens que lutaram nas diversas batalhas ocorridas no estado. Situado num município de nome indígena e que não possui nenhum espaço público que marque a presença de índios, os primeiros habitantes do município e que hoje estão em seu território pela reserva Ventarra, o Cemitério do Combate tem sua importância histórica para o município e para o estado, mas também reflete a exclusão de grupos de cidadãos vivos e que convivem até hoje com os erebanguenses.

Palavras-chave: Patrimônio; Revolta de 1923; Cemitério do Combate.

Primeiro, uma placa na beira da rodovia: “Cemitério do Combate”. Depois, uma placa de “Granja do Combate”. No endereço: “Linha do Combate”. O faro da historiadora que vos escreve foi ligado e ao ver a placa “Cemitério do Combate”, a emoção de ter encontrado algo muito importante, especial e/ou histórico foi enorme. Adentrei seu espaço após fazer o comum ao se entrar em cemitérios: o sinal da cruz. Afinal, estava adentrando um campo santo onde conforme uma de suas placas diz ali muitos homens “tombaram na defesa de um ideal”.

¹Formada em História pela Universidade de Passo Fundo e Mestranda em História, Regiões e Fronteiras, Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio pela mesma universidade. Atua na pesquisa sobre representações, cinema, literatura e História da América Latina.

Entrada do Cemitério do Combate



FOTO: A autora

A ideia de estudar este espaço ficou engavetada até o anúncio do *I Encontro de Pesquisadores da História de Passo Fundo e Região do Instituto Histórico de Passo Fundo* quando decidimos ir em busca da história deste cemitério uma vez que em 1923, ano de seu surgimento, o município de Erebangó ao qual pertence atualmente era um distrito de Passo Fundo.

A História Cultural e as possibilidades de estudo

Antes de tratarmos do cemitério propriamente dito, achamos importante pontuar que este arrebatamento histórico e a certeza de que encontrava uma fonte de pesquisa só foram possíveis pelo ano em que o visitamos: o ano de 2018. Dizemos isto porque a história, como disciplina e/ou ciência, teve e terá no futuro, muitas teorias e modos de abordagem. Cada tempo trará suas questões e necessitará de novas e diferentes respostas. Deste modo, estudar e compreender os grandes homens e seus feitos através de documentos oficiais se tornou pouco frente a complexidade e mudanças ocorridas no mundo. Novas fontes foram sendo agregadas, desde objetos arqueológicos, modos de viver e estar no mundo, passando pela oralidade e prédios antigos que, feitos ou não para marcarem uma época, adquiriram um grande significado para os grupos humanos.

Essa expansão de objetos de estudo fez necessária a criação de uma nova abordagem a qual damos o nome de História Cultural. Carro-chefe dos estudos históricos desde as décadas finais do século XX nos fez chegar ao ano de 2019 com a possibilidade acadêmica de se estudar um cemitério. Como falamos, o campo santo, que recebe visitas em massa no dia 2 de novembro de cada ano pelo feriado de finados é mais que um espaço de lembrança dos que morreram, com ou sem o viés religioso pode ser uma fonte de estudo para se compreender o funcionamento da sociedade.

O conceito de patrimônio que obteve uma grande expansão a partir da década de 1980 foi tanta que hoje se criam “lugares de patrimônio urbano” a fim de inventar uma história que preencha o vazio de prédios ou monumentos históricos das novas cidades (HARTOG, p. 266). Se para leigos, patrimônio pode ser um carro, uma casa, uma máquina de uma empresa, para nós historiadoras, é, além disso, um ritual, uma tradição oral e também um cemitério. O único cuidado que devemos ter ao escolher estudar um patrimônio pelo viés histórico é que ele esteja ligado às pessoas e às sociedades.

O Cemitério do Combate não seria necessariamente um patrimônio histórico se ficasse abandonado e esquecido pelos moradores da região, poderia ter virado uma área utilizada pelos agricultores do seu entorno. Porém, ele foi preservado muito mais para funcionar como um marco de uma luta entre legalistas e “bandoleiros” onde o governo borgista obteve a vitória. Atualmente ele é mantido por interesses tradicionalistas como trataremos mais tarde, pois antes precisamos saber da sua origem.

As hostilidades entre as oposições e o PRR

Foi dentro de um ambiente de hostilidade no estado do Rio Grande do Sul que Borges de Medeiros foi indicado para disputar o quinto mandato consecutivo de presidente do estado pelo Partido Republicano-Riograndense. As eleições do ano de 1922 ocorriam no seio da crise econômica pós-Primeira Guerra Mundial e enviesada pela hegemonia política do PRR construída desde o governo de Júlio de Castilhos. A diminuição das vendas de café fez com que o governo federal buscasse sanar as reivindicações dos cafeicultores enquanto os outros produtores brasileiros não foram alvo de ações de apoio governamental. Os impactos da crise se refletiram dentro do Rio Grande do Sul principalmente para os criadores de gado do sul do estado que perderam mercados com o fim da Grande Guerra (MAESTRI, 2005, p. 106-9).

Antoniaci aponta que sem o apoio federal e com a ineficácia do governo borgista em resolver os problemas econômicos dos pecuaristas, ocorreu a articulação das oposições, entre eles os federalistas,

democratas e dissidentes republicanos, contra o partido que comandava o estado desde o ano 1885. Da aglutinação de forças opositoras saiu a candidatura de Assis Brasil que desde o ano de 1921 buscava propor soluções econômicas para o estado em artigos de jornais (1981, p. 65).

Depois do período de campanha, as eleições ocorreram no dia 25 de novembro de 1922 cabendo à Assembleia de Representantes a contagem dos votos (ANTONIACCI, 1981, p. 97). A votação ocorrida entre confrontos e tiroteios, teve o resultado divulgado em 16 de janeiro do ano seguinte (106.360 votos para Borges de Medeiros e 32.216 para Assis Brasil) foi contestada de imediato pela oposição que chegou a solicitar o arbitramento do presidente Artur Bernardes (MAESTRI, 2005, p. 114).

Como o presidente não quis se posicionar, a eleição foi validada e, ao mesmo tempo em que Borges de Medeiros assumia o quinto mandato, em Passo Fundo as forças opositoras para guerrear sob a liderança de Arthur Caetano começavam a se organizar. Então a partir de janeiro de 1923 a disputa política saiu das eleições e da assembleia e se materializou nas armas. Os integrantes da oposição liderada por Assis Brasil sabiam que não tinham capacidade militar para enfrentar e derrotar as forças da Brigada Militar que estavam sob o comando de Borges de Medeiros. Entretanto a sua estratégia era a de desestabilizar o estado e provocar uma intervenção federal o que tiraria Borges de Medeiros automaticamente da presidência (ANTONIACCI, 1981, p. 98).

Nas páginas do jornal *O Brazil*, encontramos um texto cheio de acusações contra Assis Brasil vindas de “um republicano” que o chama de “*impatriótico*” e seus partidários de “*facção*” (BRAZIL, 2019). Este leitor do jornal tinha suas razões ao reclamar da revolta que gerava ainda mais crise dentro do estado. A tática dos assisistas de manter o estado convulsionado mas sem muitas batalhas refletia a falta de interesse direto em enfrentar as tropas da Brigada Militar já sabendo que eram majoritárias (IBIDEM, p. 100).

A batalha que deu origem ao Cemitério do Combate

A revolta de 1923 que começou no mês de janeiro do mesmo ano se estendia sem que existisse um vencedor. As batalhas ocorriam por todo o estado e prejudicavam a já abalada economia sul-rio-grandense. A imprensa escrita era o principal meio de comunicação e divulgação do que se passava pelo estado e neste artigo utilizamos a imprensa vinculada ao Partido Republicano Riograndense.

Assim como o jornal sul-rio-grandense *O Brazil* anunciou no dia 30 de setembro que Borges de Medeiros “o maior estadista contemporâneo do Brasil” ia ser o candidato do Partido Republicano nas eleições

de 1922, a imprensa divulgava o andamento da revolta por todo o estado.

OS BANDOLEIROS DE PORTINHO E FABRICIO VIEIRA FORAM DERROTADOS EM "QUATRO IRMÃOS" 16 MORTOS E 20 FERIDOS

CRUZ ALTA, 14 (Urgente) —
 Travou-se hontem, em Quatro Irmãos, seis kilometros além de Erebang, um combate entre o 1º corpo da brigada do Norte e as forças reunidas de Fabricio Vieira e Felipe Portinho, no total de 800 homens.

Apezar da enorme superioridade numerica, as forças legais oppuzeram tenaz resistencia, infligindo ao inimigo numerosas baixas. Conforme declarações de sediciosos que chegaram extraviados a Erebang, Portinho e Fabricio tiveram 36 homens fóra de combate, sendo 16 mortos e 20 feridos, entre os quaes um filho de Portinho.

Os nossos tiveram 27 baixas, entres feridos e mortos.

O combate ao qual iremos nos ater é o da Batalha de Quatro Irmãos no dia 13 de setembro de 1923 é um exemplo da tática assistida apontada pelo leitor do jornal. Neste dia, dentro da Fazenda Quatro Irmãos, ocorreu uma batalha entre o Primeiro Corpo da Brigada Militar e os revoltosos, conforme noticiado na edição do dia 14/09/1923 do jornal *A Federação*, redigido pelo PRR. A própria notícia editada poucos dias após a batalha já apresenta a narrativa registrada nas placas do Cemitério do Combate quando a vitória dos legalistas é contada como um feito muito impressionante já que venceram um grupo com mais homens e os puseram em fuga.

As informações da imprensa são bastante desconstruídas e apresentam dados bastante diversos. Numa comparação numérica o jornal *A Federação* apresenta 800 revoltosos, 27 mortos e feridos para os brigadianos enquanto o jornal *O Brasil* aponta que 6 brigadianos ficaram feridos no enfrentamento de 300 revoltosos. Como estes jornais eram editados pelo mesmo partido, devemos pontuar que ambos trazem um discurso alinhado aos interesses borgistas.

Os usos do patrimônio pelas sociedades

Se nos anos 1920 o discurso borgista era de uma luta da legalidade contra os “bandoleiros” que agitavam o estado, hoje quem reforça esta ideia são os tradicionalistas que frequentam o cemitério e fazem homenagens aos seus heróis. Hartog, historiador francês, versa que o uso do patrimônio pelas sociedades visa reforçar identidades e aponta a possibilidade do seu uso para reforçar uma identidade insegura que tenta se fortalecer através dele (2006, p. 266). Parece-nos didático começarmos a partir deste ponto tratar do uso do Cemitério do Combate nos dias de hoje pelo poder público de Erebang e pelos grupos tradicionalistas da

região.

O século XX é gerador de uma onda de estudos acerca do patrimônio e sua conceptualização em constante expansão a partir do Velho Continente. Esta expansão alcançou também as terras brasílicas e possibilitou que aqui se estudasse e se buscasse preservar o que é considerado importante pelos detentores do poder político ou intelectual. Deste modo, até mesmo os pequenos municípios do interior do estado passaram a trabalhar na ideia de ter símbolos próprios que reforçassem suas identidades culturais e históricas.

No espectro das pesquisas da história cultural podemos compreender o mundo que nos cerca, no nível abstrato ou material de uma forma mais abrangente e com “uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1989)”. Esta percepção amplia as possibilidades de estudo assim como de interpretação da cultura e do ambiente nos quais estamos inseridos.

Como falamos acima, os estudos sobre patrimônio tiveram grande expansão nas décadas finais do século XX. Deste modo, no município de Erebangó foi instituída a lei nº 656 no ano de 1998 tratando do tombamento do Cemitério do Combate por ele se constituir como:

“[...] patrimônio histórico e cultural de Erebangó [...] cuja preservação e conservação é de interesse público em razão de sua vinculação a fatos memoráveis da história Riograndense, especificamente no que diz respeito a Revolução de 1923, onde tantas pessoas deram suas vidas lutando por seu ideal político.”

No seu espaço, demarcado por uma cerca, são encontrados os 38 túmulos sendo que alguns têm identificação enquanto outros estão apenas sinalizados por tijolos e uma cruz. Onde podemos encontrar mais informações é no centro do cemitério cuja cruz principal traz a homenagem dos comandantes das forças do estado no combate aos que “tombaram no memorável combate de Quatro Irmãos em 13 - 9 - 1923 na *defeza* da legalidade honrando as tradições gloriosas da bravura gaúcha”.

Dispostas ao centro do cemitério também podemos encontrar outras placas de homenagens do poder municipal de Erebangó, de CTGs e de grupos tradicionalistas que frequentaram o seu espaço. Nelas, os textos se referem aos bravos homens que tombaram na defesa de seu ideal político:

Placa em homenagem aos combatentes da Batalha de Quatro Irmãos



FOTO: A autora

Em outras placas encontramos menções aos homens que honraram os seus antepassados lutando bravamente contra as forças revoltosas e em homenagem à dita Revolução Farroupilha. Mesmo que distantes, temporal e ideologicamente, existe uma abordagem que visa a vinculação dos fatos das revoltas que iniciaram em 1845 e 1923.

Conforme trata Tau Golin acerca da ideia e da construção de identidades dentro do seu espaço físico e social, é necessário que se leve em conta a “consistência entre as formas modernas e pós-modernas adquiridas e a história (2007, p. 451)”. No nosso caso, encontramos uma confusão entre a chamada Revolução Farroupilha e a Revolução de 1923 entre os visitantes do cemitério. Enquanto a primeira buscava a criação da República Rio-Grandense, a segunda tentava derrubar do poder Borges de Medeiros.

A mobilização de forças diminutas frente ao poder do Império e do Estado e a derrota dos revoltosos parecem ser o único ponto em comum dos movimentos. Para marcar esta confusão encontramos em uma placa: “no ano que se comemora o sesquicentenário da Revolução Farroupilha, uma homenagem do executivo de Getúlio Vargas” datada de 1985. A placa se dirige “àqueles que tombaram heroicamente [...] em defesa de um ideal” onde se vê claramente a tentativa de vinculação de ambos os eventos históricos.

Cardoso diz que os seres humanos, como animais e produtos da seleção natural, não podem se desvincular dos fatores coletivos que são o material base da cultura (2005, p. 282). Assim se criam signos de

forma natural ou artificial, variando em seu alcance ou abrangência, trazendo uma aura quase sagrada para eventos profanos e ambiciosos por poder. Se os revoltosos assisistas buscavam derrubar do poder um presidente eleito, os tradicionalistas de hoje tentam vincular a sua imagem aos combatentes, cristalizando características na ideia acerca do verdadeiro gaúcho.

Considerações finais

Para além da organização dos túmulos que aparenta ter sido criada posteriormente, entendemos o Cemitério do Combate como um espaço onde a memória histórica foi construída. Sua fixação, tombamento e manutenção permanecem sendo escolhas do poder público municipal e da população que o utiliza para manifestações de reverência aos homens que lutaram nas diversas batalhas ocorridas no estado. Situado num município de nome indígena e que não possui nenhum espaço público que marque a presença de índios, os primeiros habitantes do município e que hoje estão em seu território pela reserva Ventarra, o Cemitério do Combate tem sua importância histórica para o município e para o estado, mas também reflete a exclusão de grupos de cidadãos vivos e que convivem até hoje com os erebanguenses.

Se passarmos para a questão patrimonial pura onde “todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tudo na origem, uma destinação memorial (CHOAY, 2006, p. 15-6)” e olharmos para o caso dos cemitérios, sabemos que eles são constituídos justamente para que se possa marcar a existência física de pessoas, comuns ou conhecidas, como forma de impedir que a memória acerca delas não se perca na história. No caso do Cemitério do Combate, o campo santo também é um símbolo da República Velha brasileira que, envolvida em eleições manipuladas, resolvia suas pendências na bala.

Se um cemitério já é criado na intenção de ser uma espécie de fiador da memória, quando utilizado politicamente se torna ainda mais revestido de simbologia. Tanto os assisistas quanto os borgistas, no caso do Cemitério do Combate, tiveram como intenção controlar o estado do Rio Grande do Sul e impor o seu projeto político.

Atualmente, ignorando as diferenças políticas que levaram à batalha de Quatro Irmãos os movimentos tradicionalistas enaltecem os atos de bravura dos gaúchos em suas músicas e discursos que legitimados pelas mídias e pelo aparato estatal tentam transformar uma cultura criada no século XX em uma cultura nata deste território tão diverso.



Referências

- A FEDERAÇÃO: *Orgam do Partido Republicano (RS)*. Porto Alegre, 14 set. 1923. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20192>>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ourivais? In: *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 255-282.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4 ed. São Paulo. Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- EREBANGO. *Lei no 615*. Disponível em <<http://erebango.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7474&cdDiploma=19980656&NroLei=656&Word=combate&Word2=>>>. Acessado em 02 jun. 2019.
- GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico IN: BATISTELLA, Alessandro (org.). *Passo Fundo, sua História*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.1, pp. 451-469.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, no. 36, p.261-273, jul/dez 2006.
- O BRASIL. Porto Alegre, 30 set. 1923. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882534&pesq=elei%C3%A7%C3%B5es&pasta=ano%20192>>. Acessado em 23 jul. 2019.

A força do interior passofundense: as eleições de 1947 e 1951

Luiz Alfredo Fernandes Lottermann¹

Resumo: O presente trabalho analisa, através da pesquisa nos periódicos *O Nacional* e *Diário da Manhã*, o desempenho eleitoral das lideranças políticas das localidades e distritos do interior passofundense, nas eleições municipais de 1947 e 1951. Em 1947 consta que os distritos de Água Santa, Ametistas (Campo do Meio), Coxilha, Ernestina, Marau, Sertão e Tapejara pertenciam ao município de Passo Fundo e tiveram candidatos à Câmara Municipal no pleito de novembro daquele ano. Bem como, todos estes distritos tinham representantes concorrendo às cadeiras da Câmara de Vereadores tanto pelo PTB quanto pelo PSD, principais agremiações políticas da cidade e antagônicas. Em 1950 soma-se a lista de distritos do município a localidade de Ciriaco e, assim, nas eleições de 1951 essa localidade também tem seus candidatos na disputa legislativa, sendo que neste ano o número de candidatos pelos distritos do interior cresce significativamente em relação ao pleito de 1947. Os resultados apresentados pelas lideranças do interior de Passo Fundo nas disputas eleitorais apontam para a grande importância e influência nos rumos da política local que os distritos tinham no período. Assim, temos que em 1947 nove dos quinze vereadores eleitos eram representantes do interior passofundense, bem como, em 1951, foram sete os eleitos pelas localidades.

Palavras-chave: Eleições municipais, interior de Passo Fundo, representação eleitoral.

Passo Fundo emancipou-se em 1857 quando se desmembrou de Cruz Alta, instaurando sua Câmara de Vereadores. Até o ano de 1930 a cidade foi governada por intendentes, ora eleitos, ora nomeados para o cargo. Entre os anos de 1931 e 1936 os prefeitos municipais passam a ser eleitos. Com o advento do Estado Novo (1937-1945), os mandatários municipais passaram a ser indicados pelo interventor estadual, que por sua vez era nomeado pelo governo federal (GATTI, 2008, p.16). Nos anos de 1940, o município apresentava suas potencialidades, conforme aponta Sandra Mara Benvegnú (2006, p.17), era um pólo regional de grande desenvolvimento e potencial, especialmente nas áreas educacional, comercial, agrícola e industrial. Já contava com uma ampla infraestrutura de transportes, com estradas e a ferrovia que passava pela cidade.

O município contava também com considerável território. O Decreto-lei estadual número 720, de 29 de dezembro de 1944, assinado pelo então interventor estadual Ernesto Dornelles, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, estabeleceu que, entre os anos de 1945 e 1948 o município de Passo Fundo estaria dividido

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, bolsista FUPF.

em oito diferentes distritos: Passo Fundo, como sede do município, Água Santa, Ametistas, Coxilha, Ernestina, Marau, Sertão e Tapejara. Para além desses, outros povoados também pertenciam ao município, como a localidade de Trinta e Cinco, por exemplo. Cabe ressaltar que, com o passar dos anos, estes distritos foram se emancipando, na medida em que encontravam o caminho para o desenvolvimento econômico e social.

Pretende-se aqui, então, evidenciar o protagonismo exercido pelas comunidades do interior passofundense na disputa política do município, através da contabilização do número de candidatos que concorreram pelas localidades e de seus resultados nas eleições de 1947 e 1951. Além disso, buscar-se-á aferir as profissões, tendo em vista de analisar quais as características que são mais presentes nas preferências dos leitores. A pesquisa justifica-se pelo fato de não haver na historiografia de Passo Fundo trabalhos que levem em conta a participação dos distritos do interior do município nas disputas políticas locais.

Como fontes, são utilizados os periódicos locais que estavam em circulação durante o período: os jornais *Diário da Manhã*, disponível no acervo do próprio jornal, e *O Nacional*, que pode ser consultado no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. O primeiro, fundado em 1925 por Theófilo Guimarães e passou ao controle do jornalista Múcio de Castro, de orientação política ligada ao trabalhismo, na década de 1940. O segundo, tinha como dono Túlio Fontoura, jornalista e político da cidade, que era ligado ao importante líder político Nicolau de Araújo Vergueiro. O *Diário da Manhã* foi forte em suas posições contrárias ao trabalhismo e a Getúlio Vargas durante o período democrático (BENVEGNÚ, 2006, p.19). É necessário salientar os cuidados metodológicos que precisam ser tomados ao utilizar jornais como fonte: “não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a esse ponto, ao incorporar qualquer matéria de um periódico no corpus documental de uma pesquisa.” (KARAWCZYK, p. 143, 2010). Tais cuidados devem ser tomados para que não se caia “em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade” (BATISTELLA, 2007, p. 22).

As eleições de 1947 e a representação do interior

As eleições municipais de 1947 foram as primeiras realizadas após a reabertura política de 1945. Na disputa pelo comando do executivo municipal três candidaturas se apresentaram à população: Armando Araújo Annes, pela aliança PTB/UDN, que teve o petebista Daniel Dipp como seu candidato a vice; Dionísio Lângaro,

pelo PSD, sendo ex-prefeito Ivo Pio Brum seu companheiro de chapa; e Carlos Galves pela Coligação Democrática Cristã da qual faziam parte os partidos Libertador e Democrata Cristão. Durante a campanha eleitoral, era comum que os candidatos partissem para as localidades do interior para realizarem seus comícios e reuniões com apoiadores. Estas investidas eram quase sempre acompanhadas dos candidatos a vereador que representavam determinada comunidade.

Referindo-se aos “grandiosos comícios” realizados no dia 9 de novembro de 1947 pelo PSD pelo interior da cidade, a reportagem do jornal *Diário da Manhã* narra o acontecimento no distrito de Coxilha:

Mais ou menos às 16 horas, em meio a vibrantes demonstrações de entusiasmo, ovacionados delirantemente dão entrada no Palanque Oficial, os srs. Dionísio Langaro, seguido dos srs. Dep. Nicolau Vergueiro, Ivo Pio Brum, candidato pelo PSD à Vice-prefeitura municipal, Diego Morsch, candidato a vereador, mais os representantes do Sub-Diretório Distrital do Partido Situacionista do distrito, Sr. Mario Goelzer, candidato a vereador pelo mesmo distrito, além de elevado número de senhoras e senhorinhas, que acompanhavam as dignas representante da Ala Feminina do Sub-Diretório distrital do PSD. em Coxilha. (*Diário da Manhã*, 11 nov. 1947. p. 06).

A presença de destacados líderes da política passo-fundense no evento de campanha evidencia que o contato direto com as localidades do interior era de extrema importância.

Para a Câmara de Vereadores, cinquenta e dois políticos concorreram às quinze cadeiras. Foi possível identificar que doze representavam distritos e localidades do interior do município de Passo Fundo, sendo que a maioria pertencia ao PSD e dividiam-se entre agricultores, industrialistas, profissionais liberais e funcionários públicos, conforme a tabela abaixo. Cabe ressaltar, também, que o médico do distrito de Marau, Elpídio Fialho, foi o candidato mais votado no pleito com 1.294 votos, mas não necessariamente todos em seu distrito de origem, 467 sufrágios a mais que o segundo colocado, Wolmar Antônio Salton, que era candidato pela sede do município (DAMIAN, 2010, p. 38). O interior conquistou nove das quinze vagas em disputa para o legislativo municipal. Ainda, além dos eleitos, outros dois ficaram na suplência.

Tabela 1: relação de candidatos do interior

Candidato	Partido	Profissão	Localidade	Resultado
Antonio Col Debela	PSD	Agricultor	Água Santa	Suplente
João Gasperin	PSD	Industrialista	Campo do Meio	Eleito
Mário Goelzer	PSD	Industrialista	Coxilha	Eleito
Arno Fett	PSD	Agricultor/Industrialista	Ernestina	Eleito
Elpídio Fialho	PSD	Médico	Marau	Eleito
Alfredo Borella	PTB	Industrialista	Marau	-
Aurélio Brunetto	PSD	Industrialista	Sertão	Eleito
Basílio Osmundo Rambo	PTB	Advogado	Sertão	Eleito
Aquilino Translatti	PSD	Advogado	Tapejara	Suplente
Miguel Tabbal	PSD	Médico	Tapejara	Eleito
Tranquilo Basso	PTB	Técnico contábil	Tapejara	Eleito
Fabrcio Oliveira Pilar	PSD	Funcionário Público	Trinta e Cinco	Eleito

Fonte: elaborado pelo autor.

A disputa pelo comando do poder executivo municipal foi acirradíssima.

Foram seis dias de enorme expectativa. A Rádio Passo Fundo, única existente e os dois jornais, anunciavam passo a passo, urna a urna, voto a voto a dramática eleição. Annes e Lângaro se revezavam à frente. Quando Chegaram as urnas de Marau, Lângaro passou à dianteira, mas havia as urnas de Sertão, um reduto petebista e foi exatamente ele que decidiu as eleições. Ao término da contagem, na madrugada do dia 21 de novembro, Armando Annes Vencia por 165 votos de diferença ao seu opositor. (DAMIAN, 2010, p.37).

O candidato Carlos Galves conquistou apenas 1.479 votos. Para o legislativo, apesar da vitória da chapa PTB/UDN para a prefeitura, o PSD acabou conquistando a maioria das vagas, nove, enquanto os trabalhistas apenas cinco, a última ficou com o Partido de Representação Popular.

As eleições de 1951 e a representação do interior

No pleito de 1951, a polarização anunciada pelas eleições anteriores, entre petebistas e pessedistas se concretiza. O PTB, em conjunto com PRP e PSP, formou a Coligação Popular e lançou as candidaturas

Daniel Dipp, vice-prefeito que fora eleito deputado estadual em 1950, e Mário Menegaz. O PSD, por sua vez, com a companhia de PL e UDN na Frente Democrática, optou novamente por apostar em Dionísio Lângaro, candidato derrotado em 1947, agora tendo como companheiro de chapa o vereador Elpídio Fialho (BEVENGNU, 2006, p. 62-63).

Novamente, os candidatos empreendiam visitas ao interior do município buscando afirmar suas candidaturas nas localidades. Noticiando as atividades do candidato petebista Daniel Dipp, *O Nacional* diz que

S.s. até às vésperas do pleito, juntamente com o seu companheiro de chapa, Sr. Mario Menegaz, visitará todos os distritos de Passo Fundo, tomando parte em grandes comícios, bem como participando dos comícios-relâmpagos que se estão realizando nos arredores da cidade. Vasto programa de ação política o deputado Dipp começou a pôr em prática hoje, prosseguindo até o fim da grande campanha. (*O Nacional*, 8 out. 1951. p. 01).

Com folga, os candidatos do trabalhismo local obtiveram a vitória e consagraram o PTB como a maior força política. Daniel Dipp venceu Dionísio Lângaro com expressiva diferença de votos, sendo 9.905 para o petebista, contra 8.105 para o pessedista.

Na disputa pelas quinze vagas do legislativo municipal, concorreram noventa e cinco políticos. Deste, foi possível identificar que vinte e oito candidatos concorriam pelos diferentes distritos do município, sendo que as localidades de Ciriaco e Trinta e Cinco passam a figurar na lista de Distritos pelas leis municipais 151 e 152 de 1950, respectivamente. Destes, oito foram eleitos e outros três ficaram na suplência. Apesar da breve redução, considerando que Elpídio Fialho concorreu à vice-prefeitura, o interior contou, ainda, com mais da metade das cadeiras legislativas. Dentre os eleitos e suplentes, temos agricultores, funcionários públicos, profissionais liberais e industrialistas.

Tabela 2: relação dos candidatos do interior em 1951

Candidato	Partido	Profissão	Distrito	Resultado
João Jacques	PSD	Agricultor	Água Santa	Eleito
Avelino Júlio Pimentel	PTB	Funcionário Público	Água Santa	Eleito
João Gasperin	PSD	Industrialista	Campo do Meio	Eleito
Odaciano Vieira	PTB	-	Campo do Meio	-
Angelo Reginatto	PRP	-	Ciriaco	-
Paulo Fragomeni	PTB	-	Ciriaco	-
Mário Goelzer	PSD	Agricultor	Coxilha	Suplente
Augusto Homrich	PTB	Funcionário Público	Coxilha	Eleito
Emílio Carlos Link	PSD	-	Ernestina	-
Ernesto Scholtez	PRP	-	Ernestina	-
Maximino Pedrotti	PTB	-	Ernestina	-
Honorino Pereira Soares	PSD	Dentista	Marau	Suplente
Lido Bergonsi	PSD	-	Marau	-
Odolir Foresti	PL	Dentista	Marau	Suplente
Jatyr Foresti	PRP	-	Marau	-
Severino Taparello	PRP	-	Marau	-
Pedro Piran	PTB	-	Marau	-
Arthur Pereira	PRP	-	Pulador	-
Eduardo Laimer	PRP	-	São Roque	-
Romano Busato	PSD	Industrialista	Sertão	Eleito
Loreno	PRP	-	Sertão	-
Henrique Echelmeier	PRP	-	Sertão	-
Theomiro José Branco	PTB	Industrialista	Sertão	Eleito
Vitorio Langaro	PRP	-	Tapejara	-
Carino Canalli	PRP	-	Tapejara	-
Aquilino Translatti	PTB	Advogado	Tapejara	Eleito
Fabício de Oliveira Pilar	PSD	Funcionário Público	Trinta e Cinco	-
Angelo Bedin	PTB	-	Trinta e Cinco	-

Fonte: elaborado pelo autor.

Em suma, se pode perceber, a partir desta breve pesquisa, que os distritos e localidades do interior do município de Passo Fundo como espaços de grande importância na disputa pelo poder político local. Por exemplo, o fato de a eleição de 1947 ter sido resolvida nas urnas dos distritos revela que era de grande valor e que as forças políticas reservavam boa parte de suas energias para levar suas propostas e seus candidatos até os locais mais distantes da sede municipal. Também, a quantidade de candidatos oriundos do interior e os



resultados dos pleitos ao legislativo demonstram que os distritos e localidades eram bastante ativos politicamente.

Fontes Primárias

- Jornal *O Nacional* dos anos de 1947 e 1951
- Jornal *Diário da Manhã* dos de 1947 e 1951

Referências

- BATISTELLA, Alessandro. **O Movimento Operário e Sindical em Passo Fundo (1900-1964)**: história e política. Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2007.
- BEVENGNÚ, Sandra Mara. **Décadas de Poder**: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967. Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2006.
- DAMIAN, Marco Antônio. **Eleições em Passo Fundo: dados históricos**. Passo Fundo: Berthier, 2010.
- GATTI, Isaura de Moura. **Partido Social Democrático**: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950). Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2008.
- KARAWEJCZYCK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

A expansão de redes sociais e familiares em áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul¹

Marinilse Marina²

Resumo: O presente trabalho analisa a trajetória das famílias de imigrantes italianos Pandolfo, Bernardi, Lunardi e suas ramificações, tendo como fio condutor e elo de interligação a família Busato. Esses imigrantes italianos, originários de áreas urbanas do Vêneto, fixaram-se na região nordeste do Rio Grande do Sul no início do século XX, onde estabeleceram uma complexa rede de comércio, inicialmente na colônia era Guaporé, favorecidos pelo porto de Muçum (usado para o escoamento da produção agrícola da colônia). Ao traçar as trajetórias familiares encontram-se indícios sobre alianças e estratégias que estes comerciantes utilizaram no período de 1906 a 1970 para montar uma consistente rede de comércio, permitindo-lhes ascensão social e projeção econômica e política. A análise teórica e metodológica segue a linha da micro-história italiana e o uso de fontes orais.

Palavras-chave: Imigração italiana. Guaporé. Comerciantes. Família Busato.

Considerações iniciais

A análise dos discursos encontrados nos Álbuns Comemorativos que celebram o sucesso de determinado grupo de imigrantes no Sul do Brasil, fomentou uma série de perguntas que abrem possibilidades de pesquisa. Entre tantas: como os imigrantes que chegaram ao sul do país acompanhados por uma grande família, e trazendo à tona o discurso da pobreza de origem, conseguiram obter ascensão econômica e social? Qual é o perfil desse grupo?

A partir das inúmeras dúvidas a serem sanadas, iniciamos nossa pesquisa buscando indícios para entender quais os fatores que diferenciavam os imigrantes que obtiveram ascensão socioeconômica dos demais. Em termos teóricos e metodológicos nosso estudo segue a linha da micro-história italiana³, que é vista

¹ Para elaboração deste artigo, foram retiradas informações da dissertação de mestrado de Marinilse Marina Busato (título, introdução e capítulo II). Defendida em junho de 2017, em Passo Fundo – UPF, tendo como orientadora da pesquisa a professora Doutora Rosane Márcia Neumann.

² Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo- UPF. Bolsista FAPERGS. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

³ A micro-história, nasceu na Itália nos anos setenta, graças às insatisfações com as produções limitadas da história. O desenvolvimento da micro-história italiana ocorreu inicialmente em torno da revista *Quaderni Storici*, fundada em Ancona, na Itália, por Alberto Caracciolo. Foi nessa revista que os primeiros trabalhos a se aproximarem do que definimos hoje como micro-história começaram a ser publicados, posteriormente tal revista passou a ser editada em Bologna, onde contou com o apoio de importantes estudiosos italianos, como Carlo Poni, Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, elaborando uma coleção com diversos

como uma nova área nas possibilidades históricas, pois este olhar diferenciado pode ser cruzado com os mais variados conceitos históricos, além de ser imprescindível o cuidado para não confundir simplesmente com uma história regional ou local, ou uma *história menor*. Ou seja, o particular é o ponto de partida, não de chegada, pois são as perguntas realizadas a cada situação que vão permitir a compreensão de contextos mais amplos.

Pautamos a pesquisa no método indiciário de Ginzburg (1989), trabalhamos com um entrecruzamento de fontes, tanto documentais quanto orais. Assim, o recorte de nosso estudo está centrado na família Busato e suas redes familiares⁴ e econômicas com as famílias Panolfo, Lunardi e Bernardi, que fixaram-se na região nordeste do Rio Grande do Sul no início do século XX, onde estabeleceram uma complexa rede de comércio, favorecidos pelo porto de Muçum (usado para o escoamento da produção agrícola da colônia). Ao traçar as trajetórias familiares encontram-se indícios sobre alianças e estratégias que estes comerciantes utilizaram no período de 1906 a 1970, para montar uma consistente rede de comércio, permitindo-lhes ascensão social e projeção econômica e política.

1 Família Busato

A trajetória do tronco da família Busato começa com o patriarca Girolamo Busato, após sua chegada no Brasil no final do século XIX. Girolamo nasceu em 29 de abril de 1835, em Brusaporco, atual comuna de Castelfranco, província de Treviso, localizada na região do Vêneto, filho de Francesco Busato e Maria Bianco. Sabemos que a família Busato possuía indústria de tecelagem na Itália, e que Girolamo era alfaiate, o que nos leva a supor que além da indústria, a família possuía loja com atendimento de alfaiataria, e provavelmente sociedade. Girolamo casou-se em 26 de junho de 1868 com Giovanna Marangoni, nascida em 19 de dezembro de 1846 na comuna de San Martino de Lupari, província de Pádua, também pertencente ao Vêneto.

As evidências sobre empresa de tecelagem na Itália, a compra de quatro lotes de terras, a instalação de diversas casas comerciais pelo interior do Rio Grande do Sul, e a extensa família (16 filhos⁵), nos leva a

trabalhos que foram publicados, e receberam o nome de *microstorie*. Henrique Espada Lima (2006), por meio de seu livro *A micro-história italiana, escalas, indícios e singularidades*, mostra as origens da micro-história, analisando os escritos dos historiadores considerados pioneiros dessa área, chamada de micro-história madre, conceitos estes que são considerados os pilares da micro-história.

⁴ Em função da delimitação do artigo, recortamos partes mais significativas para esta análise. Na dissertação de mestrado encontra-se trabalho completo.

⁵ Girolamo Busato cita em seu depoimento no livro do *Cinquentenário da imigração italiana Vol. I*, que quando chegaram ao Brasil (19/12/1888), estavam em 11 pessoas (família), mas essa informação não confere com os documentos analisados que registram

crer que a família Busato veio com Girolamo para o Brasil munida de intenções ao se estabelecer com a prole em um país distante e desconhecido. Provavelmente, a decadência da empresa familiar no Vêneto, associada à propaganda imigracionista do Brasil, levou os Busato a apostarem em negócios do outro lado do oceano.

O que diferencia a situação dessa família é o fato de que mesmo sendo imigrantes urbanos, não permaneceram em São Paulo, mas deslocaram-se para o sul, onde ainda predominava a imigração de camponeses, sendo que alguns partiram para Venezuela e Argentina, não concentrando o dinheiro em um único país, mas tomando destinos distintos. Já que, “nem todos que emigravam eram camponeses miseráveis, já que muitos eram pequenos proprietários que, antes de partir, venderam seus bens para adquirir terras ou investir em novas atividades econômicas nas regiões de colonização do sul do Brasil” (VENDRAME, 2016, p. 27). Acreditamos que a família Busato fazia parte do contingente de imigrantes italianos que passaram por decadência empresarial na Itália, mas conseguiram se reestruturar no Brasil, já que somando a numerosa prole, a compra de diversos terrenos e a inserção no ramo comercial torna-se evidente que apesar da quebra da hegemonia empresarial na Itália, esses imigrantes possuíam conhecimento como negociantes, o que viabilizou que inserissem diversas casas de comércio, inicialmente nas localidades de Antônio Prado e posteriormente na Colônia de Guaporé.

Fizeram uso da compra e venda de produtos, de transportes próprios (as carretas e carreteiros para escoar mercadorias através do porto de Muçum), infiltraram-se no interior das colônias, e aproveitaram as oportunidades para expandir os negócios em família, já que como percebemos uma das características desse grupo é a tradição das empresas familiares, desde a Europa até a continuação em diversos setores no Brasil.

Tentaremos compreender as relações entre as estratégias familiares, os laços de amizade e o crescimento do comércio no século XX⁶. Nosso objetivo é perceber como algumas famílias utilizaram estrategicamente sua influência e recursos para estabelecer redes minuciosas em torno do comércio na Região de Colonização Italiana, para tanto, subdividimos nossos personagens e suas estruturas familiares.

que o casal teve 16 filhos, sendo que somente Olinda (*02/02/1890) seria brasileira. Assim supomos que alguns filhos permaneceram, ou então faleceram na Itália.

⁶ Em função da delimitação de espaço do presente artigo, iremos trabalhar essas relações de forma sucinta.

1.2 Família de Albino Alberico Busato

Consideramos a família de Albino Alberico Busato, filho de Girolamo Busato, como o ponto inicial que costura todas as relações que iremos trabalhar. Albino casou-se em 24 de abril de 1902, na comarca de Antônio Prado, com Amália Lorenzette, ambos nascidos na Itália e filhos de comerciantes.

Logo, analisaremos os principais acontecimentos que ocorreram entre as famílias Busato, Bernardi e Lunardi, os fatores que definiram as conexões entre elas. É importante salientarmos que esses imigrantes e seus descendentes, iniciaram com trabalho no comércio e depois tornaram-se industrialistas, como é o caso da família de Albino Alberico Busato (que, nasceu na província de Treviso, na região do Vêneto, e aportou no Brasil com seus pais aos 10 anos de idade). Nos interessa observar, a partir de nosso sujeito, todas as relações que se construíram com determinado grupo de pessoas que passaram a ser importantes personagens da ex-colônia de Guaporé.

Em função da sociedade patriarcal, quando citamos os nomes das esposas que não exerciam profissão fora do lar, procuramos preencher a lacuna das relações profissionais com o ofício do pai, ou do esposo, pois não encontramos registros de todas as mulheres em relação as suas profissões, mesmo sabendo que diversas mulheres no período estudado ocupavam lugar no mercado de trabalho.

O tronco da família de Albino Alberico Busato mostra que o casal teve 12 filhos, dos quais quatro casaram-se com comerciantes, e cinco com industrialistas, que também ocupavam cargos públicos. Já um dos filhos casou-se com filha de proprietários de hotel, lembrando que para o período isso significava status social. Salientamos que em nosso estudo todos os cônjuges tiveram significativa importância para a economia, mas no presente artigo, iremos destacar por questões de simplificações e melhor entendimento do recorte escolhido somente alguns matrimônios.

- Itália contraiu matrimônio com Hermínio Mioni Tissiani, parente próximo do sócio Antônio Mioni, em abril de 1938, no distrito de Casca. Hermínio ocupou cargo público federal, foi presidente do Instituto Nacional Do Pinho, industrialista na cidade de Chapecó e um dos fundadores da Cooperalfa no estado de Santa Catarina;
- Octavio Busato, nascido em 04-06-1916, e falecido em 05-11-2012, casou-se com Maria Laura Bernardi Pandolfo, nascida em 05-11-1918 e falecida em 23-08-1970. O matrimônio ocorreu em 25 de junho de 1938, no distrito de Casca. Maria Laura era filha de Severino Pandolfo, comerciante e industrialista na Colônia de Guaporé e posteriormente em Nova Prata.

Buscamos, então, demonstrar que apesar de todo o caminho traçado da Itália para o Brasil, muitos descendentes italianos casavam com outros do mesmo grupo, pois “o isolamento no espaço e no trabalho, somado ao rígido sistema de vigilância mantido na família e manifesto na comunidade, entre outras, acabava por determinar a redução de oportunidades de encontro e de escolhas” (TEDESCO, 2001, p. 54). O matrimônio era de fundamental importância na RCI, pois além de garantir a procriação, dando continuidade às famílias, também funcionava como ampliação e manutenção de capital. Teceremos, então, o fio de mais uma família que se interligava com as demais, a família Bernardi.

2 Família Bernardi

A família Bernardi, originária da região vêneta, fixou-se na Colônia de Guaporé, tendo como patriarcas Firmo e Rosa Bernardi. Dedicaram-se ao comércio e prosperaram, sendo que seus filhos contraíram matrimônios com outras famílias de imigrantes, também ligadas aos setores comercial e empresarial da Colônia de Guaporé. Infiltraram-se, por consequência, em diversas esferas, principalmente política e industrial. Entre esses laços que se formaram por vias matrimoniais estão incluídas diversas famílias, das quais nos interessa para análise de estudo, as famílias Pandolfo, Lunardi e Busato, e a partir desses enlaces, alcançaremos outras famílias e analisaremos a grande estrutura econômica e social que se formou no Rio Grande do Sul e impulsionou a economia por décadas. A partir das informações sobre as redes de parentela, estruturamos o tronco da família Bernardi, e seguimos o curso de seus galhos, chegando ao esquema das redes que se formaram desde os patriarcas no Brasil até o ramo da 4ª geração.

O casal Firmo e Rosa Bernardi teve o total de sete filhos, sendo que cinco casaram-se com pessoas que provinham de famílias de comerciantes. Dos sete filhos do casal, iremos nos deter nos ramos dos filhos: Hermínio, Cândida e Virgínia, que consideramos mais significativos para a pesquisa.

2.1 Enlaces matrimoniais: filhos de Firmo e Rosa Bernardi

- Virgínia Bernardi casou-se com Severino Pandolfo, a 25 de junho de 1916, em Guaporé. Trabalharam na casa de comércio Pandolfo, na mesma localidade, e posteriormente fundaram diversos negócios nos atuais municípios de Casca e Nova Prata, formando família de industrialistas;

- Cândida Bernardi casou-se com Albino Lunardi em 10 de maio de 1917, em Guaporé. Albino iniciou o trabalho com transportes da ex-colônia de Guaporé;
- Aristide Bernardi casou-se com Modesta Spagnol em 16 de maio de 1908. Foi subprefeito do atual município de Casca por quase duas décadas.

Por meio dos matrimônios da família Bernardi, podemos traçar o caminho dos cônjuges, que, além de diversificarem sua atuação no ramo comercial, expandiram seus negócios para Porto Alegre. Além disso, nesse quadro é evidente a união de parentesco entre as famílias Bernardi x Pandolfo, e Bernardi x Lunardi. Como podemos perceber, até a primeira geração os casamentos aconteceram somente com pessoas de etnia italiana. Veremos nos próximos enlaces que o quadro se alterou pouco quanto à etnia, já em relação à importância política e econômica dos cônjuges, podemos afirmar que elas foram crescentes. Vejamos, então, alguns galhos do tronco de Firmo e Rosa Bernardi, que escolhemos para a análise a fim de desenvolver o traçado econômico que seguiu relacionado aos matrimônios da família Bernardi.

2.2 Enlaces matrimoniais: família de Hermínio Bernardi e Ida Magnabosco

Seguindo essa linha, iremos destacar alguns dos matrimônios do galho de Hermínio Bernardi e Ida Magnabosco. São suas filhas: Deloli, Adi, Ieda e Gema Ionir (netas de Firmo e Rosa Bernardi).

- Deloli Bernardi casou-se com Idelfonso Maia, filho do importante político da ex-colônia de Guaporé, coronel Agilberto Atílio Maia, a 19 de dezembro de 1942, em Guaporé;
- Adi Bernardi casou-se com Balduino Morassutti, sócio na concessionária Ford, a 24 de setembro de 1960, em Guaporé;
- Ieda Teresinha Bernardi casou-se com Júlio Morassutti Campos, em 24 de setembro de 1960, em Guaporé. Júlio exerceu a função de gerente do banco do Comércio - Guaporé;
- Gema Ionir Bernardi casou-se com o agrônomo Ariosto Nobrega Barreto, a 24 de abril de 1954, em Guaporé.

Percebemos que a partir da segunda geração de imigrantes em algumas famílias analisadas, os casamentos saíram do âmbito étnico (que inicialmente, na primeira geração de imigrantes na RCI aconteceram somente com famílias de descendentes italianos, mesmo que ainda permanecesse maioria na segunda geração destas famílias). O que torna interessante nossa pesquisa é, justamente, que as relações foram se expandindo e envolvendo outros grupos familiares, todos com importante posição na ex-colônia de Guaporé,

seja política, econômica ou pública. Dessa maneira, fica evidente, até o momento, a centralidade da família Bernardi com o comércio, funcionando como uma espécie de centro de roda, onde se agregam diversos outros personagens que farão essas teias se tornarem significativas para nossa análise. Assim, prosseguiremos com os próximos enlaces da família Bernardi, com foco na união com os “Lunardi”.

3 Família Lunardi

É explícito que as famílias Bernardi e Pandolfo se interligam com diversas outras famílias devido aos casamentos dos irmãos Bernardi. Relembrando que nossos galhos centrais de análise até o momento foram dos matrimônios dos irmãos Bernardi (Hermínio Bernardi com Ida Magnabosco, Cândida Bernardi com Albino Lunardi e Virgínia Bernardi com Severino Pandolfo) que irão se interligar com a família Busato.

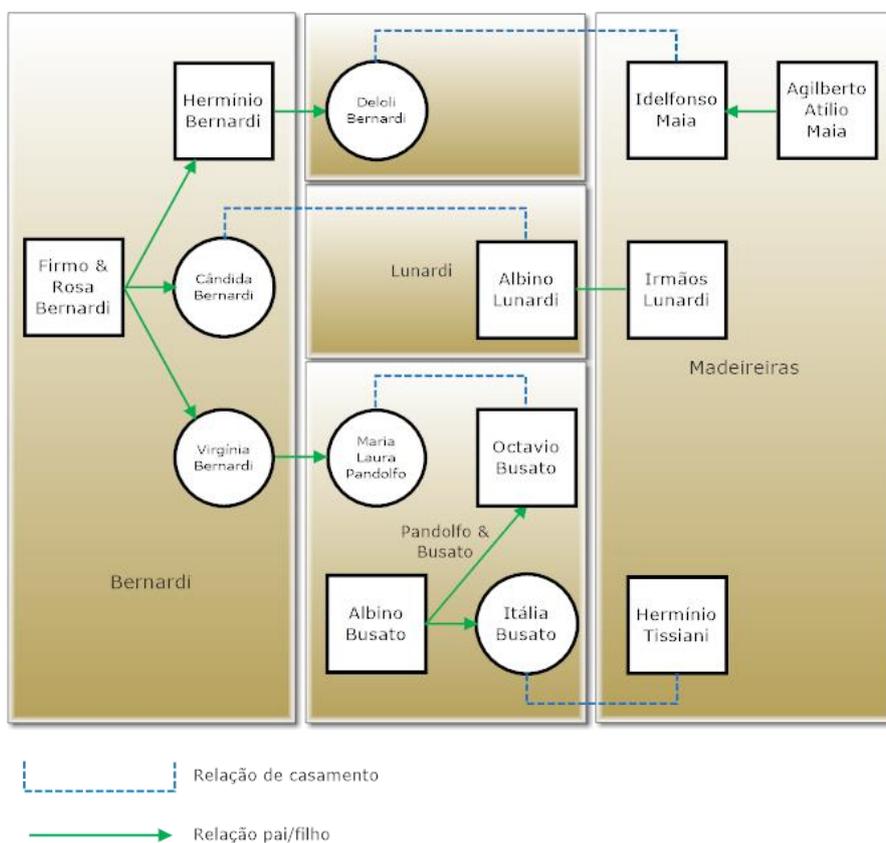
No decorrer dos anos 1920, o Brasil passa por uma grande campanha intitulada “a marcha para o oeste”. Vargas planejava com esse movimento a ocupação do território oeste de Santa Catarina por meio da colonização. À vista disso, empresas ítalas e teutas foram responsáveis pelo grande número de europeus e descendentes instalados naquele território. Através da ocupação territorial, visava-se à defesa das fronteiras, o que, além de inúmeras outras consequências, conseguia incorporar o espírito nacional ao estadual. Frisamos que o oeste de Santa Catarina era contemplado pela Mata de Araucária, mais um chamativo para a colonização, o que resultou na instalação de diversas serrarias e madeireiras que serviam para a fabricação de embarcações, imprescindíveis para o comércio com a Argentina, especialmente, através do rio Uruguai, que transpassa o país “da Prata”.

Valdirene Chitolina (2008) trata em seu trabalho, *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920 - 1954)*, sobre os irmãos da família Lunardi, entre eles: Giácomo, Pedro, João e Antônio, que fundaram a “sub colonizadora Irmãos Lunardi”, adquirida em 1920 da colonizadora Bertaso, Maia & Cia Ltda, com um extenso território no oeste catarinense, chamado Fazenda Rodeio Bonito. A partir disso, os irmãos Lunardi expandiram diversos negócios e ampliaram seu capital com madeira, comércio, política e associações.

Nesse contexto da colonização do oeste catarinense, nos deparamos novamente com a figura de Hermínio Mioni Tissiani, que conforme já arrolamos era casado com Itália Busato, filha do também comerciante da ex-colônia de Guaporé Albino Alberico Busato. Hermínio Tissiani era filho do comerciante José Tissiani e Elizabeta Mioni. Hermínio, nascido em junho de 1908, em Guaporé, mais especificamente na Linha Sexta.

Itália Busato nasceu no distrito de Casca, também pertencente a Guaporé, em 1914, e pertencia ao mesmo círculo de amizades da família. Uma vez que Hermínio Tissiani era responsável, através do INP⁷, de regularizar e controlar as madeireiras, fica evidente que os laços de amizade iniciados com a família Lunardi em Guaporé prosseguiram no oeste de Santa Catarina. Tentamos, então, arrolar a teia de relações que chegaram aos empreendimentos catarinenses. Para isso será necessário retomarmos a questão dos matrimônios, a fim de demonstrarmos novamente os nós das famílias centrais de nossa análise, vale salientar que no caso da madeireira Lunardi, focaremos nas conexões mais evidentes.

Figura 1: Diagrama de relações com as madeireiras



Fonte: Guilherme Busato

⁷ INP – Instituto Nacional do Pinho.

Provavelmente em função da localização de Guaporé, e do porto de Muçum, nossos personagens conheceram outros comerciantes e políticos da região, vindo a tecer relações que floresceram em matrimônios e compadrios. Dessa forma, foram expandindo seus negócios para além do estado rio-grandense, preenchendo as lacunas de empreendimentos e negociatas entre os mesmos grupos.

3.1 Enlaces matrimoniais: filhos de Cândida Bernardi e Albino Lunardi

Albino Lunardi teve empresa de transportes responsável pelo trajeto Guaporé/Muçum. Foi uma figura de destaque. Conforme apontado, é proveniente de família com influência na Colônia de Guaporé e prosperou economicamente através de seus negócios com meios de transporte, fazendo-se conhecer por toda a região nordeste do estado. Casou-se com Cândida Bernardi (filha de Firmo e Rosa Bernardi), juntos o casal teve sete filhos, que contraíram matrimônios com pessoas de classe mais elevada na sociedade da época. Destacamos os matrimônios:

- Delésia Lunardi casou-se com Antônio Predebon, em 08 de janeiro de 1941, em Guaporé. Antônio trabalhou no Curtume Termignoni, pertencente à família de seu cunhado em Guaporé, e posteriormente transferiu-se para Getúlio Vargas, onde fundou o curtume Predebon;
- Aldo Lunardi casou-se em 1953 com Flora Rodrigues (espanhola) no Rio de Janeiro, e na cidade carioca prosseguiu com a tradição dos cafés, trazida por seus tios italianos para Guaporé;
- Romeu Lunardi casou-se com Norma Bordin, herdeira da empresa MABI Indústria Madeireira, a 13 de outubro de 1951, em Guaporé;
- Lorena Lunardi casou-se com Élio Termignoni, filho do italiano Carlo Termignoni e da argentina Juana de Rossi, a 08 de setembro de 1955, em Guaporé. O curtume Termignoni era de tal importância que aparece nos três livros referentes à colonização italiana no Rio Grande do Sul. Élio Termignoni, após a morte do pai, passa administrar com os irmãos o curtume da família, com lojas e filiais em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, que ainda realizava exportações para Estados Unidos e Argentina, mantendo a sua base em Guaporé.
- Daysi Lunardi casou-se com Gilson Sebben, fundador da fábrica de joias Sebben, uma das primeiras na localidade, em 27 de fevereiro de 1954, em Guaporé;
- Maria Lunardi casou-se com Belmiro Nilo Camini, proveniente de família de comerciantes, que atuavam principalmente no ramo vestuário, em 15 de setembro de 1934, em Guaporé. Esse casal

fugiu à regra comercial: eles foram radioamadores e obtiveram bastante destaque nesse meio, enquanto o restante das famílias Bernardi, Lunardi e Camini prosseguiram no ramo comercial e industrial.

Analisando “as alianças” desta família, fica evidente o desenvolvimento do comércio para as empresas e para a indústria, além disso expandem-se os negócios para outros estados, surgindo uma espécie de ramificação da cultura dos cafés “italianos” da serra gaúcha para o Rio de Janeiro. Ainda, o curtume do italiano Carlo Termignoni, instalado na ex-colônia Guaporé, expande suas ramificações para outros estados e países, com negócios nos Estados Unidos e Argentina.

Verificamos até o momento a junção de diversas famílias por enlaces matrimoniais. Entre elas, podemos citar: Bernardi, Lunardi, Pandolfo, Busato, Termignoni, Maia, Bordin, Morassutti, Campos, Camini, Predebon, Sebben, entre outras. Logo, além dos casamentos, formou-se uma rede repleta de conexões de parentes e conhecidos. A grande maioria até a terceira geração de imigrantes no Rio Grande do Sul permanecia com grande parte dos enlaces matrimoniais voltados para a etnia italiana, enquanto que personagens de significativa importância política, durante todo o período estudado, surgiram nessa grande teia.

4 Estrutura familiar Emílio Pandolfo e Líbera Panazzolo

A família Pandolfo, também proveniente da região do Vêneto, iniciou uma nova vida em terras sulinas com os genitores Emílio Pandolfo e Líbera Panazzolo, que casaram-se em 02 de setembro de 1885 na paróquia de Santo Antônio, em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul. Ao contrário das demais, é uma família relativamente pequena, com cinco filhos (Primo, Secondo, Severino, Luis e José), proprietários de significativos empreendimentos comerciais em Guaporé. Iremos nos deter na construção da família de Severino Pandolfo e Virginia Bernardi.

4.1 Família de Severino Pandolfo e Virginia Bernardi

O casal Virgínia Bernardi e Severino Pandolfo teve o total de onze filhos, de acordo com os registros, com pouquíssima diferença de idade entre eles. Dos onze filhos do casal “Pandolfo”, nove casaram-se, destacamos:

- Alcides Bernardi Pandolfo casou-se com Doraci Azeredo, filha de proprietários de terras na região da campanha, em 26 de outubro de 1946. Esse caso também nos chama a atenção em função de seu filho, Paulo Pandolfo, que casou-se com Maria Clara Tarasconi Cherubini, filha do fundador da madeireira Cherubini, e neta do empresário Tarasconi, ambos com empreendimentos em Nova Prata. O casal Cherubini/Pandolfo casou-se em Lages, em 06 de janeiro de 1973. Fica evidente como os laços de compadrio eram fortes, já que Mara Pandolfo, sobrinha de Paulo Pandolfo, casou-se com Reinaldo Cherubini, sobrinho de Maria Clara Tarasconi Cherubini, ou seja, os enlaces entre os Pandolfo e os Cherubini mantêm-se firmes até a geração dos bisnetos de Severino Pandolfo e Virgínia Bernardi. Traçamos, portanto, nosso emaranhado de fios com mais uma família importante para a economia colonizatória do Rio Grande do Sul, a família Tarasconi/Cherubini:
- Maria Laura Bernardi Pandolfo casou-se com Octavio Busato, filho de Albino Alberico Busato, comerciante e industrialista, em 25 de junho de 1938. Novamente os laços entre as principais famílias surgem em nosso cenário;
- Haydeê Luiza Bernardi Pandolfo casou-se com Telemaco Vanini, filho de Severino Vanini, que iniciou sua carreira como carreteiro de Albino Alberico Busato, e depois tornou-se comerciante no território onde é o atual município de Vanini, batizado em sua homenagem;
- Nilse Bernardi Pandolfo casou-se com Breno Bertolozzo, filho de comerciantes, em Porto Alegre;

Na família Pandolfo, formou-se uma rede de parentela que foi além da Colônia de Guaporé. Conforme Severino Pandolfo foi progredindo e ampliando seus negócios nas regiões de Casca e Nova Prata, seus filhos foram definindo laços matrimoniais e de amizade com demais comerciantes e industrialistas da região, como é o caso do neto e da bisneta de Severino, que firmaram parentela de uma geração para a outra com a família Tarasconi e Cherubini.

Além disso, Maria Laura casou-se com Octavio Busato, e Haydeê com Telemaco Vanini, filho do homem de confiança da família Busato. Percebe-se que a família Pandolfo prezava pelo bom trato com seus carreteiros, já que os filhos de Severino optaram por essas uniões, o que nos leva a crer, que existia um *status* e uma possibilidade de crescimento econômico ao ser empregado de comerciantes, como foi o caso de Severino Vanini, que prosperou ao ponto de se tornar um importante comerciante e posteriormente industrialista nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Desse modo tecemos os fios que se entrelaçam com a família Busato, já que “os Bernardi”, com suas diversas ramificações, nos levam ao encontro das famílias Lunardi, Pandolfo, Busato e Termignoni em nossa rede. Os empreendimentos, especialmente na década de 1940, montados e ampliados a partir dos casamentos das famílias Busato, Bernardi, Pandolfo, Termignoni e Lunardi, com suas associações, que ocorreram em Guaporé, estavam interligados às casas de comércio. Com destaque no ano de 1924, quando os irmãos Busato obtiveram notoriedade em outras regiões do Rio Grande do Sul.

Considerações finais

Conclui-se que em Guaporé, no período analisado de 1906 a 1970, estruturou-se uma sólida rede social, econômica e política, assentada em uma grande parentela de imigrantes italianos, construída e consolidada no espaço colonial e costurada por matrimônios entre um grupo de comerciantes e industrialistas, representados pelas famílias Bernardi, Pandolfo, Lunardi e Busato – esta última, definida como principal elo para as demais. Tratam-se de imigrantes urbanos oriundos da região do Vêneto, instalados nas sedes urbanas dos distritos e do município de Guaporé, que na sua epopeia imigrantista trazem o discurso do “imigrante pobre, que pelo seu trabalho, venceu na pátria de destino”, mas pelos indícios levantados, mostram-se como integrantes de um grupo com condições econômicas suficientes para realizar a travessia e estabelecer-se nos núcleos coloniais como proprietários, em condição privilegiada em relação aos demais imigrantes.

O estudo permitiu traçar a mobilidade interna do grupo imigrante, observando que fixaram-se, na primeira década do século XX, na Colônia de Guaporé, que abrangia um extenso território formado por diversos distritos interligados com a sede Guaporé. O local funcionava como ponto de parada e descanso para os carreteiros e comerciantes carregados de produtos agrícolas, que seguiam com destino ao porto de Muçum, onde eram escoadas essas mercadorias, e comprados determinados artigos que não eram produzidos pelos agricultores. Note-se a localização estratégica, próximo a um porto, e posteriormente, trajeto de ferrovia⁸.

Uma rede de laços de amizades e interesse se formou envolvendo os negociantes que circulavam pelas colônias italianas. Essas redes de compadrio e parentela articularam-se por meio de múltiplas relações, sendo elas fortalecidas através dos matrimônios, que abrangeram quase cem por cento dos casos analisados até a terceira geração dos patriarcas no Brasil, e estenderam-se entre demais comerciantes e filhos (as) de importantes políticos da época, como Agilberto Atilio Maia e Manoel Francisco Guerreiro. Ainda constatamos

⁸ Com indústrias na cidade de Passo Fundo.

que essa rede amarrada no início e/ou anteriormente à colonização italiana no Rio Grande do Sul, prosseguiu com diversos negócios, entre os quais a colonização do oeste de Santa Catarina, já que os irmãos Lunardi compraram terras da colonizadora Bertaso, Maia & Cia Ltda, e a família passou a residir em Xaxim e Chapecó, no estado catarinense, vendendo terras principalmente para outros imigrantes italianos também fixados em Guaporé, e fundando madeireira.

Acreditamos que nossos sujeitos não viam perspectiva em manter seus negócios na Itália em função da grave crise que a península enfrentava, e que aportaram no Brasil com determinado capital para investir. Isso não significa, todavia, que somente em função desse suposto capital monetário eles enriqueceram. Reconhecemos o *тино* para os negócios, mas defendemos que os sujeitos de nossa análise sobressaíram-se economicamente em relação a outros imigrantes da mesma região italiana, devido a sua realidade de menor pobreza.

Observamos que a família do patriarca Girolamo Busato veio para o Rio Grande do Sul quando outros parentes já haviam se fixado em Antônio Prado, ou seja, já existia uma ponte de apoio no Brasil, uma vez que Girolamo Busato e sua extensa prole instalaram-se na mesma localidade. Conclui-se a partir da análise da rede social, econômica e matrimonial constituída pela família imigrante Busato, articulada às famílias Pandolfo, Bernardi e Lunardi, que formaram um monopólio comercial em Guaporé, ramificado em seus distritos, e para além, expandindo-se em toda a região colonial italiana, interligada pelos carreteiros, o porto de Muçum e posteriormente, pela ferrovia e os meios de transporte mais modernos. Esse monopólio estendeu-se do início do século XX até meados da década de 1970, quando as empresas e indústrias começaram a entrar em declínio. É importante ressaltarmos que o capital para investir em áreas distintas teve como base o comércio.

À vista disso, ao contrário do que a historiografia traz a respeito do imigrante colono, que se dedica à agricultura, foi possível acompanhar e traçar a trajetória de um grupo de imigrantes que se dedicou ao comércio, almejando trilhar um ambicioso caminho, em que espremeram diversos recursos provindos da zona agrícola para investir em indústrias e empresas, seja através dos produtos agrícolas, como proprietários de subcolonizadoras, como políticos ou industrialistas, mas ainda ligados ao mesmo grupo de pessoas do início da colonização. Nota-se que, mesmo em outros territórios, mantiveram a rede de sociedades e os laços de amizade. Portanto, defendemos que os imigrantes de nosso estudo, provindos de uma Europa sem perspectiva imediata de melhoria econômica, investiram seu capital monetário no Brasil, conseguindo ampliar e expandir seus recursos, infiltrando-se em diversas áreas e tornando-se importantes lideranças dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul.



Anais do 1º. Encontro de Pesquisadores da História de Passo Fundo
- Caminhos da Pesquisa -
Gizele Zanotto e Djiovan Vinicius Carvalho (Orgs.)
2019 – Passo Fundo/RS



Referências bibliográficas

ÁLBUM comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1950. Porto Alegre: Revista do Globo S.A, 1950.

CHITOLINA, Valdirene. *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2008.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, vol. II, 1875-1925. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno, grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

TRUZZI, Oswaldo; NETO, Mario Sacomano. Redes, migrações e economia étnica na experiência paulista. In: RUGGIERO, Antônio de; FAY, Claudia Musa (Orgs.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2014.

VENDRAME, Máira Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil/Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

Fontes primárias

Livros tombos das paróquias de Guaporé e Casca, jornais, além e 21 depoimentos de colaboradores. Entrevistas liberadas pela Equipe Plataforma Brasil (Comitê de ética) CAAE 60489716.8.0000.5342, a partir de 30 de novembro de 2016.

Memórias do Bairro Vicentinos (Sarandi – RS): dos primeiros moradores aos reflexos na atualidade

Pâmela Cristina de Lima¹

Resumo: As memórias de um grupo social revelam não apenas parte do passado, como também demonstram aspectos psicológicos, culturais e sociais de dado grupo. No presente artigo, analisamos as memórias de um grupo de moradores do Bairro Vicentinos, alguns dos pioneiros do bairro, que lá se estabeleceram nos anos 1990. Analisaremos aspectos culturais, memoriais e cotidianos deste grupo de moradores por meio de seus relatos orais e fotografias da época.

Palavras-chave: Bairro Vicentinos, memória coletiva, cultura, oralidade.

A memória como transmissão das experiências: introdução

Todo e qualquer meio social é resultado das vivências e experiências de gerações anteriores. Conseqüentemente, todo e qualquer grupo social vem a possuir memórias e experiências, que tendem a ser compartilhadas com as gerações vindouras por meio da oralidade e, comumente, de documentos que evidenciam o passado vivido. Um exemplo claro são as rodas familiares de conversa, onde os membros mais velhos da família expõem fotos, detalham histórias da juventude, contam sobre o local onde vivem ou viveram... essa oralidade apoiada nos documentos, ou não, é preciosa à transmissão das vivências.

A memória, no entanto, carrega emoção. Nota-se, no olhar de quem narra uma experiência passada, a carga nostálgica e emotiva que se faz presente em meio à oralidade. Essa emoção, porém, faz sentir-se não somente na carga de saudosismo de quem narra, mas também no que é narrado, ou seja, no conteúdo da memória que é transmitido pela oralidade. Ao narrar, pode-se *embelezar* a história, como pode-se ocultar passagens não desejadas. Ao usar a memória na história, portanto, é preciso estar atento a estes detalhes.

A memória carrega, também, sensações. O que sentimos hoje se mostra como reflexo da experiência, da vivência. Pinto (1998) exemplifica:

¹ Acadêmica do terceiro nível de História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail. 174267@upf.br.

O efeito das emoções na memória é facilmente perceptível logo que uma pessoa acorda de manhã. Se a manhã está límpida e cheia de sol é normal uma pessoa ficar bem disposta e alegre, mas este estado é menos frequente quando a manhã é cinzenta e chuvosa (p. 215).

A carga emocional da memória, como vimos, reflete até mesmo na percepção do meio físico. Quantas vezes, quando crianças, passamos o dia brincando ao sol, sem preocupações? Quantas outras vezes, também, passamos o dia dentro de casa em função das condições climáticas não-favoráveis, como o caso de chuvas intensas? Por meio deste exemplo percebemos, entre outras coisas, que a memória é sensível, emocional, e influi muito em nosso dia-a-dia.

Tendo em mente a carga de conteúdo emotivo e sensitivo que a memória exerce, analisaremos as vivências e experiências dos moradores pioneiros do Bairro Vicentinos. O grupo social do bairro ouvido para o presente trabalho narrou suas experiências da década de 1990, período de estabelecimento no local. Assim, relacionaremos as memórias destes, de grande valia ao estudo desta localidade, aos reflexos na vida cotidiana. Destacaremos os aspectos culturais e sociais, sobretudo, verificando quais destes ainda se fizeram presentes nos anos 2000.

Memória e História – algumas considerações

Iniciamos elencando algumas percepções. Na conversa que tivemos com os moradores, dada no último trimestre de 2018 e retomada no primeiro de 2019, tivemos a oportunidade de dialogar com moradores de 50 anos para cima, que chegaram ao bairro em idades variadas, que perpassam dos 12 anos aos 30 anos. Ao propor o diálogo, e dar andamento a ele, foi percebido que muitos dos moradores relacionam História, história e memória de maneira sinônima. É importante traçar um paralelo entre as *três modalidades*, percebendo seu caráter de complementaridade, não de igualdade em significação.

O conceito *história* remete a tempo vivido, a experiência de dado grupo ou sociedade, ou seja, é o que ocorreu. *História*, conforme bem define Marc Bloch, é “a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55), ou seja, sintetizando, configura-se em termos científicos, pautada em métodos de verificação e investigação

das fontes. Para que haja História, portanto, remete-se às fontes da história. *Memória*, por sua vez, é algo mais complexo de definir.

Quando se diz a palavra memória, a primeira que salta à evocação não é a memória das molas, dos discos ou dos computadores; é a memória das experiências individuais dos homens e dos animais, aquela que de alguma maneira se armazena no cérebro. Desde um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos presente (IZQUIERDO, 1989, p. 89)

Assim sendo, memória remete às experiências, não podendo ser tomada como sinônimo de História (ciência) ou de história (passado vivido), uma vez que estas últimas tomam maior *concretude* do que a primeira. Em outras palavras, a História analisa de maneira metodológica, e comprometida com a verdade, os ocorridos da história, ou seja, os fatos, eventos e conjunturas dos quais se tem informação. A memória, por sua vez, não parte de pressuposto de veracidade; ao contrário: enraíza-se nas percepções de dado grupo ou indivíduo, nas experiências, na identidade e no pertencimento destes. Por este motivo, podemos dizer que História, história e memória não podem ser tratadas como sinônimos entre si, mas sim como complementares.²

Vimos acima que a memória complementa a História, mas não pode ser tomada como sinônimo dela. A memória vem a ser as lembranças e sensações que guardamos dos momentos que vivemos, ou seja, quando narramos memórias estamos falando diretamente da história de nossas vidas, de nossa casa, ou do que quer que seja. Porém, falamos com sentimento, com angústia, com saudade, com amor... ou seja, a emotividade se faz presente nas memórias que narramos; somos parciais na escolha das lembranças que apresentamos por meio da oralidade; enfatizamos uma informação, negligenciamos ou enfatizamos menor alguma outra.

² Tentaremos tornar mais claro com um exemplo. A história da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) pode ser demonstrada por documentos, fotografias e cartas, por exemplo. A vida no *front*, a alimentação da qual os soldados dispunham e as dificuldades do clima podem ser demonstradas tanto pelos documentos da história quanto pela oralidade dos veteranos de guerra, das enfermeiras e médicos, dos maquinistas de trem ou das esposas e filhos dos soldados. Assim, memória e história tornam-se complementares entre si, ambas favorecendo o ofício do historiador, que tem como uma das funções a interpretação das fontes (neste caso tanto documentais quanto orais) como forma de escrever a História. Ou seja, a memória não pode ser levada a cabo; também deve suscitar interpretações por parte dos historiadores na busca pela veracidade dos fatos.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA *apud* BARROS, 2011, p. 320).

Ao afirmar que a memória é a vida, Nora afirma que o que a memória deixa *registrado* nas mentes de um grupo social ou de um indivíduo é a experiência, as lembranças da vida do passado, dos hábitos, dos costumes... enfim, é a lembrança da cultura viva no passado de dado grupo. Logo, se a História estuda os *homens no tempo*, esses homens viveram e aconteceram, transformaram, evoluíram, decaíram e, conseqüentemente, são também memória e história. Justamente por isso é que a memória se faz importante à História e a complementa. Contudo, é necessário perceber que, ao ser usada na História, a memória adquire o caráter de *fonte histórica*, demandando interpretação, assim como se faria com um ofício ou registro escrito.³ Metaforicamente, diz-se que é preciso *dosar* o uso da memória.⁴

Estudo da cultura: importância e significados

Qual a importância de se estudar a cultura de um povo? Melhor dizendo, como a História Cultural pode ser uma ferramenta para compreender melhor as raízes, os hábitos e os comportamentos dos indivíduos pertencentes a uma localidade? Para tentar responder de modo satisfatório a estas, e a outras perguntas, consideramos inicialmente o conceito de cultura. É um conceito polissêmico, que engloba uma gama de significados e que, de modo geral, abarca os costumes, as formas de lazer, o *pensar* e a religiosidade, entre

³ No caso da memória, é de importância substancial comparar relatos entre si e ao contexto de ocorrência dos eventos que são narrados, buscando extrair da oralidade apenas os componentes que possuam carga de veracidade.

⁴ Para fins de compreensão, utilizaremos uma metáfora. Imaginemos uma lasanha. Para fazê-la, usamos massa, temperos, carne, queijo, molho... uma infinidade de diferentes alimentos, mas que ao final, juntos e em quantidade certa, propiciarão um prato saboroso. Se colocarmos muito sal, a lasanha ficará com um gosto desagradável; se pusermos pouco, ficará insossa. Trazendo a metáfora para a História, percebe-se que esta última é composta por um emaranhado vasto de fontes, cada qual com sua importância. No tocante à memória, imaginemos que é o sal: se for pouco, ou seja, se lhe retirarmos muitos detalhes sem adequada verificação, o produto final pode ficar pobre; se for muito, ou seja, se assimilarmos todas as informações enquanto historiadores, ficará muito salgada, saturada.

tantos outros aspectos. Daniele Canedo (2009, p. 6), desenvolve o conceito de cultura como dotado de um significado triplo:

[...] na atualidade é possível compreender a cultura através de três concepções fundamentais. Primeiro, em um conceito mais alargado onde todos os indivíduos são produtores de cultura, que nada mais é do que o conjunto de significados e valores dos grupos humanos. Segundo, como as atividades artísticas e intelectuais com foco na produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema da indústria cultural. Terceiro, como instrumento para o desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo social.

Mas, como os hábitos culturais e as atividades cotidianas inferem na configuração cultural local? Compreendemos que as atividades realizadas em grupo, sejam elas políticas ou culturais, colaboram para a formação de pertencimento e identidade, uma vez que vêm a se tornar um elo entre seus partícipes, ou seja, acabam por constituir um elemento comum entre indivíduos diferentes.

A cultura é construída através do diálogo entre as pessoas no dia a dia. Nessa interação social é construído gradativamente símbolos e significados que tem sentido a essas pessoas, e são compartilhados entre elas. A construção de uma cultura está repleta de elementos e significados que vão identificar esse povo como pertencente a uma determinada comunidade ou região, diferenciando-os de outras comunidades, surge assim, a identidade cultural. [...] O entendimento do significado de cultura subsidiará a compreensão das raízes culturais. Quando nos referimos às raízes culturais estamos nos referindo à sua origem, princípio, ou seja, a forma como foi construída a cultura de um povo, o que determina que alguns elementos ou algumas manifestações culturais sejam considerados tipicamente desse povo (SILVA, 2010).

As atividades de um grupo, tanto cotidianas quanto de lazer, possuem forte carga cultural⁵. Elas também compõem a cultura, e colaboram no entendimento de suas raízes. Jogos, danças, festividades... esse vasto conjunto de atividades de lazer formam parte importante da cultura, uma vez que são atividades compartilhadas, ou seja, realizadas em grupo. As atividades individuais também contribuem enquanto

⁵ A *carga cultural* à qual nos referimos pode ser entendida como manifestação. Se um grupo realiza alguma atividade de forma cotidiana e habitual, significa que a mesma faz parte de seus valores e costumes, logo pertence à sua cultura.

manifestação cultural, mas são as coletivas que marcam decisivamente a cultura como um todo e que, assim, colaboram para a identificação e ideia de pertencimento.

Desde os primeiros textos de lazer existe a relação com a cultura, por isso, muitas das atividades designadas como lazer passam por manifestações de cultura. Podemos exemplificá-los como os vários tipos de jogos, brincadeiras, expressões artísticas, [...] são lazeres e fazem parte da herança cultural de cada comunidade ou sociedade. [...] a cultura popular tem como principal característica a sociabilidade (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004, p. 53 – 55).

O lazer está relacionado à cultura porque acaba por manifestar *pensares*, hábitos e valores. A forma como um grupo social *se diverte*, passa seu tempo, diz muito sobre seus valores, suas crenças, sua moral. Por exemplo, se um dado grupo costuma frequentar a igreja semanalmente, isso indica que a cultura religiosa está fortemente presente entre seus valores. Se um grupo se reúne para participar de festividades, significa que essa prática de lazer compõe suas estruturas culturais e, ainda, que essa ação coletiva pode ser percebida enquanto parte da cultura daquele grupo. Concluímos, assim, que as relações culturais precisam das relações sociais. A sociabilidade é, portanto, parte-chave da cultura, manifestada no cotidiano. Pode-se afirmar que

[...] o cotidiano não é um conceito que se pode, mais ou menos utilizar na área intelectual. É um estilo no sentido [...] de algo mais abrangente, de ambiente, que é a causa e o efeito, em determinado momento, das relações sociais em seu conjunto [...]. De tudo o que foi dito, deve-se lembrar que o estilo pode ser considerado, *stricto sensu*, uma encarnação ou ainda a projeção concreta de todas as atitudes emocionais, maneiras de pensar e agir, em suma, de todas as relações com o outro, pelas quais se define uma cultura (MAFFESOLI apud PEREIRA, 2007, p. 66. Grifo do autor)

As relações sociais, como percebemos, são atribuidoras de sentido ao cotidiano. Elas demonstram os hábitos, as emoções, os sentimentos. Além do mais, percebe-se que seu conjunto é parte constituinte da cultura. Pereira (*ibid*) nos demonstra que a *cotidianidade* deve ser pensada nesse emaranhado, nesse imaginário social, que engloba as manifestações, os *pensares*, as ações e os valores, ou seja, a cultura num

todo. É exatamente neste ponto que cultura e cotidiano têm sua relação mais íntima: os hábitos culturais perpetuados no cotidiano é que vão moldar, na média e longa duração, a cultura de dado povo ou região.

Consideramos que a cultura conta com outro elemento fundamental: a memória. Esta última tem função prática, uma vez que permite que as vivências perpassem pelo tempo e sejam transmitidas aos próximos membros de dado grupo ou comunidade. A memória, como um todo, entrelaça as várias memórias, uma vez que o passado é transmitido às gerações futuras por meio das chamadas *trocadas de memória* (DEGLINOMINI, 2014). Em outras palavras, é através das histórias, dos costumes que pais ensinam aos filhos e de variados tipos de *ensinamentos culturais* que o passado é perpetuado. A memória tem papel fundamental nisso, uma vez que é por meio dela que conseguimos lembrar de aspectos considerados importantes, sendo possível *repassá-los* a outras pessoas.

A memória coletiva: o individual enlaçado ao abrangente

Ao falarmos em memória coletiva, logo remetemos a Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo francês. Tratar o tema da memória coletiva toca diretamente na memória individual. Por isso, buscamos demonstrar como o individual, ou seja, a memória de uma pessoa, se enlaça às memórias de um grupo mais abrangente. Afinal,

Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmo, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz. Quantos homens têm bastante espírito crítico para discernir, naquilo que pensam, a parte dos outros, e confessar a si mesmos que, no mais das vezes, nada acrescentam de seu? (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Ou seja, pode um dado indivíduo narrar as memórias de quando chegou a dado local, porém estas memórias estarão entrelaçadas a outras, que podem ser desde as do motorista do ônibus até a do caixa do

mercado onde o sujeito comprou um pacote de salgadinho. Assim, percebe-se que uma memória não é apenas de uma pessoa: o que é único, aqui, é o ponto de vista. O sujeito que comprou o produto vê e lembra da situação de uma maneira; o caixa do mercado, provavelmente, a recorda de outra forma. Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Desta forma, a memória coletiva engloba uma série de pontos de vista sobre a memória, sobre a história ocorrida. Por meio de percepções diferentes, há o enlace entre todas. Podemos pensar estar lembrando/rememorando algo individual,

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Não somos, portanto, *isolados*. Nossas ações são vistas e sentidas por outras pessoas. Nossas memórias, também, são lembradas por outras pessoas. As memórias não são apenas de quem viveu o que lembra, como também fazem parte das lembranças de um grupo mais abrangente, seja por meio da transmissão oral ou contribuição delas à História, seja pela participação de outras pessoas no evento lembrado.⁶ Quantos são os eventos dos quais não participamos, mas conhecemos, não só pela História, como também pelo que lembramos dele?⁷

⁶ Voltando ao exemplo da compra do salgadinho no mercado, percebemos que, para o indivíduo que o adquiriu, aquela é uma lembrança sua (“eu comprei um salgadinho no dia tal, pois estava com fome”), porém pode ser também algo que constituiu parte da memória do caixa do supermercado (“era um produto barato, com valor *quebrado*, o que dificultou o troco”).

⁷ Pensemos no episódio do Holocausto, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. Sabemos a história do massacre em massa de judeus, pautado nos ideais do racismo científico, e protagonizado por alemães sob liderança de Adolf Hitler. Todos estes detalhes foram apurados pela História por meio da consulta às fontes da época, tanto físicas quanto orais. A memória de um sobrevivente, por exemplo, se entrelaça à memória de um general nazista e de um oficial do campo de concentração. Assim, do mesmo modo, se entrelaça às memórias de quem estudou esta História ou ouviu falar da história e do contexto.



Anais do 1º. Encontro de Pesquisadores da História de Passo Fundo
- Caminhos da Pesquisa -
Gizele Zanotto e Djiovan Vinicius Carvalho (Orgs.)
2019 – Passo Fundo/RS

A memória coletiva no Bairro Vicentinos: dificuldades, trabalho e cooperação como fator de identidade e coesão social

As memórias que exporemos a seguir, frutos do diálogo com os moradores, estiveram ancoradas em premissas comuns, as quais analisaremos na sequência. Por ora, focamos nos relatos coletados com os moradores, que trazemos sem formalizar. Iniciamos com a fala do morador Clóvis Gilmar de Lima, que se estabeleceu no bairro em 1993 com a esposa Ivete Paci de Lima.

Minha esposa e eu moramos, de início, em uma casa simples, sem divisórias entre os cômodos. A gente trabalhava a semana toda: eu na RGE, ela como empregada doméstica. Além de nosso esforço no emprego normal, a gente passava os fins de semana em volta da construção da nossa casa definitiva, que era no terreno de cima. Foi sofrido. Era caro demais pagar todos os materiais, por isso a gente tinha que fazer; não sobrava pra pagar pedreiro. A gente abriu mão de muita coisa nessa época. Andávamos com minha motinha pra lá e pra cá porque não tinha ainda como ter um carro. Minha mulher sempre me ajudou em tudo, meio a meio no serviço. Foi puxado, mas pela nossa determinação a gente conseguiu, juntos. Meu cunhado, o Ique, ajudava também quando dava, mas era difícil, porque ele e a mulher estavam também se ajeitando, fazendo suas coisinhas de casa. A gente não ganhava muito. O que recebíamos era pra pagar os materiais e as contas. Os primeiros anos no bairro, até que a gente se mudou pra casa nova e equilibrou o bolso, foram de sacrifício. Comprávamos retalho de mortadela e de carne para comer nas refeições junto com o feijão, arroz e pão, que eram o básico. Minha esposa trabalhava na casa de pessoas ricas, que sempre ajudavam a gente de coração. Antes de se mudar e colocar os móveis que nós tinha, a gente fez um baillinho em casa. Jantamos fígado, pão e um garrafão de vinho, junto com meus cunhados e alguns vizinhos de ao redor. Dançamos até tarde. Isso era comum, tipo, as reuniões assim. A gente gostava muito de jogar baralho até tarde. A gente apostava dez, vinte centavos por rodada e passava horas jogando com o copo de vinho ou caipira do lado. Era muito boa essa época.

Percebe-se, pelo relato do morador, alguns traços culturais do período. A valorização do trabalho a prestação de auxílio entre os moradores foi um traço marcante. Além disso, na conversa com o morador, ele relatou que não recebeu nenhuma ajuda financeira na construção da moradia, e que comprou até mesmo as

cargas de terra necessárias ao terreno.⁸ Também se nota que havia um sentido de coesão entre os moradores, uma vez que se davam reuniões regulares entre eles. O carteadado, a bebida, a música, etc., eram elementos compartilhados entre eles, que corroboravam com as reuniões que ocorriam. Percebe-se, ainda, um saudosismo na fala do morador, que afirma que aquela época teria sido muito boa.

A moradora Marilene Nogueira Paci, que se estabeleceu no bairro em 1994 junto com o esposo, Vilmar Paci, nos traz um pouco da questão cultural, que vai desde as dificuldades de mobilidade até os hábitos dos fins de semana.

A gente saía quase todo fim de semana. Sempre que tinha festa na região a gente ia. Bailes, domingueiras, festas das comunidades... a gente tava lá! As ruas da vila eram de terra, aí quando chovia era um problema. Nós não tinha carro, tinha que subir até lá em cima pra pegar o ônibus ou ir a pé, se fosse meio perto. Sabe o que nós fazia? Nós pegava essas bolsinha de plástico do mercado sabe? Amarrava nos pé pra proteger o calçado do “barracêu” e ia bem feliz. Ia eu, o “Mar”, o Gilmar e a Iva. Mas era divertido. Nós era feliz mesmo sofrendo. E foi assim né? A gente se botou de foice nos terrenos, não era por um barrinho que ia se mixar. Claro que não era só festa, a gente era associado na igreja católica, de carteirinha de dízimo, tudo certinho né. A gente ia na missa, mas não era sempre.

Marilene, o marido Vilmar, Ivete e Gilmar (que é o morador dos relatos anteriores), compõem uma mesma família. Ivete é irmã de Vilmar. Além deles, a madrasta e o pai de ambos também vieram para o bairro, junto com os demais filhos, que eram mais novos do que eles. Percebemos, assim, que parte desse núcleo inicial do bairro formava um núcleo familiar. Um dos filhos da madrasta de Vilmar e Ivete, Leandro, filho da sra. Irma Rodrigues, narra um pouco do preconceito que encontrou na cidade, uma vez que provinha do interior. A família de Leandro veio à cidade quando ele tinha cerca de 15 anos, em 1995.

Tive receio de morar na cidade, porque a gente era do interior, meio grosso e sem muita instrução sabe? Eu não sabia falar direito, mas consegui um emprego numa

⁸ Na época em que o sr. Clóvis e a esposa construíram a casa, havia projetos de cessão de terrenos e, até mesmo, de auxílio financeiro por parte da prefeitura. Por isso o morador cita a questão de ter erguido sua casa apenas com recursos próprios, uma vez que não foi contemplado com as doações de materiais de construção.

empresa de móveis. Meus colegas me chamavam de colono, de grosso, de burro, coisas assim, né. Eu fui me acostumando e daí comecei a sair mais. Participava das jantãs e do carteadado com a Iva e o Gilmar. A gente jogava na sombra de uma árvore que tinha na casa nova deles. A gente ia, também, no campinho onde hoje fica a creche, que na época era um gramadão bom pra jogar bola. A gente ia na missa também, e recebia a capelinha em casa.

Conversamos, também, com a sra. Nelsi Foschiera, moradora do bairro desde os 12 anos. Ela agrega à análise alguns aspectos sobre o bairro, dentre os quais a religiosidade.

Minha mãe trabalhava na antiga casa dos seminaristas, e foi um padre de lá que conseguiu essa casa pra nós. A importância da igreja foi muito grande, já que o próprio nome do bairro vem dela. Os Vicentinos, grupo católico que ainda existe e atua, foi quem conseguiu terrenos pra gente começar as primeiras casas, acredito que comprados da Dona Maria Portella, que tem até um loteamento aqui com o nome dela até hoje. Nesse começo foi bem difícil, o meu marido Noé ajudava bastante nós. Ele é construtor, ajudou nas casas. Fazia pra nós os utensílios pra gente lavar as roupas. Mas nós tinha que ir e lavar no horário certo, porque senão depois o pessoal tomava banho e sujava a água do rio, que era o nosso lavatório de tudo. Eu desde cedo ajudei minha mãe na catequese, que a gente dava até mesmo nas casas. Além dessa parte da religião, a gente ajudava as pessoas a aprender a ler e a escrever. A gente não tinha água nem luz encanada, daí pegávamos água lá no seu Olívio Demarco, que tinha o poço. A gente se ajudava muito. Uma vizinha recolhia a roupa pra outra, a gente se dava as coisas que um tinha e outro não, a gente era bem parceiro e amigo mesmo.

Percebe-se que o aspecto da cooperação entre os moradores também é enfatizado por esta moradora. Percebemos que o rio era o local de banho e de lavagem de roupas da época, o que nos demonstra que as casas não contavam com banheiros (da forma como conhecemos atualmente) ou lavanderia. Além do mais, percebemos que a religiosidade esteve fortemente presente em sua vida desde nova, tanto é que ela participou, e participa até hoje, do processo de catequese católica da comunidade. É possível notar, ainda, que nas idas às casas, pela religiosidade e catequese, também se dava a atividade de alfabetização.

O último relato foi cedido pela moradora Noeli Maria Mosna, que veio para Sarandi em 1989, mas que em 1991 se mudou para o bairro.

No terreno onde agora tem a escola Fortunata, antes tinha uma escolinha bem pequena de madeira, que tava fechada. Eu e a Oneide Ceriotti pedimos aquele espaço pra abrir o clube de mães, e a prefeitura permitiu. Nós, e mais outras, ajeitamos o que tava meio termo e limpamos o chão de joelho. Na hora a gente nem percebeu que tava machucando, e eu ainda tenho as marcas daquele dia. Nós pedia tecidos no cortume, os retalhos deles, pra poder ensinar costura. A gente ensinava pra elas terem uma profissão e pra se virarem em casa nos remendos. Muitas tinham filhos, e levavam junto, daí a gente fazia lanche com nosso dinheiro pra dar pra elas e pras crianças. Também se fazia sapatilha, daí o Braga levava lá pra Alegrete pra vender, lá na cidade do quartel onde ele tava. Eu fui parando porque precisava também trabalhar pra mim, daí o clube acabou fechando. Mas eu sinto saudade, saudade daquele tempo e do clube. Me deu uma tristeza grande por ter que parar.

O clube de mães, instalado no bairro na década de 1990 pela senhora Noeli, realizava seus encontros no terreno que, mais tarde, passou a sediar a atual escola de ensino fundamental do bairro, denominada Maria Fortunata Armanini, onde, na época, havia uma espécie de “casinha” em mau estado de conservação. É o que percebemos no relato da senhora Noeli, no fragmento anterior. O clube, além de ser um ponto de encontro entre algumas mulheres do bairro, possuía caráter prático, uma vez que esteve voltado ao ensino de diversas atividades para suas partícipes. Considerando que estas eram de baixa renda, e em sua maioria tinham de dois a três filhos, em muitas das vezes atuando como *chefe da casa*, o ato de aprender costura foi de grande valia: além de utilizar do dia a dia doméstico, ainda foi possível obter certo nível de especialização em costura industrial, uma vez que havia máquinas, com as quais aprendiam, que eram cedidas pela Assistência Social do município. Estas máquinas demandavam transporte, uma vez que não foram deixadas permanentemente no bairro. As próprias mulheres, e, em alguns casos, o esposo da senhora Noeli (e de outras mulheres que eram casadas), transportavam as máquinas, segundo ela, da forma como era possível: com um carro, a pé, com carrinho de mão⁹... não eram medidos esforços! Outro ponto importante do clube é o fato de que todo este trabalho era voluntário. Não havia remuneração; pelo contrário, em muitas das vezes era com a própria verba da senhora Noeli, e das demais atuantes, que se faziam os lanches para as crianças que iam junto com suas mães. Os tecidos para confecção eram conseguidos no *cortume*, antiga fábrica que havia no município. Além disso, eram confeccionados alguns artigos para venda, como foi o caso das sapatilhas, conforme a moradora relatou.

⁹ Considere-se que a distância entre onde estavam as máquinas e o clube de mães ficava em torno de um quilômetro.

Pontos comuns dos relatos: uma breve análise

Os moradores do bairro, em sua maioria, citam o quão trabalhoso foi o processo de construção das residências e de estabelecimento no local. Muitos narram das dificuldades de acesso que o bairro possuía no período, a falta de saneamento básico e, ainda, o fato de não disporem de energia elétrica nas casas até o fim da década de 1990. Além do mais, é perceptível a questão do preconceito existente para com os moradores do bairro. Pautados nestes aspectos, enumerados pelos moradores durante as conversas que tivemos com os mesmos, analisaremos as relações entre o período de gênese do bairro e o momento presente.

A ideia de trabalho apresentou variações consideráveis. O próprio conceito sofreu modificações na forma de interpretá-lo, mas não somente entre os acadêmicos. Se, na Roma Antiga, o trabalho era associado ao uso da força, portanto, a uma atividade desgastante e cansativa, com o passar dos séculos ele veio a receber um significado mais *humazinador*. Em Hannah Arendt, por exemplo, encontramos o trabalho como criador do homem, sendo sua humanidade resultante da própria atividade que desempenha (ARENDR, 1961). Pensando o trabalho como fomentador da ideia de *humanidade*, percebe-se que o mesmo também desempenha uma importante função: a de coesão social. Trazendo tal colocação aos anos 1990, no Bairro Vicentinos, percebemos que o trabalho foi fundamental para que o bairro se formasse como o é atualmente. Quando os moradores citam o trabalho na limpeza dos terrenos, na costura de sapatilhas ou na construção das casas, estão elencando um ponto comum que os faz ser *daquele lugar*. Seu engajamento em prol da consolidação do bairro foi algo coletivo, que os uniu (e ainda une) por um mesmo objetivo, ou seja, todos trabalharam para tornar habitável um conjunto de terrenos baldios que, à primeira vista, parecia inacessível.

Entendendo melhor a importância do trabalho, podemos entender também a questão da ajuda mútua, da solidariedade entre os moradores, citada inúmeras vezes pelos moradores. Estando num mesmo local, em uma mesma época, e trabalhando com os mesmos propósitos e objetivos, os moradores cooperaram uns com os outros, seja na fase de construção das casas, seja no primeiro período após o estabelecimento das famílias. A cooperação entre eles mostra como sentiam-se parte de um mesmo grupo, e de como formaram uma comunidade cujo núcleo passou a ser a Igreja Católica do Bairro. A instituição se fez presente desde a cessão dos lotes, e passou a auxiliar os moradores que necessitavam. Como a maioria dos moradores chegados ao

bairro eram católicos, a Igreja acabou sendo não apenas um núcleo religioso, mas também sociocultural. Lá se dava a maioria dos encontros formais entre os moradores.

A coesão grupal era percebida, também, nos passatempos dos moradores. Sendo famílias simples, assim também o eram as atividades desenvolvidas nos tempos livres. As memórias que os moradores têm sobre os passatempos são referentes a jogos de cartas, bailes e jantares entre as famílias. Eles narram com nostalgia e perceptível emoção os momentos onde iam a pé, pelas ruas barracentas e sinuosas, esperar o ônibus que os conduziria às festas e domingueiras. Eles contam que jogavam baralho por horas, apostando dez centavos cada um por rodada, e regando cada partida com vinho ou caipira. A casa do senhor Clóvis, por exemplo, foi pista de dança para alguns moradores. Quando ficou pronta, antes mesmo de ser posta a mobília, foi feito um jantar e uma espécie de “reunião dançante” para comemorar.

Dos primeiros passos do Bairro aos reflexos na atualidade: conclusão

Atualmente, o Bairro Vicentinos conta com mais de 800 casas, com média de 3 a 5 pessoas em cada uma delas. Passados mais de cinquenta anos desde o estabelecimento dos primeiros núcleos provisórios, a estrutura com a qual o bairro conta atualmente é altamente complexa, mas muito daqueles aspectos narrados acima permaneceram. Em tomo de conclusão, nos debruçaremos sobre a atualidade.

A escola que sediou o clube de mães, liderado pela sra. Noeli, tomou forma de uma escola desenvolvida, com um grande grupo de professores e alunos, oferecendo uma estrutura ampla aos estudantes. Nos terrenos baldios que havia ao redor dela, na década de 1990, hoje existem inúmeras casas e uma Unidade de Saúde municipal.

O bairro conta com ruas asfaltadas na parte central e com calçamento nas ruas mais periféricas. A grande maioria dos moradores possui condições de saneamento e eletricidade, mas ainda existe uma parcela da população que enfrenta problemas básicos, como os de fome, falta de saneamento e pobreza. Atualmente, o bairro figura como um *local de extremos*: assim como é possível encontrar casas bonitas e confortáveis, com famílias “estruturadas” economicamente, é notável a situação de famílias em habitações precárias, inclusive à beira de rios, à mercê de enchentes e problemas do tipo.

Foi posta em prática uma ampliação do bairro. Há cinco anos foi inaugurado o “Vicentinos II”, uma subparte do bairro que foi loteada. Parte das casas foram financiadas pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, outras foram doadas. No novo loteamento, que pertence ao Bairro Vicentinos, moram pessoas de outros bairros da cidade de Sarandi, que viviam em condições de insalubridade e precariedade de recursos básicos.

Muitas mudanças, como pontuamos acima, mas com muitas permanências, tanto positivas como negativas. O preconceito mencionado acima permanece em partes. Infelizmente, muitos munícipes de fora do bairro ainda enxergam o Bairro Vicentinos por meio de lentes de estereótipos e estigmas alicerçados em visões de marginalidade e banditismo, como se os moradores do bairro se assemelhassem a *gente menor*, a *gentalha*. Porém, uma permanência interessante é a questão do auxílio mútuo entre os moradores, seja com algum tipo de trabalho nos terrenos, seja em relação às necessidades enfrentadas. Além disso, percebe-se a manutenção do hábito de se reunir para jantares informais e festas, bem como a permanência do fator religioso, mas agora também com outras vertentes. Além da religião católica, o bairro conta com igrejas ligadas à religião evangélica, sendo esta última a que mais detém sedes no bairro. Também o comércio conheceu um desenvolvimento rápido, com a criação de mercados, lojas, bares e lancherias por parte dos próprios moradores.

Em suma, percebemos um bairro que, da década de 1990 aos anos 2000, sofreu modificações e fixou raízes. Da permanência da religiosidade, passando pelas transformações na infraestrutura e condições do bairro, é notável que os aspectos culturais o trabalho e do auxílio mútuo se fazem presentes ainda hoje. Acrescentamos, ainda, o quão *extremado* é o bairro: em mais de 800 casas percebemos o perpasso de moradores quase sem condições de sustentar suas casas e suas famílias até moradores com plenas condições financeiras, com casas assemelhadas àquelas mais características dos grandes centros.

Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Subsídios teóricos do conceito de cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. *Conexões*, p. 48 – 62, 2019. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3121/PolA_ticas_Publicas.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, 1961.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002 [original:



CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?” - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2009, Salvador. V *ENECULT* [...]. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

DEGLINOMINI, Liziani de Souza. *O uso da memória como meio de preservação da história e da cultura social*. 2016. Monografia de especialização (Pós-Graduação em Gestão de Arquivos) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11711/Deglinomini_Liziani_de_Souza.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 abr. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

IZQUIERDO, Ivan. *Memórias. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15/jul/2019.

LIMA, Pâmela Cristina. *Memórias do Bairro Vicentinos*, documentário. Sarandi: Triângulo Fotografia, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/triangulofotografia/videos/301357613809006/>. Acesso em: 23 abr. 2019.

Pinto, A. C. (1998). *O impacto das emoções na memória: Alguns temas em análise. Psicologia, Educação e Cultura*, p. 215-240.

SILVA, Susie Barreto da. *A importância das raízes culturais para a identidade cultural do indivíduo*. 2010. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/artes/a-importancia-das-raizes-culturais-para-identidade-.htm>. Acesso em: 22 abr. 2019.

A repressão no âmbito universitário durante a Ditadura Militar em Passo Fundo: os relatórios SNI sobre Padre Alcides

Roberto Biluczyk¹

Resumo: O presente trabalho apresenta brevemente o contexto repressivo diretamente relacionado à ditadura militar, que governou o Brasil entre o Golpe de 1964 e a redemocratização em 1985. Para isso, faz-se necessário entender como se deu o panorama político que favoreceu a transformação do contexto democrático que vinha se exercendo anteriormente. A repressão da então efervescente movimentação universitária democrática foi fortemente atingida pelo regime de exceção, com destaque às instituições federais e grandes centros. No entanto, cabe salientar que as universidades de cidades menores e seus acontecimentos também eram monitorados. Foi o caso da Universidade de Passo Fundo, especialmente na pessoa do sacerdote católico e docente, Elydo Alcides Guareschi, observado por supostos trabalhos de “esquerdização” dos alunos embutidos em um discurso de formatura.

Palavras-chave: Ditadura militar, Passo Fundo, Padre Alcides, Serviço Nacional de Informações.

Considerações Iniciais

Com a ditadura militar de 1964, uma série de liberdades individuais foram cerceadas, em nome da manutenção do regime. Inúmeros políticos perderam seus direitos e a repressão foi real. Sendo assim, os direitos humanos foram comumente violados. Como a imprensa não era livre, as denúncias por esse meio também não eram possíveis, especialmente após o decreto do Ato Institucional nº 5, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Por vinte e um anos, o Brasil passou por esse regime antidemocrático. Apenas em 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) começou a resgatar as atrocidades cometidas dentro desse espaço de tempo. Teoricamente, abarcou período expandido, entre a promulgação da Constituição de 1946 e a de 1988, para legitimar sua atuação².

Entre os documentos outrora confidenciais conferidos ao período ditatorial destacam-se os que se referem à opressão dentro do ambiente educacional e universitário. A Universidade de Passo Fundo (UPF),

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). E-mail: 104666@upf.br.

² A periodização da atuação da Comissão Nacional da Verdade leva em conta aspectos legais – a promulgação das Constituições – e não o panorama político. Por isso, sua área de abrangência supera o espaço temporal da ditadura militar (1964-1985).

por exemplo, enfrentou resistências dos militares, especialmente na pessoa do padre Elydo Alcides Guareschi, que, anos mais tarde, ocuparia o cargo de reitor. Um simples discurso de formatura, interpretado como subversão pelos militares e seus apoiadores, fez com que o sacerdote católico fosse visado pelos militares por longos anos seguintes. Os documentos evidenciam teor de perseguição, ao revelar interpretações sobre os mais aleatórios atos do docente.

Os documentos estão acessíveis através do site do Arquivo Nacional, digitalizados e reproduzidos na forma como foram arquivados à época.

Brasil: da democracia à ditadura militar

Após a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o Brasil experimentou uma breve experiência democrática em sua história política (FAUSTO, 2015, p. 219). Assim, a realização de eleições e a organização de partidos nacionais proporcionou uma mudança no panorama político nacional. “PSD, PTB e UDN eram os mais importantes partidos do período compreendido entre 1945 e 1964” (FICO, 2016, p. 22). Os três partidos traziam suas posições bem claras: o PTB defendia o legado do trabalhismo, o PSD também tinha forte inspiração em Getúlio Vargas e a UDN, em contraposição, era opositora ao antigo presidente. Outras agremiações também existiram, como o PCB, na legalidade por curto período.

Em 1951, o próprio Getúlio Vargas, outrora ditador, foi eleito presidente. No entanto, não concluiria o mandato, ao se suicidar em 1954. Foi substituído pelo vice, Café Filho. Juscelino Kubitschek, por outro lado, teve mais êxito, conseguindo se manter do começo ao fim de seu período designado como mandatário do país. JK, como era conhecido, tinha altos índices de popularidade e implementou uma série de medidas na área econômica, como o Plano de Metas (FICO, 2016, p. 35).

Em 1961, Jânio Quadros renunciou após sete meses de mandato, expondo instabilidades políticas. “Tudo indica que Jânio Quadros planejou dar um golpe para obter maiores poderes para a Presidência da República em detrimento do Congresso Nacional” (FICO, 2016, p. 42). Observando sobre este ponto de vista, apresentado por Carlos Fico, pode-se afirmar que Jânio fracassou em sua tentativa: deixou o cargo e ninguém solicitou seu retorno.

Seu natural sucessor, João Goulart, teve seu direito contestado por setores conservadores, especialmente pelos militares, que viam nele a herança getulista e trabalhista. Após a Campanha da Legalidade, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, pelas ondas do rádio, originária dos porões do Palácio Piratini, em Porto Alegre, Jango, como era conhecido, que estava em viagem à China e, mais tarde, aguardava em Montevidéu, pode retornar ao Brasil e tomar posse do cargo de presidente (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 436).

O mandato de Jango pode ser dividido em dois períodos. Uma manobra política instaurou o parlamentarismo no Brasil. Isso tirou os poderes de João Goulart como chefe de governo no cargo presidencial, tornando-o somente chefe de Estado. A medida negociada entre Goulart e Tancredo Neves desagradou o governador sul-rio-grandense, que viu seu aliado regressar ao Brasil com seus poderes restringidos.

No entanto, a mudança de regime foi apresentada como condição para sua posse. “Embora a solução parlamentarista tenha, por um lado, superado a crise político-militar, por outro lado, ela não alterou os planos de todos os principais líderes políticos da época” (FIGUEIREDO, 1993, p. 2). Não apenas Jango buscava a restauração dos poderes perdidos, como outros políticos que almejavam a sucessão também queriam garantir a retomada do estatuto anterior.

Após um plebiscito³ em 1963, Goulart finalmente tem a oportunidade de comandar a nação na forma tradicional observada na República brasileira até antes de sua posse: no sistema presidencialista. Durante seu curto mandato, a luta de classes se acirrou consideravelmente. Conservadores e liberais concordavam entre si nas críticas e nos pensamentos negativos em relação ao governo (TOLEDO, 2004, p. 14).

No entanto, o Golpe de 1964 interrompeu os planos de reformas de base do trabalhista Jango, instalando-se um Estado de exceção, contra as mudanças, contra a organização dos trabalhadores em torno de melhorias e contra a incipiente democracia experimentada pelo Brasil. Os militares se justificavam dentro do discurso de combate à corrupção, contra Goulart e a subversão. Com isso, o Brasil mergulhou em vinte e um anos de estancamento dos principais e mais necessários debates ideológicos (TOLEDO, 2004, p. 15).

³ Os cientistas políticos Argelina Figueiredo e Marcus Figueiredo (1993) acreditam que a consulta realizada em 1963 se tratava de um referendo, visto que versou sobre um estatuto já adquirido. Ou seja, um plebiscito seria uma consulta popular anterior às mudanças e um referendo, posterior às mesmas. No entanto, o evento ocorrido é tradicionalmente chamado de plebiscito.

Um dos principais elementos característicos da ditadura militar de 1964 foi o decreto do Ato Institucional nº 5, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, símbolo de repressão e perseguição de opositores. D'Araújo (2017) define que o AI-5 “Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados”. Efeito imediato do decreto representou a cassação de deputados federais, a suspensão de direitos políticos e da garantia do *habeas corpus*.

Percebe-se no período, também, a efervescência das disputas motivadas pela Guerra Fria, onde eventual apologia ao comunismo determinava a sustentação dos discursos conservadores em defesa do modelo capitalista, mesmo que o Partido Comunista estivesse na ilegalidade, sem espaço oficial no jogo do poder.

A redemocratização se deu a partir de 1985. No entanto, as tão sonhadas e solicitadas eleições diretas ficaram apenas para 1989. A partir de então, constituiu-se a chamada Nova República.

A Comissão da Verdade e a apuração dos crimes e da repressão na Universidade

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada por lei em 2011, foi instituída um ano mais tarde, consistindo na apuração das violações de direitos humanos promovidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

A CNV enfrentou muitas dificuldades, teve um perfil marcado pela composição que privilegiou juristas, não contou com a liderança de personalidade amplamente reconhecida pela sociedade (como ocorreu com as comissões da África do Sul e da Argentina) e chegou ao final de seus trabalhos incompleta, pois um de seus integrantes renunciou. Apesar de todos os percalços que enfrentou, a CNV teve algum significado, inclusive por sua simples existência (FICO, 2016, p. 138).

Seu relatório final produziu, em 2014, milhares de páginas, com esclarecimentos sobre diversos setores. Para Carlos Fico (2016, p. 138), o documento não traz muitas novidades, mas serve para sistematização das informações. Além disso, motivou outras frentes de investigação nos estados e fomentou

trabalhos na imprensa brasileira. A falta de acesso a inúmeros documentos das Forças Armadas, alguns deles microfilmados, comprometeu parte dos trabalhos (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 506).

A CNV conta com relatórios temáticos sobre a violação de direitos humanos, em inúmeras instâncias sociais, desde o meio militar até as igrejas cristãs. Um dos temas do documento trata do ambiente universitário nacional, expondo a repressão contra estudantes, acadêmicos e professores nas instituições federais.

Dentro do cenário da ditadura, observa-se que o ensino universitário brasileiro, ainda em organização inicial, era fortemente alvo de intervenções e olhares enviesados por parte dos militares que tomaram o poder. “Uma série de projetos, linhas de pesquisa, cursos e grupos foram afetados e, muitas vezes, banidos do sistema” (BRASIL, 2014, p. 266).

A ditadura também controlou e censurou publicações de livros. Igualmente, aponta o relatório, “ocorreu colaboracionismo de professores e dirigentes com o novo regime” (BRASIL, 2014, p. 266), embora grande parte dos docentes e acadêmicos tenha sofrido severas sanções. O resultado desse cenário foram prisões, tortura e mortes de professores, estudantes e funcionários, em variadas situações, sendo “boa parte deles ligados a alguma organização política” (BRASIL, 2014, p. 266).

O movimento estudantil universitário seria ainda atingido pela Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), que visava promover a extinção da principal organização envolvida na oposição aos militares, a União Nacional de Estudantes (UNE), substituindo-a por órgãos tutelados pelas instituições ou pelo governo, limitando a atuação política dos mesmos (BRASIL, 2014, p. 271).

Em vários momentos do regime ditatorial, professores seriam aposentados compulsoriamente ou destituídos de suas cátedras, por motivos políticos, em atos que impediam sua livre atuação profissional. O relatório da CNV destaca, da mesma forma, o impacto que tais expurgos teriam na vida pessoal e profissional dos docentes, pela perda abrupta de seus empregos e salários, assim como pelo impacto simbólico de não mais poder atuar em suas profissões (BRASIL, 2014, p. 277). O cenário de vigilância e cerceamento do conhecimento e da livre manifestação era notório, não apenas nos grandes centros urbanos, como em localidades menores.

Um dos principais organismos desenvolvidos pela ditadura para repressão e observação de opositores e atitudes consideradas suspeitas pelos mandatários militares foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964, pela força da Lei nº 4.341. O artigo número 2 da lei informa que o SNI tinha por

finalidade “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (BRASIL, 1964). Entretanto, o órgão, gerido pelo futuro presidente Emílio Garrastazu Médici, entre 1967 e 1969, seria transformado “em cabeça de uma ampla rede de espionagem” (FICO, 2004, p, 36).

O SNI contaria internamente com estrutura centralizada, sediada no Distrito Federal, e escritórios regionais. A seção do Rio Grande do Sul, por exemplo, possuía uma sede na capital, Porto Alegre. O referido sistema sobreviveu ao fim do regime militar, sendo extinto no início do governo de Fernando Collor de Mello, em 1990.

A partir da CNV, os arquivos outrora confidenciais atribuídos ao SNI puderam ser consultados através do site do Arquivo Nacional. Assim, historiadores obtiveram acesso a dados inéditos sobre os trabalhos de espionagem realizados pelos militares, contribuindo assim para o desenvolvimento de novas pesquisas a respeito do período.

O discurso de Padre Alcides

Em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, a Universidade de Passo Fundo (UPF) se formou em 1968, fruto da fusão da Sociedade Pró-Universidade e do Consórcio Universitário Católico, organizações que já atuavam anteriormente e buscavam a consolidação de uma só instituição desde 1962 (GUARESCHI, 2001, p. 12). Abrigava cursos de ensino superior, como Direito, Filosofia, Letras e Ciências Econômicas.

Uma das figuras de maior destaque da instituição foi o padre Elydo Alcides Guareschi (1931-2014). Natural de Colorado/RS⁴, Guareschi era formado em Filosofia, Teologia e Direito e foi reitor entre 1982 e 1998. Antes desse período, ocupou cargos como docente e vice-reitor. Em 14 de dezembro de 1968, um dia depois da instalação do Ato Institucional nº 5, Guareschi passou a ser alvo da observação dos militares, ao proferir um discurso como paraninfo na formatura dos cursos de Estudos Sociais, Ciências Naturais, Pedagogia, Letras e Filosofia, onde, em determinado momento, citava o revolucionário Che Guevara⁵.

⁴ À época de seu nascimento, tratava-se Colorado do distrito de Boa Esperança, pertencente a Carazinho.

⁵ Ernesto Guevara de la Serna, conhecido como Che Guevara (1928-1967), personalidade atuante na Revolução Cubana de 1959.

A Revolução Cubana de 1959 adotou, posteriormente, postura socialista, com o apoio da União Soviética, em contraponto aos Estados Unidos. A ditadura militar usava o “fantasma do comunismo” para justificar muitas de suas ações. Com isso, mencionar Che Guevara em um discurso, logo após o decreto do AI-5 representaria, naquele contexto, a contrariedade do ideário que sustentava o governo militar.

No discurso, Guareschi destaca que aquela era a “sociedade da palavra (e da escrita)”, enfatizando o valor do meio para “encontrar-se com alguém”, uma justificativa aos assuntos que trataria na fala que se introduzia (BRASIL, 1969). Realiza, por isso, reflexão sobre a turma, pioneira da universidade recentemente instalada, e o papel de professores e alunos naquele contexto. O discurso do docente ainda cita o filme *The Graduate*, de 1967, ao qual o padre atribui utilização de crítica aos falsos valores sociais, salientada pelo personagem principal, um universitário recém-formado.

Padre Alcides também menciona o movimento estudantil, atuante na oposição da ditadura militar.

O movimento estudantil é sobretudo uma revolta contra um mundo que ameaça o homem, contra um mundo dominado pelo poder econômico, que ao invés de libertar os povos da miséria, significa, de fato, mais servidão para a maioria dos homens. Melhor do que os adultos; percebem os jovens as mentiras, as contradições, as injustiças que pesam sobre os homens... Já nos perguntamos por que certos personagens do nosso tempo já se transformam em símbolos para uma juventude que carrega as fotografias dos seus heróis pelas ruas e esquinas do mundo inteiro? (BRASIL, 1969)

A partir desse momento, o padre cita o revolucionário Che Guevara, solicitando: “Ninguém se espante com o nome que vai ser citado; porque seria infantil e hipócrita a atitude de quem simplesmente fechasse os olhos para não ver um exemplo; uma pessoa correta não deve ter medo de reconhecer o valor, onde quer que se encontre” (BRASIL, 1969). Apresentando as qualidades delegadas a Guevara pelos jovens, segundo Guareschi,

Descobrimos um homem que desprezava o dinheiro, a vaidade e o poder. Viveu e morreu pobre. Padeceu fome e sede. Foi devorado pelos mosquitos e pela inclemência dos trópicos. Com sua mochila às costas, única riqueza, caminhou até o esgotamento... Mas foi um homem coerente com suas convicções e que um dia precisou optar entre ser médico ou guerrilheiro e preferiu o último; não lhe bastava

lutar contra a enfermidade; era preciso atacar as causas que minavam a alma dos homens latino-americanos. Esse homem pode ter-se enganado no seu caminho (não cremos na violência), mas o seu exemplo será conservado no meio dos jovens, porque, para eles, representa a possibilidade de um homem que tem de opor-se ao poder dos interesses e de fazer triunfar um ideal (BRASIL, 1969).

A partir de então, Guareschi segue sua fala, situando seu público sobre o papel dos jovens naquela sociedade, destacando que sentimentos pessoais de medo, perplexidade e insegurança não devem desencorajá-los a enfrentarem as adversidades.

O filósofo ainda estabelece em seu pensamento que “Toda a fuga da realidade será condenada ao fracasso. Ser jovem é ter uma causa a que dedicar a vida” e incentiva seus interlocutores, salientando que “Os sonhos podem ser fermento na história das pessoas” (BRASIL, 1969). Ao agradecer às turmas, Padre Alcides ressalta que recebeu o maior prêmio de sua vida ao ser escolhido como paraninfo.

As consequências do ato na formatura foram sentidas publicamente nos dias que se seguiram. O jornal *Diário da Manhã* publicou o discurso de Guareschi transcrito na íntegra, colocando o original “à disposição das autoridades” No conteúdo do periódico, manchetes escandalosas, como “Vice-reitor da UPF exalta Guevara” ou “A desfaçatez do Padre Alcides”, davam o tom reprovador da imprensa sobre o ocorrido (BRASIL, 1972a).

Alcides, por sua vez, precisou se defender das acusações que lhe foram delegadas pelo periódico, alegando distorção às suas palavras em seu sentido original, conferindo à sua fala a intenção de ser uma “mensagem de idealismo e de esperança para os formandos que o escolheram como paraninfo” (BRASIL, 1972a). O jornal, por sua vez, se defende, enfatizando ter publicado o discurso na totalidade, sem edições.

O primeiro reitor da UPF, Murilo Coutinho Annes, administrou a instituição de 1968 a 1974. Coube a ele assinar, em 19 de dezembro de 1968, uma nota oficial de esclarecimento, a fim de explicar a visão da Universidade frente à opinião conferida ao discurso de Guareschi. “Não houve, absolutamente, intenção de fazer apologia do comunismo, da subversão e da violência”, aponta a nota assinada por Annes (BRASIL, 1972a).

O texto de Annes ainda apresenta eufemismos e distorções da realidade, típicos de um regime repressivo, como a afirmação do impedimento de qualquer interferência extremista “que pretenda subverter a



ordem legal ou a derrubada do regime democrático”, reforçando uma “dívida de gratidão” da instituição ao governo, por seu reconhecimento como Universidade (BRASIL, 1972a).

Padre Alcides depois do discurso

O sacerdote católico Elydo Alcides Guareschi, professor universitário, continuou atuando na instituição de ensino até o início da década de 2000. No entanto, durante o período ditatorial militar seguiu sendo observado pelo SNI. Outros documentos apontariam a “subversão e o esquerdismo” de Guareschi e de outros membros da comunidade acadêmica, em 1969 e em 1972, sublinhando que a escolha dele para cargos de conselho necessitava de justificativa. Já em 1979, seu nome se junta aos de outros docentes e acadêmicos, em documentação que analisa a publicação de um jornal ligado ao Diretório Central de Estudantes (DCE) da instituição (BRASIL, 1979).

Documentos revelados dos arquivos da ditadura, oriundos da Assessoria Especial de Segurança e Informações, informam, em 1972, que o religioso vinha, na opinião dos militares, “realizando muito discreta e veladamente, trabalhos de esquerdização dentro da Universidade”, muito devido ao discurso de quatro anos antes. Junto a esse relatório, encontram-se recortes do jornal *Diário da Manhã*, supracitados (BRASIL, 1972a).

Outro relatório informativo datado de 1980 sintetiza as ações ligadas ao Padre Guareschi já descritas. Entre os dados levantados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul figura, de maneira inédita, a possibilidade de o Padre Alcides tornar-se reitor já em 1974, o que não se concretizou. A informação havia sido publicada pelo Jornal *O Nacional*, de Passo Fundo – apenas citado, não anexado ao documento (BRASIL, 1980).

Os arquivos da ditadura ainda apontaram correspondências entre o reitor Annes e Lucy Markus Geisel, com o envio de “lembranças gauchescas”, em abril de 1974, em nome da UPF (BRASIL, 1974). Lucy era esposa de Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre março de 1974 e março de 1979. Fazia, portanto, um mês, considerada a data da correspondência, que Lucy Geisel era a primeira-dama do país.

Ainda em 1974, o irmão de Lucy, o professor e odontólogo Bruno Edmundo Markus, assumiria a reitoria da Universidade de Passo Fundo. Pela documentação analisada, entretanto, não é possível definir como se deu a relação entre Markus e seu cunhado presidente, tampouco se isso afetou em algo Padre Alcides. As poucas citações ao reitor não aprofundam essas informações, não sendo possível, neste momento, ao menos, afirmar se a presença de Markus na liderança da instituição alterou de alguma forma o

relacionamento entre a mesma e os militares. Padre Alcides se tornaria reitor da instituição em 1982, permanecendo dezesseis anos no cargo.

Considerações Finais

Nos dias atuais, por meio da averiguação de dados levantados pela Comissão Nacional da Verdade e a disponibilização de arquivos conexos em sites, como o Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), a pesquisa histórica pode ajudar a elucidar capítulos emblemáticos da História do Brasil.

A não disponibilização de materiais por parte das Forças Armadas, porém, pode representar um limite para o maior esclarecimento de outros tantos fatos. Eventuais restrições podem ter ocorrido, mas a catalogação de dados a respeito deste espaço de tempo contribui para construir uma forma eficaz de pesquisar assuntos que, a seu momento, não puderam ser alvo de discussões aprofundadas, devido à censura e à repressão.

Padre Alcides, figura respeitada na comunidade passo-fundense, ao filosofar sobre a vida de Che Guevara, “um dos heróis do movimento estudantil”, conforme seu discurso, tem sua imagem observada pelos militares, em simples acontecimentos, por longos anos seguintes.

A imprensa, de uma forma ou de outra alinhada com o regime de exceção, não hesita em conferir predicados negativos ao sacerdote. “A desfaçatez do Padre Alcides”, apresentada pelo jornal *Diário da Manhã* e eternizada nos documentos confidenciais dos militares, torna-se motivo para fiscalização e constante vigilância nos anos porvindouros.

Não é possível determinar, pela documentação, no entanto, como ou se suas ações foram intencionalmente limitadas nos anos seguintes àquela formatura. Faz-se necessária pesquisa mais aprofundada sobre o tema. Elydo Alcides Guareschi faleceu em 2014, já jubilado de suas funções acadêmicas, com sua atuação sacerdotal interrompida por longa internação hospitalar. Entretanto, o simples registro arquivado torna o ato público do discurso e seus desdobramentos interessantes ao estudo da História e à sua biografia, visto que, mesmo um sacerdote católico e professor universitário de prestígio não estava acima de qualquer suspeita para o regime de 1964.

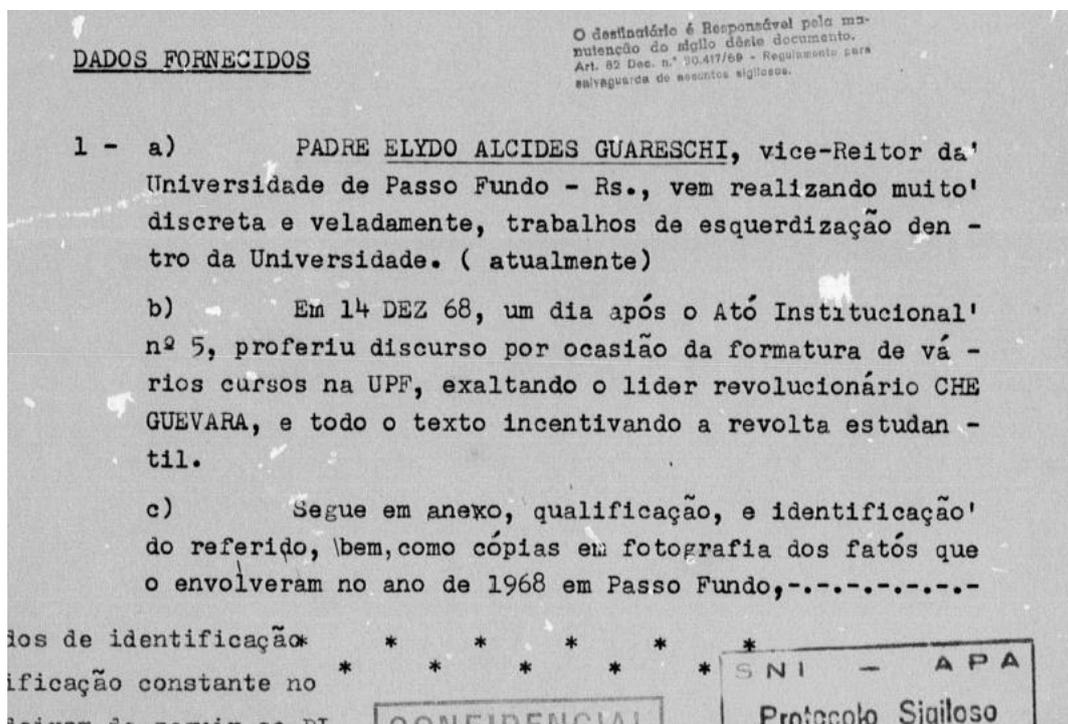


Figura 1 – Dados selecionados do Relatório SNI, de 21 jul 1972.



Figura 2 - Recorte do jornal Diário da Manhã, de 18 dez 1968, anexado ao Relatório SNI, de 21 jul 1972. Detalhe para manchete da notícia: “A desfaçatez do Padre Alcides”.

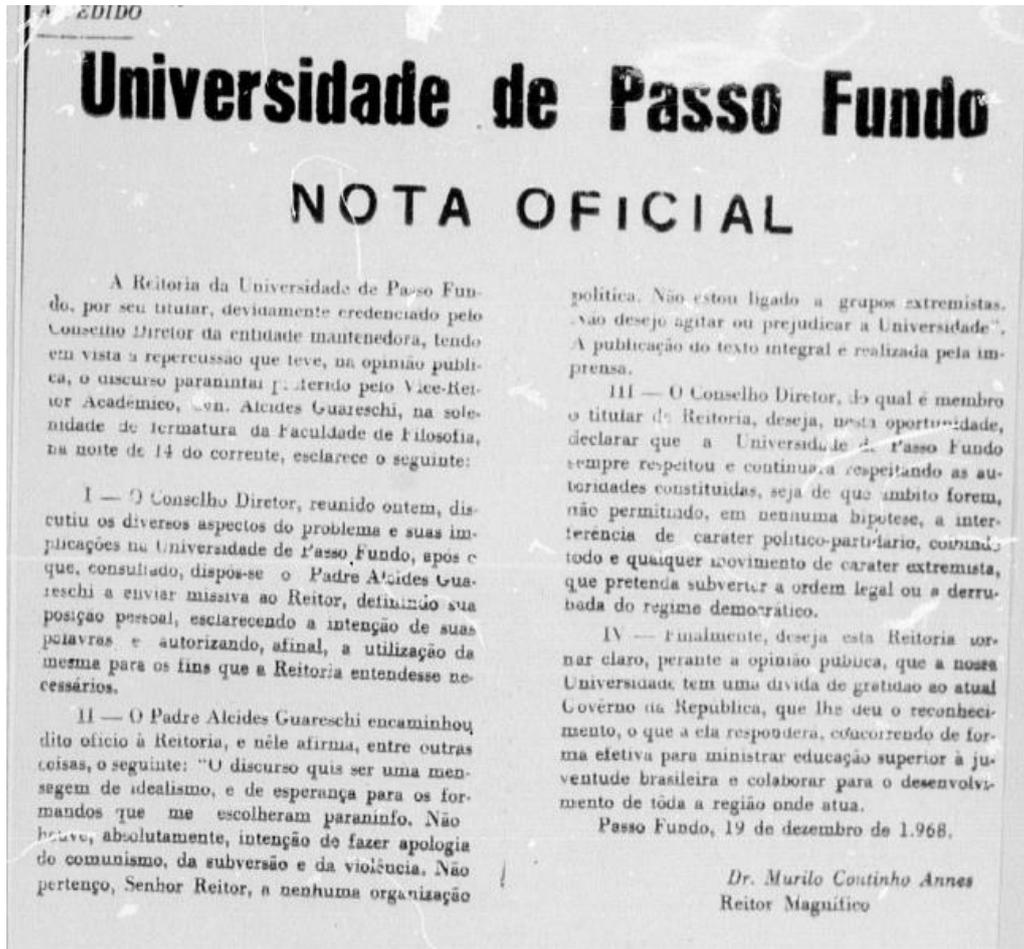


Figura 3 - Recorte do jornal Diário da Manhã, de 18 dez 1968, anexado ao Relatório SNI, de 21 jul 1972. Nota oficial da UPF sobre o discurso de Padre Alcides.

Fontes

BRASIL. Gabinete Pessoal do Presidente da República. Relatório. 14 maio 1974. Brasília. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Relatório. 20 fev. 1969. Porto Alegre. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Relatório. 21 jul. 1972a. Santa Maria. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.



BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Relatório. 02 set. 1972b. Porto Alegre. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Relatório. 24 abr. 1979. Porto Alegre. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Relatório. 04 mar. 1980. Porto Alegre. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório - v. 2: textos temáticos*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

BRASIL. *Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964*. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acesso em: 30 dez. 2018.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. In: *Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil*. CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 13 out. 2018.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 3ª ed.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da Morte de Vargas aos Dias Atuais*. São Paulo: Contexto, 2016.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FIGUEIREDO, Marcus. Plebiscito no mundo: mudança de regime político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 1, n. 0, p. 10-12, 1993.

GUARESCHI, Elydo Alcides. *O Processo de Construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2001. 8 v.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-28, 2004.